UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS MORRINHOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM AMBIENTE E SOCIEDADE

RAYZA CORREA ALVES GONÇALVES

AS DINÂMICAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS NA CIDADE TURÍSTICA DE CALDAS NOVAS-GO.

MORRINHOS – GO
2022

RAYZA CORREA ALVES GONÇALVES

AS DINÂMICAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS NA CIDADE TURÍSTICA DE CALDAS NOVAS-GO.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sociedade, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito para obtenção do título de mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira.
Linha de pesquisa: Dinâmica Socioeconômica nos Ambientes Urbano e Rural.

MORRINHOS - GO
2022

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G635d Gonçalves , Rayza Correa Alves
As Dinâmicas Econômicas, Sociais E Ambientais Na Cidade Turística De Caldas Novas/GO / Rayza Correa Alves Gonçalves ; orientador Hamilton Afonso Oliveira. -- Morrinhos , 2022.
123 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ambiente e Sociedade) -- Câmpus Sudeste - Sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Urbano. 2. Cidade Turística . 3. Caldas Novas. 4. Dinâmicas Econômicas, Sociais e Ambientais. I. Oliveira, Hamilton Afonso , orient. II. Título.

RAYZA CORREA ALVES GONÇALVES

AS DINÂMICAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS NA CIDADE TURÍSTICA DE CALDAS NOVAS-GO

Dissertação aprovada e assinada pela Banca Examinadora com vistas à obtenção do título de Mestre em Ambiente e Sociedade, pelo Programa de Pós-graduação em Ambiente e Sociedade, da Universidade Estadual de Goiás.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira
Presidente da Banca
Universidade Estadual de Goiás

_____

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos
Membro Externo
Universidade Estadual de Goiás- UEG

_____

Prof. Dra. Magda Valéria da Silva
Membro Externo
Universidade Federal de Catalão- UFCAT

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao meu amor e companheiro, Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves que, sem dúvidas, foi o maior incentivador e apoiador desta jornada. Nos momentos mais difíceis e desafiadores da pesquisa, me acolheu, me transmitiu segurança e tranquilidade para concluir mais esta etapa.

Aos meus honrados pais, que, apesar da distância, se fizeram presentes.

Ao professor Hamilton Afonso de Oliveira, por ter me aceitado como orientanda e por ter desempenhado a função de orientador com tanta dedicação, respeito e amizade.

Aos professores Jean Carlos Vieira Santos e Magda Valéria da Silva, pelos apontamentos tão coerentes e necessários na avaliação do trabalho no momento da qualificação.

E, por fim, a Universidade Estadual de Goiás e a agência de fomento CAPES, pela bolsa vigente desde 08/2021. A todos, os meus sinceros agradecimentos.

GONÇALVES, R. C. A. **As Dinâmicas Econômicas, Sociais e Ambientais na Cidade Turística de Caldas Novas-GO** 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2021.

RESUMO

Ao observar as dinâmicas sociais e econômicas encontradas no cenário urbano, em específico, na cidade turística de Caldas Novas-GO, observamos diversas questões e contradições no que diz respeito ao uso do espaço e ao direito à cidade, elementos estes que almejam um urbano mais harmonioso no que tange a serviços e estrutura que são considerados básicos. Esses conceitos vão além do que simplesmente elementos científicos, mas dispõem de ensejos críticos e até mesmo com potencial agitador da sociedade na busca de uma cidade que proporcione espaços de qualidade e para todos. Dessa forma a pesquisa demonstra que, apesar de diversos meios normativos de criar um urbano harmonioso, em Caldas Novas, não é exatamente o que encontramos. Apesar de ser um destino turístico já consolidado e reconhecido como turismo das águas quentes, o município convive com grandes contradições no que se refere à expansão urbana, à utilização do espaço e à exploração do meio ambiente, além da identificação dos espaços urbanos distintos um para o atendimento ao turista, composto por atrativos e estruturas que caracterizam o espaço turístico, e o outro em função da comunidade residente, que em alguns locais não há nem mesmo o básico da infraestrutura urbana. Isso se faz necessário ao município, que conta com o meio ambiente para a continuidade das atividades relacionadas ao turismo, e, por último, para observar as relações do poder público na oferta de serviços nos espaços urbanos, nos bairros periféricos onde reside a maior parte da classe trabalhadora da cidade.

Palavras-chave: Espaço, Urbano, Direito à Cidade, Caldas Novas.

GONÇALVES, R. C. A. **As Dinâmicas Sociais e Econômicas na Cidade Turística de Caldas Novas-GO** 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2021.

ABSTRACT

When observing the social and economic dynamics found in the urban scenario, in particular, in the tourist city of Caldas Novas-GO, we observe several questions and contradictions regarding the use of space and the right to the city, elements that aim for a more urban environment. harmonious in terms of services and structure that are considered basic. These concepts go beyond just scientific elements, but have critical opportunities and even the potential to stir society in the search for a city that provides quality spaces for everyone. In this way, the research demonstrates that, despite several normative means of creating a harmonious urban, in Caldas Novas, it is not exactly what we found. Despite being a tourist destination already consolidated and recognized as hot water tourism, the municipality lives with great contradictions with regard to urban expansion, the use of space and the exploitation of the environment, in addition to the identification of distinct urban spaces one to another. the tourist service, consisting of attractions and structures that characterize the tourist space, and the other depending on the resident community, which in some places does not even have the basics of urban infrastructure. This is necessary for the municipality, which counts on the environment for the continuity of activities related to tourism, and, finally, to observe the relations of the public power in the provision of services in urban spaces, in the peripheral neighborhoods where most of the population resides. of the city's working class.

Key words: Space, Urban, Right to the City, Caldas Novas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aumento do número de habitantes entre 1960-2020, Caldas Novas-GO..... p. 71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Urbano sem Cidade- vista da Rua M -Morada Nobre/ Caldas Novas-GO.....p. 25

Figura 2- Cidade Urbanizada- vista da Avenida das Nações - Jardim Roma/ Caldas-GO.....p. 27

Figura 3 - Reforma e ampliação do Balneário Municipal de Caldas Novas e construção do 1.º Hotel – 1936.....p. 60

Figura 4 - Cartaz de divulgação da Pousada do Rio Quente (1965) -frente.....p. 62

Figura 5 - Cartaz de divulgação da Pousada do Rio Quente (1965) -verso.....p. 63

Figura 6- Mapa área urbano Caldas Novas-GO 2010.....p. 74

Figura 7 - Localização Aterro Sanitário de Caldas Novas-GO, 2010.....p. 91

Figura 8 - Panorâmica de Caldas Novas-GO, com destaque para a verticalização urbana no centro, 2022.....p. 95

Figura 9 - O Avanço de loteamentos sobre a Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra de Caldas em Caldas Novas - GO.....p. 105

Figura 10 - Espaço verticalizado, valorizado no bairro Termal de Caldas Novas-GO, 2021 .....p. 108

Figura 11 - Espaço urbano sem infraestrutura, Jardim Esmeralda Caldas Novas-GO, 2021.....p. 109

Figura 12 - Vista aérea dos bairros Sítios de Recreio Jequitimar e Deque do Lago Sul, Caldas Novas-GO 2022.....p. 111

Figura 13- O Clube Náutico e Condomínios de luxo às margens do Lago Corumbá, Caldas Novas-GO 2022.....p. 112

Figura 14 - Lazer no bairro classe média alta Lago Sul, Caldas Novas-GO 2022.....p. 114

LISTA DE MOSAICOS

Mosaico 1 - Vista parcial Mestre Orlando de Caldas Novas-GO: ontem (década de 1950) e hoje (2022). .....p. 70

Mosaico 2 - Cenários urbanos de grande fluxo turístico de Caldas Novas-GO, 2022.....p. 78

Mosaico 3 - Espaço de lazer e esporte para crianças na Estância Chácara Itapema (balanço precário) e Praça Cívica Educador, Caldas Novas-GO.....p. 101

Mosaico 4 - Construção simples, nitidamente, sem respaldo técnico - Caldas Novas- GO, 2022.....p. 103

Mosaico 5 - Moradores do bairro Mansões Recanto da Serra fixam faixas de reivindicação por mais infraestrutura - Caldas Novas-GO, 2022.....p. 116

LISTA DE SIGLAS

CELG - Centrais Elétricas de Goiás

DETUR - Departamento de Turismo

EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

GTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

GTT - Grupo de Trabalho de Turismo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INDUR - Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PLANTUR - Plano Nacional de Turismo

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento do Cerrado

SEMMARH - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SUDECO Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....p. 14

SEÇÃO 1 - ESPECIFICAÇÃO CONCEITUAL DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE DA PESQUISA.....p. 19

1.1 Resumo.....p. 19

1.2 Introdução.....p. 19

1.3 As Características e as peculiaridades sobre o espaço.....p. 20

1.4 A construção do espaço enquanto resultado das relações sociais e econômicas.....p. 29

1.5 A compreensão do território: turistificação, territorialização, percepção ambiental.....p. 35

1.6 Esclarecimentos sobre os princípios do direito à cidade.....p. 42

1.7 Considerações finais.....p. 51

1.8 Referências.....p. 52

SEÇÃO 2 - HISTORICIZANDO A CONSTITUIÇÃO DO TURISMO E DOS NEGÓCIOS NA CIDADE DE CALDAS NOVAS-GO.....p. 57

2.1 Resumo.....p. 57

2.2 Introdução.....p. 57

2.3 As transformações no espaço urbano em decorrência da expansão da atividade turística.....p. 58

2.4 As possibilidades e os desafios na reordenação urbana de Caldas Novas-GO .....p. 75

2.5 A distribuição social no território urbano na cidade de Caldas Novas-GO.....p. 80

2.6 Considerações Finais.....p. 82

2.7 Referências.....p. 83

2.8 Referências das Figuras.....p. 85

SEÇÃO 3 - ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DE CALDAS NOVAS/GO.....p. 86

3.1 Resumo .....p. 86

3.2 Introdução .....p. 86

3.3 Caldas Novas e seus desafios ambientais no crescimento urbano. .....p. 87

3.4 Expansão urbana, a especulação imobiliária e a valorização (e “desvalorização”) dos espaços.....p. 93

3.5 Considerações finais .....p. 119

3.6 Referências .....p. 121
3.7 Referências das Figuras..... p. 123
3.8 Sites.....p. 123

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa investigar as relações sociais e econômicas que advêm da atividade turística no município de Caldas Novas-GO, a partir da problematização de sua formação e transformação territorial. As nossas inquietações decorrem de nossas observações iniciais sobre a expansão e a diversificação de inúmeras atividades de descanso e lazer disponibilizadas pela cidade aos seus visitantes, em consequência da intensificação do turismo de massa[1], por meio da indiscriminada exploração das fontes aquíferas naturais termais localizadas em diversas partes do município.

Esclarecemos que o município de Caldas Novas compõe a porção sudeste do estado de Goiás. Sua origem remonta aos anos de 1857 a 1911, período em que permaneceu na condição de distrito de Santa-Cruz-GO, e posteriormente, do município de Morrinhos-GO. Aos vinte e um dias do mês de outubro de 1911, foi oficializada a sua emancipação política e passou a ocupar o *status* de município autônomo.

O recorte temporal para a realização da pesquisa remonta à década de 1970, época em que o desenvolvimento econômico do município ganhou força – atividade turística – em decorrência direta das políticas integracionistas regional, nacional e internacional inauguradas na gestão do presidente Juscelino Kubitscheck com a construção da Rodovia BR-153 e da nova capital do país – Brasília –, e intensificadas nos governos dos generais-presidentes, instalados no poder por meio de um Golpe de Estado materializado no Brasil em 1964.

A expansão da rede rodoviária, o fomento aos meios de transporte e de comunicação, reforçados pela instalação de indústrias no estado de Goiás, contribuíram para o crescimento das áreas urbanas, que impulsionaram a construção civil e aqueceram as atividades turísticas em Caldas Novas.

O crescimento da cidade, associado à intensificação do turismo no transcorrer das últimas décadas, recebeu o qualificador *massa*, isto é, o turismo de massa, constituindo uma realidade no interior não apenas da cidade, mas do município, pois, além dos atrativos oferecidos pelos complexos aquáticos, hotéis, pousadas, chalés, bares,

[1] Esse tipo de turismo é constituído por pessoas que buscam conhecer lugares tradicionais, com custos acessíveis, mas sem abdicar da comodidade e conforto durante a viagem e a estadia. Normalmente, os turistas com pequeno e médio poder aquisitivo buscam as agências viagens para a compra de pacotes turísticos que incluem transporte, hospedagem e guia local (SANTOS; PALMERSTON; OLIVEIRA, 2020, p. 2).

restaurantes, *fast foods*, boates, dentre outros, também disponibiliza aos seus visitantes atividades e eventos ecoturísticos e ecoesportivos no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN)[2].

De acordo com Flávio Santos, Sheila Palmerston e Verônica Oliveira (2020, p. 2), o turismo de massa se consolidou como o principal pilar de sustentação da economia caldas-novense e encontrou na classe trabalhadora o seu principal público de visitação ao município, que descobriu o prazer de viajar e se divertir em espaços atrativos de entretenimento e lazer como aqueles disponibilizados pela empresas comerciais de Caldas Novas a partir da ampla exploração e utilização das águas termais, por meio de "uma organização sistemática para a prestação de serviços", com a finalidade de proporcionar ao visitante o maior conforto possível e as mais diversas opções de lazer, ao mesmo tempo em que racionaliza custos e maximiza lucros tanto para os diversos segmentos da economia local quanto para o município.

No decorrer do ano de 2017, Caldas Novas recebeu mais de 3 milhões de turistas, de acordo com dados disponibilizados pelo Portal Goiás Turismo. O município costuma atrair visitantes de janeiro a janeiro, o que resulta em "benefícios" à comunidade local em âmbito geral, não se restringindo apenas aos aspectos econômicos, mas, também, sociais, culturais e ambientais.

William Theobald (2002 p. 81) argumenta que, historicamente, o turismo tem afetado o homem e a sociedade, sobretudo, de forma positiva, alcançando tanto os espaços turísticos quanto as suas comunidades constituintes, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural, bem como para a preservação dos recursos naturais. Portanto, "os benefícios das atividades turísticas devem produzir ganhos muito superiores aos seus custos". O autor afirma, ainda, que o ideal turístico coincide, muitas vezes, com o discurso em defesa da indústria do turismo. Todavia, conjuntamente com os benefícios, observam-se também os custos sociais, culturais e ambientais que se expressam como contradições inerentes não só à indústria turística e aos municípios em que se faz presente, mas ao próprio desenvolvimento das cidades no interior do sistema econômico capitalista.

Raquel Rolnik (1995), por sua vez, problematiza a forma pela qual as cidades se

[2] Consultar: SOUSA, Diego Péricles Rodrigues. Potencialidades turísticas eco esportivas na região das águas termais no estado de Goiás. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2018.Disponivel em: https://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/509

desenvolvem no capitalismo e destaca a rigidez que o Estado opera sobre as relações políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais etc. A partir do Estado, a cidade pode ser observada e entendida como se fosse possível "mecanismo de relojoaria", como "utopia" ou como "cidade planejada" enquanto ideais para o capital, assim, a autora considera que:

> O primeiro é a leitura mecânica da cidade – a cidade como circulação de fluxos –de pedestres, de veículos, de tropas, de cargas ou de ventos. O segundo é a ideia de ordenação matemática – a regularidade e repetição – como base da racionalização na produção do espaço. Ainda um terceiro pressuposto é a ideia de que uma cidade planejada é uma cidade sem males, utopia que até hoje seduz os defensores do planejamento urbano. E, finalmente, nas utopias está esboçada a possibilidade de o Estado poder controlar a cidade, através do esquadrinhamento e domínio de seus espaços (ROLNIK, 1995, p. 59).

Em decorrência de nossas incursões e observações iniciais, estabelecemos, como hipótese da pesquisa, que o processo de transformação e constante reorganização do espaço no município de Caldas Novas ocasionou transformações substanciais na paisagem natural e prejuízos para alguns recursos naturais, como a sistemática destruição de nascentes d'água, consequência da intensificação da construção de casas e prédios diretamente associada à exploração imobiliária e à expansão urbana em Caldas Novas.

De acordo com Sandra Dall'Agnol (2012), o espaço urbano caldas-novense é aparelhado por uma estrutura focada na atração, na recepção e no bom trato aos turistas. Além disso, conta com uma rede hoteleira e gastronômica diversificada, bem como com inúmeras atividades de lazer e entretenimento totalmente voltadas para a ocupação do tempo livre e para o conforto dos seus visitantes. Para Oliveira (2001, p. 29), nas cidades, sobretudo, nas turísticas "o espaço urbano é constantemente reorganizado com o objetivo de causar uma boa impressão àqueles que estão de passagem pela cidade".

Considerando tal contexto, definimos como objetivo central do presente estudo, tendo tomado por base o contexto que caracteriza o turismo de massas como principal atividade econômica do município, construir um perfil espacial que expresse as desigualdades sociais e econômicas dos diferentes setores/bairros que compõem a cidade de Caldas Novas-GO. Os objetivos específicos são:

1. Verificar junto às populações/comunidades periféricas o acesso à infraestrutura básica de saneamento em Caldas Novas; 2. Investigar se a desordenada expansão urbana atende aos interesses e demandas da indústria do turismo, no sentido de disponibilizar

acomodação e conforto aos visitantes, ou se tem como propósito central afastar as categorias de classe mais baixas dos espaços de visitação, entretenimento e lazer.

Na perspectiva de alcançar nossos intentos, recorremos à leitura e a análise do Plano Diretor do município de Caldas Novas, na conformidade do estabelecido na Constituição Federal de 1988, segundo a qual cada município deve ter um Plano Diretor, cujo papel é normatizar e padronizar seu desenvolvimento de forma racional e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), levando em conta que "especifica normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental" (BRASIL, 2001). Caldas Novas conta também com Código de Posturas, de 02 de julho de 2014, o qual define padrões relacionados à segurança, higiene e disciplina no que diz respeito a vias públicas, atividades econômicas entre outros.

Voltamos os nossos esforços também para a coleta de informações fundamentais para a realização da pesquisa junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na medida em que entendemos que a sua plataforma fornece dados objetivos sobre o município, como número de habitantes, dados sobre saúde, meio ambiente, educação, renda, salário médio, mapa da pobreza, morbidez, dentre outros, fundamentais para a realização da pesquisa.

No que diz respeito à pesquisa de campo, empreendemos inúmeras incursões não apenas aos espaços centrais da cidade, mas, sobretudo nos bairros (setores) periféricos, onde realizamos inúmeros registros fotográficos.

Para a realização de nossas análises, utilizamos nos embasamos em autores que são contrários às questões que envolvem o planejamento urbano e outros que apontam o planejamento e suas ferramentas como a solução dos problemas urbanos e sociais. Esse confronto nos permitirá realizar críticas observando a realidade urbana da cidade turística de Caldas Novas.

A pesquisa de campo nos permitiu observar e analisar os diferentes setores da cidade, mapear os padrões de urbanização e refletir sobre as suas divisões – centro-periferia, bairros nobres e bairros populares –, considerando que o espaço e a sociedade são fenômenos inseparáveis, pois o espaço cria e transforma a sociedade e a sociedade, por seu tempo, dá forma ao espaço em questão.

Na sessão 1 será realizada a abordagem conceitual sobre os principais assuntos

trabalhados no decorrer de todo o trabalho que são o Espaço, suas características de construção e desconstrução, as concepções do território, turistificação, territorialização levando em consideração a identificação da cidade em setores voltados para o turista e setores direcionados a comunidade local, e por fim o direito à cidade, no que se refere a realidade. Na sessão 2 foi realizado a construção histórica, considerando as transformações no espaço urbano devido a consolidação do turismo, e como a sociedade absorve estas mudanças e os reflexos no urbano de Caldas Novas. Por fim, na sessão 3 observamos os desafios enfrentados na garantia do direito à cidade a todos os moradores diante do crescimento urbano, especulação imobiliária, a valorização de espações e como o meio ambiente vem respondendo a está exploração.

Em nossa apreensão, a pesquisa nos permite questionar a urbanização de Caldas Novas-GO e a indústria do turismo de massa, no sentido de que, ao mesmo tempo em que gera renda, trabalho e arrecadação, gera também a privatização de importantes espaços da cidade e a exclusão social dos bens e serviços às populações mais pobres do município e, ainda, a poluição e a degradação do meio ambiente.

1 – ESPECIFICAÇÃO CONCEITUAL DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE DA PESQUISA

1.1 - Resumo

Consideramos importante, nesta primeira sessão, buscar alinhar os principais conceitos que darão margem às discussões que se tornam essenciais para a compreensão da constituição do urbano de Caldas Novas. Dessa forma, utilizamos o espaço e suas peculiaridades como produto social, dinâmico, heterogênico e complexo. As concepções sobre o direito à cidade demonstram fundamentos que colaboram com o entendimento social, além de constatar inúmeras possibilidades de transformação, oportunizando confrontar aspectos voltados ao planejamento urbano.

Palavras-chave: Espaço, Direito a Cidade, Caldas Novas.

1.2 - Introdução

Neste primeiro capítulo, abordamos alguns conceitos que muito serão utilizados no decorrer da dissertação, em especial, aqueles que dizem respeito ao espaço. O espaço construído, ao mesmo tempo em que desencadeia inúmeras possibilidades de transformação e desenvolvimento, promove, inclusive, a segregação social e as noções do direito à cidade, que, estruturados conforme o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, e a efetivação através de políticas públicas voltadas à sociedade, oportuniza à sociedade a uma cidade verdadeiramente urbanizada.

Utilizaremos o conceito de espaço como norteador para a construção de um raciocínio lógico e coerente, essenciais para a compreensão da cidade e do urbano de Caldas Novas, considerando as peculiaridades que formam o município e são atribuídos, principalmente, à atividade turística desenvolvida e consolidada no local, tornando-o um espaço único. As homogeneidades e heterogeneidades encontradas nesse quadro contribuem para a compreensão das realidades econômicas e sociais do urbano, visto que contribuem para a percepção da cidade em sua totalidade, em seus arranjos e em suas desigualdades.

1.3 - As Características e as Peculiaridades sobre o Espaço

O espaço que procuramos apontar as características e peculiaridades é aquele em que ocorrem todas as relações humanas e sociais possíveis, sendo considerada uma das categorias de análise mais completas e complexas devido à sua característica de transformação diante dos interesses e ações do homem.

A compreensão do urbano a partir do conceito do espaço, por mais complexo que possa parecer, contribui de forma significativa para o entendimento da realidade urbana, desde a sua formação e desenvolvimento até a sua transformação, consequências das ações e do uso do espaço, e até mesmo a construção de tais espaços idealizados e realizados pelo homem na conformidade de seus interesses. Na apreensão de Milton Santos (1979), o espaço é organizado de forma social e considera a natureza enquanto uma instância transformadora, ou seja, o espaço em si corresponde às transformações sociais realizadas pela ação do ser humano na natureza. Nas palavras de Santos:

> O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p. 10).

Dessa forma, é possível observar, mesmo que de forma relativamente restrita aos limites de uma dissertação, que as características do espaço são moldadas e transformadas de acordo com o tempo e com as ações que acompanham a humanidade e suas perspectivas para a existência e vivência de um futuro. Nesses termos, Rui Moreira (2019) retoma os primórdios da vida do homem ao abordar a sua evolução até o surgimento de aglomerados de pessoas, que deram origem às cidades e centros urbanos, ao afirmar que:

> Favorecidos pela diferenciação dos gêneros vindos da descoberta do domínio do fogo e do decorrente surgimento da agricultura, os homens se difundem pela superfície do globo. Obedecendo a uma "lei da necessidade", se adensam, assim, em alguns pontos, escasseando em outros, entre os quais se formam grandes intervalos de vazios de espaço (MOREIRA, 2019, p. 37).

Uma vez que que a humanidade está em constante movimento e desenvolvimento, suas ações se refletem no espaço e estabelecem um tipo de conexão, como algo que está sempre em movimento, em um "processo de transformação perpétuo que combina o

‘princípio da atividade’, segundo o qual tudo está em movimento e o ‘princípio da conexão’, segundo o qual tudo deve ser visto por suas interligações” (MOREIRA, 2019, p. 50).

Cabe ressaltar que, em todos esses processos de transformação espacial, as questões voltadas ao meio ambiente estão entrelaçadas, sendo modificadas conforme os interesses depositados e, no decorrer do tempo, o meio ambiente se torna alvo/produto dessas transformações. Em Caldas Novas, onde o meio ambiente em forma das fontes hidrotermais é, de fato, um dos principais motivos para as transformações no espaço urbano e, consequentemente, social.

Ao considerarmos o processo de transformação espacial, torna-se inevitável deixar de abordar a cidade para além da simples distinção com o campo e cidade, portanto, para compreender o rural, assim como o campo, é preciso entender que:

> [...] o rural é o contexto do campo. E o campo, o recorte do espaço rural no qual se desenrolam os sistemas de cultivo; rural e campo definidos como categorias empíricas do espaço. O rural as culturas e criações, mas, também a indústria (no passado o artesanato e a manufatura, indústrias rurais, hoje agroindústrias) o pequeno comércio campesino, o serviço e profissões ancilares e a miríade de pequenas cidades ligadas ao seu universo (MOREIRA, 2019, p. 185).

Apesar de o foco de análise neste trabalho não serem as relações rurais, mas sim o processo de uso do espaço pelas cidades e suas relações, seria incoerente não abordar os processos sofridos nesse cenário diante do desenvolvimento dos meios de transporte, comunicação, industrialização, mecanização do trabalho agrícola e a tecnificação das relações que contribuíram com a reorganização espacial diante do êxodo rural que, consequentemente, contribuem para com a reconfiguração urbana, favorecendo a sua centralidade.

Não poderíamos, também, deixar de apontar que o advento da Revolução Industrial significou um grande “divisor de águas” no processo de urbanização, atingindo e influenciando substancialmente todos os segmentos da sociedade, além de incluir novas perspectivas que envolvem o trabalho, seja no espaço rural ou no espaço urbano.

Tais transformações no espaço e no sistema produtivo provocaram as possibilidades de sua unificação, em determinada escala, no estreitamento das relações entre campo e cidade. As alterações implementadas no desenvolvimento e intensificação dos processos de produção – mecanização, maquinização, tecnificação, tecnologização –

diminuíram, de certa forma, a distância entre o campo e a cidade, conforme aponta Moreira (2019):

> A diversidade das formas de organização do espaço está estritamente ligada ao nível técnico das civilizações. Passa-se das paisagens apenas humanizadas dos mundos primitivos para as regras harmoniosas das sociedades intermediárias e para os espaços especializados, quer urbanizados, quer concentrados, das sociedades industriais e pós-industriais (MOREIRA, 2019, p. 139).

A cidade emerge como um aglomerado que podemos associar a três grandes "revoluções", a rural, a industrial e, por fim, a tecnológica (que estamos vivenciando), para atender às demandas relacionadas ao mercado, na medida em que o processo de industrialização se intensificou e potencializou as questões relacionadas ao trabalho. Essas alterações de reconstrução e reorganização produziram, como resultado, a centralidade da cidade, uma vez que as pessoas que habitavam e trabalhavam no campo migraram de forma exponencial para cidades, sob o pressuposto de que o espaço urbano fosse palco de maiores oportunidades de empregos no segmento da indústria, que, por seu tempo, se desdobrou em diversos problemas que se relacionam diretamente com a exploração do território e do espaço, com o uso da cidade, com a relação tempo e espaço, com as condições de moradia/habitação da massa populacional, com a infraestrutura básica, com a segurança, com a saúde, com a educação, dentre outros.

Os espaços escolhidos para a habitação inicialmente são selecionados segundo os aspectos topográficos, que, de alguma forma, disponibilizam condições pré-existentes ou influências ditas orgânicas, que se referem a elementos naturais como curso d'água, e relevo favorável e, quando se trata de habitações voltadas para o campo/rural, a importância de um solo "rico". Ressalta Moreira (2019, p. 51), que "de todas as necessidades vitais básicas, a habitação, fenômeno necessariamente localizado e fixo, é a que mais marca sua presença no espaço".

Henri Lefebvre (2001) surge com a discussão sobre a sociedade industrializada e seus reflexos na sociedade urbana, abordando o contexto da expansão urbana como o processo de "implosão e explosão". A implosão consiste no processo em concentração de acúmulo de riqueza, bens, objetos etc., oferecidos pela expansão da industrialização, e a explosão, em contrapartida, na forma da marginalidade social, do subúrbio e da favela. Nas palavras de Ribeiro Jr.

> implosão da centralidade, agora saturada, degradada, deteriorada, voltada para a reprodução das relações de produção; explosão do tecido urbano em periferias e subúrbios que se constituem como espaços separados, segregados. Esta "implosão-explosão" nega a cidade ao negar aquilo que é característico da forma urbana (RIBEIRO Jr., 2019, p. 2.491).

James Araújo (2012) retoma o processo de urbanização e de expansão da cidade, utilizando os conceitos formulados por Lefebvre (2001), sob a alegação de que o processo de industrialização negou a centralidade na cidade, ou seja, produziu a sua implosão, visto que:

> [...] o conteúdo político e comercial perde sua potência social. Depois ocorre a "explosão" da cidade ou a projeção de fragmentos da malha urbana disjuntos por uma vasta região (as periferias) desde duplo processo (implosão-explosão) uma anticidade foi produzida negando com extrema potência a cidade política-comercia (ARAÚJO, 2012, p. 135).

Esse debate feito por Lefebvre (2001) se aplica não apenas no ápice da industrialização. Observamos que, na maioria das ações que são realizadas de forma a priorizar a minoria, o reflexo na sociedade surge com a explosão de problemas sociais. Borja e Castells (1997) vão além; os autores compartilham o conceito de sociedade urbana sem cidade utilizando o conceito de Lefebvre (2001) de implosão, no qual a cidade passa por um crescimento não planejado e a explosão, associando a segregação social, que, segundo os autores, se origina uma sociedade sem a estrutura da cidade ou sociedade urbana sem a cidade.

Nesse contexto, Lefebvre (2001) realiza uma importante discussão do que é realmente a sociedade urbana e como isso se tornou um ponto de contradição e conflitos, pois o autor considera que a sociedade urbana inicialmente vem no plano por ele denominado "virtual", ou seja, um ideal, um urbano previamente planejando. Porém, esse entendimento não corresponde com a realidade oferecida às classes menos favorecidas da sociedade, que, na maioria do tempo, se acomodaram nas chamadas não-cidades, que são resultado da falta dos atributos urbanos.

Em nosso entendimento, Ferreira (2015) compartilha do mesmo pensamento de Borja e Castells (1997). Afirmamos isso porque o espaço urbano, independente da cidade, pode ser tanto material quanto imaterial, o que justifica essa separação da cidade, pois o que caracteriza a cidade é a materialidade. Com essa afirmação, aplicada à realidade de Caldas Novas, é possível constatar estas duas realidades, a cidade turística, urbanizada e

estruturada, e a das áreas urbanas periféricas, que se constituem sem tais aspectos característicos da cidade.

Dessa forma, a Figura 1 demonstra características de uma sociedade urbana sem a cidade, sem a infraestrutura e a materialidade que caracteriza o urbano. Observamos na fotografia a ausência de asfaltamento e delimitação das vias públicas (meio-fio), além da falta de saneamento básico, bueiros etc.

Figura 1- Urbano sem Cidade - vista da Rua M - Morada Nobre/Caldas Novas-GO.

Fonte: GONÇALVES, Rayza C. A, 2020

Já na Figura 2, a paisagem compõe a parte central da cidade. Notamos a presença de equipamentos urbanos, como asfaltamento, iluminação pública e, ao fundo, a verticalização da cidade, resultado da especulação imobiliária exercida nas áreas centrais do município, além de instrumentos públicos voltados a atividade física. Apesar de considerarmos o mesmo espaço, o urbano de Caldas Novas, nitidamente, as diferenças saltam aos olhos, quando comparamos a figura 1, demostrando as divisões estruturais dentro de um mesmo espaço.

Figura 2- Cidade Urbanizada- vista da Avenida das Nações - Jardim Roma/ Caldas-GO.

Fonte: GONÇALVES, Rayza C. A, 2021

Considerando a sociedade em desenvolvimento e a diminuição do tempo e do espaço (distância), temos a ocorrência de uma "grande revolução geográfica", que, segundo Moreira (2019), abre possibilidades para a aproximação ou extinção dos espaços. Nesse sentido, cabe observar as mudanças nos centros urbanos nos mais diversos segmentos, ou seja, em habitação, saúde, educação, transporte, atividades econômicas – comércio e prestação de serviços privados –, tendo em vista a valorização dos espaços.

Desse modo, é preciso ponderar sobre a concepção de espaço urbano e, para tanto, tomamos de empréstimo o entendimento de Moreira (2019), ao afirmar que o urbano é o contexto da cidade:

> [...] E a cidade, o recorte do espaço no qual se desenrola a atividade da administração, do comércio e da indústria (hoje a fábrica e os complexos de agroindústria). [...] o urbano é, vagamente, um contexto de representação e cultura, uma ordem de hábitos, valores e costumes que geralmente destoam e às vezes contradizem (MOREIRA, 2019, p. 185).

Lefebvre (1986, p. 159 *apud* ARAÚJO, 2012, p. 137), de sua parte, expressa que o "urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma", envolvido por inúmeras possibilidades no que diz respeito às representações sociais simultâneas, que, além de estabelecer novos padrões e formas influenciadas pelos padrões internacionais, em que o "velho" é abolido e o "novo" e o "contemporâneo", ressaltados, concretizando, no espaço urbano, a seletividade, pressuposto do próprio espaço. David Harvey (2015) considera como um momento de transformação o estabelecimento de um novo mercado, orientado por novos sistemas de informação e comunicação de massa, devendo ser observada a constituição de novas relações.

Dessa forma, observamos novos padrões de consumo e a adoção de estilos que não fazem (faziam) parte do urbano tradicional. Um exemplo dessas novas representações são empresas do ramo alimentícios como *fast food* e, assim, o espaço urbano social se encarrega de absorver as influências do mercado global.

As questões referentes à ocupação do espaço para a habitação, por exemplo, evidenciam a sua exploração para a lucratividade econômica independente das reais necessidades da população local, pois visa exclusivamente ao atendimento dos interesses de consumo dos estratos sociais que detêm maior poder econômico/aquisitivo.

Philippe Penerai (2006, p. 14) discute, em suas análises urbanas, exatamente o contrassenso entre organização urbana e uso especulativo do espaço e, nessa perspectiva,

infere que “a cidade e sua inserção no território geográfico, sua forma, o desenho de suas vias, a organização do seu tecido, as relações entre seus bairros, não são independentes dos grupos sociais que a produzem, que nela vivem e que a transformam”, deixando clara a existência da exclusão social no espaço através da constituição de seus territórios diretamente proporcionais a sua classe.

Cabe, aqui, reiterar que a organização do espaço urbano foi instituída historicamente em torno de uma localidade entendida como central, que abriga os segmentos administrativo, político, econômico, comercial, social, dentre outros. Penerai (2006, p. 16) argumenta que o centro espacial da cidade, ao reunir “as instituições do poder e as funções simbólicas, confunde-se com o núcleo histórico, com a parte antiga, com a origem da cidade. Os subúrbios distanciam-se, mas mantêm uma relação evidente com o centro, garantida pela amarração feita pelas vias principais”, conforme realidade apresentada no traçado urbano de Caldas Novas.

Milton Santos (1978, p. 145), por seu turno, afirma que a organização do espaço está diretamente relacionada à sociedade na qual está inserida, pois “o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante e, com outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia”. Assim sendo, de um lado, o espaço é subordinado às relações sociais da sociedade; por outro lado, a formação espacial é subordinante e contribuí para a reprodução do *status* social. Todo esse processo é específico de cada lugar.

As transformações no espaço, sem dúvidas, atingem a todos, pois, ao ser atribuído um valor aos diferentes espaços, imediatamente, temos, por consequência, a diferenciação entre as áreas do urbano. Nas áreas centrais, as edificações são extremamente valorizadas e restritas às condições de aquisição por parte dos estratos da classe dominante, em detrimento das áreas periféricas com suas carências de infraestrutura básica, destinadas às classes subalternas da população. Em outras palavras, as contradições decorrentes da ocupação dos espaços produzem a sua própria segregação, intensificando de forma expressiva as desigualdades entre as classes sociais.

1.4 - A Construção do espaço enquanto resultado das relações sociais e econômicas

Na apreensão de Milton Santos (1994, p. 25-26), o espaço é o teatro que abriga “fluxos com diferentes níveis, imensidades e orientações”, que podem ser classificados

em “hegemônicos e hegemonizados, fluxos mais rápidos e eficazes e fluxos mais lentos. O espaço é formado por todos os objetos e fluxos. A escala dos fluxos materiais e imateriais é tanto mais elevada quanto seus objetos dão prova de maior inovação”. O espaço construído, por seu tempo, não deve ser concebido apenas como categoria natural da sociedade, mas como produto das relações sociais e das infinitas possibilidades, pluralidades e formas que estas relações podem ser estabelecidas. Ao afirmar que o espaço é também social, Santos (1985) afirma,

> [...] a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 1985, p. 1).

Nessa direção, Alvaro Ferreira (2011, p. 42) considera o espaço da cidade como “a materialização de um momento histórico com a sua especificidade”. Esta definição resume a questão do espaço construído e suas possibilidades, que contribuem para com a formação de uma cidade e de seus valores. Para o autor, a definição de espaço pode ser entendida como:

> [...] produto de inter-relações, como sendo constituído através de relações, desde a imensidão do global até o infinitamente pequeno. Assim, o espaço ganha contornos amplos, como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; refere-se à pluralidade contemporânea, existência de distintas trajetórias simultaneamente, ou seja, multiplicidade e espaço co-constitutivos (FERREIRA, 2011, p. 37).

Marx e Engels (2002, p. 15) afirmam que “ao produzirem os seus meios de vida os homens produzem indiretamente a sua própria vida material” assim como, em outro momento, Ferreira (2015) afirma que o espaço pode ser considerado produto social e produtor, pois é nele que ocorrem as interações e se materializam as ações aplicadas que se refletem na sociedade.

> O espaço é produto social, fruto de ações que envolvem jogos de poder, tensões, pressões, ideologias e a construção de discursos e de modos de vida programados. Assim, podemos dizer que se o espaço é um produto social, é também produtor, já que ao ser produzido com intencionalidades interfere no nosso cotidiano (FERREIRA, 2015, p. 77).

Nessa mesma direção, João Paulo Monte de Santana (2013, p.195) compreende “o espaço como produto e produto social, suporte para a vida em sociedade, condicionante e condicionador das ações humanas, arena de luta política e fonte de recursos naturais.”

Assim com os novos valores atribuídos ao espaço construído que causam transformações que ocasionam a seletividade social, surgem também os novos meios de produção e consumo que também contribuem para a transformação dos espaços urbanos.

Com esses novos espaços, vêm à superfície as novas organizações espaciais construídas ou frutos de reorganizações, conforme argumenta Santos (1996, p. 141), que "a cada período técnico e de trabalho se associa uma forma paradigmática de organização espacial. O que não quer dizer que a técnica em si mesma defina o rumo seguido, já que não deve ser vista como evento isolado, mas como fator que permite encontrar suas relações".

Santos (1988) argumenta que esta produção de espaço está inserida em todas as estruturas naturais e artificiais e

> a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, [...] o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS,1988, p.25).

Assim como as técnicas contribuem para a construção urbana, a sua função ocupa o espaço, afinal, a sociedade está sempre em busca da funcionalidade, que dá origem ou se materializa na forma. Esse processo garante a constante transformação ao longo do tempo com a finalidade de construir, ajustar, adequar novos espaços. Portanto, a estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem a necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante. Assim sendo, Roberto Corrêa (1995) cabe aclarar que:

> O mérito do conceito de formação socioespacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nos reuniríamos a *posteriori*, mas sim de formação socioespacial (CORRÊA, 1995, p. 26).

Todavia, a exploração do espaço como rede urbana deixa evidentes as relações sociais, as atividades econômicas e as suas desigualdades, que são potencializadas pela ausência de políticas públicas que promovam a inclusão. Santos (2007) afirma que a falta de acesso a bens e serviços está diretamente relacionada ao seu lugar socioeconômico, na medida em que:

> A atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas,

> como rede urbana ou do sistema de cidades, não tenham validade para a maioria das pessoas, pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e do seu lugar geográfico (SANTOS, 2007, p. 11).

Nesse sentido, Corrêa (1995) aponta que as práticas espaciais retratam a exploração do espaço e a sua transformação em mercadoria. O espaço é moldado e reorganizado conforme as diferentes necessidades da sociedade na conformidade da produção e reprodução que atendam ao capital, transformando o espaço em um produto, uma mercadoria. Sobre esse processo de construção do espaço com base na perspectiva capitalista, Ana Fani Carlos (1994) observa o quão influentes as relações de trabalho são no modo de vida da sociedade, visto que:

> [...] se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é produto e nesse sentido trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade como um todo, produz o espaço e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir (CARLOS, 1994, p. 24).

Ferreira (2011, p. 99) nos chama a atenção para o fato de que "muitas vezes, o espaço produzido contribui mais para ocultar do que revelar a verdade. Isso porque, em geral, não desvela imediatamente o processo de sua produção (a mercadoria)". Nessa acepção, o desenvolvimento da cidade como mercadoria estimula outros setores, como o imobiliário, a construção civil, o turismo e o entretenimento, portanto, não é pelo fato de ser um espaço bem equipado, reconhecido pelo turismo, por exemplo, que as mazelas sociais deixam de existir, elas estão ali, mas, com o trabalho de construção espacial, elas são minimizadas diariamente.

Ferreira (2011, p. 63) esclarece, ainda, que "a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços, não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão de espetáculos, eventos e distrações". Tais concepções são compartilhadas também por Horácio Capel (1994), que observam a troca de valores da produção para uma cidade de consumo e serviços. Pedro Pinchas Geiger, por sua vez, nota a troca de valores e valorização do espaço produzido, priorizando nichos que tenham destaque na produção social.

> Espaço, propriamente dito, como o espaço urbano, corresponde a um nível mais elevado da produção social. Na medida em que as características deste espaço produzido têm a ver com as estruturas econômicas, sociais, culturais, políticas, elas passaram a ser o centro de atenções de autores (GEIGER, 1996, p. 238).

As análises e reflexões de Santos (2006, p. 71) permitem compreender a real essência e significado do espaço enquanto mercadoria no interior da sociedade, visto que a sua ação sobre o espaço não é realizada "sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo", ou seja, objetos passam a ser a expressão de seu valor como ser humano, o que você produz e qual é o seu trabalho dizem muito sobre seu valor, o que resume bem a sociedade capitalista que, por sua vez, "busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas, mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados".

Os recursos disponibilizados à sociedade com o ininterrupto processo de desenvolvimento da informação e comunicação, da tecnologização de todas as atividades produtivas, desdobraram um processo de horizontalização que se refere à expansão do mercado, impactando também as relações sociais.

Santos (1994, p. 26) argumenta que, com a desmedida produção de valores de troca adveio a especialização envolvida pela necessidade do crescimento de sua circulação, fundamental para a transformação tanto do espaço quanto da produção, que encontrou nos "fluxos de informação os responsáveis pelas novas hierarquias e polarizações, nas quais substituem os fluxos de matéria como organizadores dos sistemas urbanos e da dinâmica espacial".

No que diz respeito aos aspectos de horizontalização e/ou de horizontalidade, Santos (1994) explica que eles constituem o

> [...] domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária. Nesses subespaços e graças a essa solidariedade, consciente ou não, há um aumento da produtividade econômica, mas também da produtividade política, alimentadas pela informação (SANTOS, 1994, p. 27).

Santos (1994) complementa as suas reflexões, afirmando que enquanto expressão de espaços que se encontram interligados, a horizontalidade representa a essência dos processos produtivos em si, bem como da divisão territorial do trabalho, à medida que a verticalidade:

> [...] se associa aos processos da cooperação, cuja escala geográfica não ultrapassa a do processo direto da produção. As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemónicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária

> em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância. A dissociação geográfica entre produção, controle e consumo ocasiona a separação entre a escala da ação e a do ator. Esta é com frequência o mundo, transportado aos lugares pelas firmas transnacionais (SANTOS, 1994, p. 26).

No espaço urbano, mesmo que construído, ocorre a substituição de valores que, inicialmente, fomenta o desenvolvimento desigual e a exploração maciça, contribuindo para o surgimento de barreiras, sejam elas sociais, ambientais, políticas etc., o que leva ou obriga a renovação, obviamente visando à continuidade capitalista.

Ferreira (2011, p. 74) destaca tal desenvolvimento como um processo que produz conflitos sociais, visto que, na mesma medida que pressupõe crescimento econômico, promove "o aniquilamento da sociedade, pois não se trata apenas de desigualdades de desenvolvimento, mas da total destruição das relações sociais".

Esse espaço construído não apenas influência as questões materiais e sociais, mas todos os elementos que compõem o indivíduo, pois, conforme Ferreira (2011, p.71) "envolve o material e o imaterial, o objeto e o subjetivo, o sujeito e o objeto, as ideologias e as representações". Além ressaltar a importância da produção do espaço para a reprodução do capitalismo, Ferreira (2011, p. 145) afirma que "a produção do espaço é fundamental para a reprodução do capitalista", que está sob a influência, mas também influencia as ações do Estado, que mantém a relação com o espaço como uma das formas de demonstração e exercício do poder e do controle.

Nesse sentido, evidenciamos as questões voltadas ao meio ambiente, que, no contexto de produção do espaço, acaba por ser o objeto de exploração e em outros casos a sua destruição. Observamos que a construção de espaços artificiais ou, como dizem atualmente, espaços esteticamente "instagramáveis", que, em na maioria das vezes, substitui os aspectos naturais do meio ambiente por um projeto de paisagismo que não valoriza as características do Cerrado. Além disso, a retirada do meio ambiente ocasiona graves problemas no que se refere as águas hidrotermais, que se tornaram o principal atrativo turístico de Caldas Novas.

Nesses termos, Ferreira (2011, p.257) afirma que que "a associação capital e Estado usa o espaço de forma a assegurar o controle dos lugares, através da homogeneização do todo e a segregação para fazer as transformações necessárias para dar sequência ao processo". Considerando a realidade que caracteriza Caldas Novas-GO, buscamos apoio nas reflexões em forma de críticas de Lefebvre (2001) quanto às

transformações no espaço municipal para que as atividades turísticas decolassem, porém, a narrativa construída de uma cidade sem vida, sem história, que passa por um momento transformador e assume um papel de cidade-objeto a ser consumido:

> A cidade historicamente formada não vive mais [...]. Não é mais que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto, "o urbano" persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

O turismo de massa extingue a verdadeira história de uma cidade em sua avidez pelo pitoresco, pelo espetáculo e pelo lucro, restringindo os espaços para as lutas, as disputas e os diferentes interesses que estiveram presentes na história daquela localidade. Por conseguinte, os espaços construídos asseguram a manutenção da expansão da ganância capitalista em sua permanente ocupação, exploração e utilização, reafirmando o poder hegemônico do sistema econômico imposto tanto ao espaço.

Diante das imposições do capital, os processos sociais, sejam eles de mudança ou de bloqueio social, envolvem o espaço e o território em um movimento amplo de "territorialização-desterritorialização-reterritorialização", ou seja, de ocupação ou desocupação de áreas da cidade por determinados grupos sociais, que se materializam *pari passu* com a expulsão dos grupos sociais mais pobres das áreas de interesse social, político e econômico.

1.5 - A compreensão do território: turistificação, territorialização, percepção ambiental

O conceito de território, considerado do ponto de vista da análise espacial, é fundamental para a compreensão das relações sociais e as consequências de contar com territorialidades que exercem a turistificação[3] do espaço. Segundo Souza (2000, p. 78-87), "o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder"; os territórios "são no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço em espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das

[3] Consultar: ISSA, Yara Silvia M de M, DENCKER, Ada de Freitas M. Processos de Turistificação: Dinâmicas de inclusão e exclusão de Comunidades Locais. Trabalho apresentado ao GT "Epistemologia e Pesquisa" do IV Seminário de Pesquisa em Turismo MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006. Acessado em 20 de julho de 2022. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-12.pdf

territorialidades)". Já para Celso Severo da Silva (2018, p.1.336), "os territórios são espaços da produção e reprodução das relações sociais, de construção da sociabilidade, do convívio, de interação e de pertencimento dos indivíduos, famílias e grupos sociais, de expectativas, sonhos e frustrações"

Portanto, as relações que envolvem o território não devem ser analisadas apenas diante dos aspectos físicos. Souza (2000) aponta que poder, domínio e desenvolvimento são aspectos importantes do espaço para a análise. Além disso, ocasionam a exclusão, a seleção social, além de reorganizar o território. De acordo com Gonçalves e Liberato:

> Seria interessante se representar a mudança social (e seu contrário, o bloqueio) só a forma de uma dinâmica territorial, pois a mudança social e em parte está: a vida e a morte dos territórios. Estes territórios têm uma história. A mudança social é vista aqui como um movimento de territorialização-desterritorialização-reterretorialização (BAREL, 1986 apud GONÇALVES; LIBERATO, 2015, p. 94).

Consideramos aqui as territorialidades que vão além dos aspectos físicos naturais e se inserem nas relações humanas como forma de organização do espaço e de identificação. Nessa perspectiva, as mudanças ocasionadas no município de Caldas Novas, ou a turistificação desse espaço, demostra que as intensas ações do turismo influenciam as territorialidades, tanto diretamente, considerando os bairros que dispõem de estruturas voltados ao turismo, lazer e ao atendimento ao turista, quanto indiretamente, observando as inúmeras famílias trabalham formal ou informalmente de forma direta ou indireta com atividades relacionadas ao turismo.

Ao considerar o território e, principalmente, as territorialidades para análise urbana, é necessário considerar o território como uma totalidade, uma vez que esse território, assim como o espaço, tem características que possibilitam transformações, viabilizando, assim, a concretização de interesses inseridos na conjuntura. Dessa forma, o território urbano demostra diversos aspectos que colaboram com a compreensão dos centros urbanos e sua transformação conforme o passar do tempo. Para esclarecer a noção de totalidade, buscamos os escritos de Santos (2006), ao afirmar que:

> A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes (SANTOS, 2006, p. 74).

Silva, Campos e Modesto (2014, p. 58) apontam que “ao pensar o território como uma totalidade, também é preciso pensar estruturas, processos, funções que tenderão à homogeneização dos fluxos”. Sendo assim, a formação dos territórios se inicia com a necessidade do acesso aos instrumentos que permitem o seu controle, limites, sem deixar de considerar o seu caráter bastante social, pois essa aproximação expressa a identificação e os sentimentos de pertencimento por meio das vivencias e experiências individuais e coletivas. Santos (2006), de sua parte, reitera as suas afirmações ao defender que:

> A totalidade é dada pelas suas possibilidades reais, mas histórica e geograficamente irrealizadas. Disponíveis, elas se tornam realizadas (historicizadas, geografizadas) através da ação. É a ação que une o universal ao particular. Levando o universal ao lugar, cria uma particularidade. E esta sobreviva como particular, ao movimento do todo, para ser ultrapassada pelos novos movimentos. A particularidade ultrapassada precede a universalidade atual e sucede à universalidade defunta. Há, pois, um movimento interativo no qual particularidade e universalidade fertilizam-se mutuamente (SANTOS, 2006, p. 80).

Considerando tais inferências, precisamos observar no território urbano alguns aspectos relacionados às suas divisões, que se fazem nítidas quando observadas as delimitações, sejam elas físicas ou sociais.

Importante destacar que a proposta de análise da territorialização turística se refere à apropriação e ao desenvolvimento do turismo no espaço urbano de Caldas Novas, transformando alguns setores do município em um produto a ser consumido, processo realizado pelo mercado, com finalidades claras de acúmulo de capital. É indispensável observar que esse movimento de transformação do espaço turístico, ou a construção de novo espaços, não são ocasionados pelo lugar em si, mas, sim pelo próprio turista que chama a atenção do mercado, resultando em empreendimentos voltados a atender as expectativas do lazer e demais serviços turísticos, bem como as demais demandas do mercado imobiliário, relacionadas à habitação, comércio e indústria decorrentes da expansão demográfica da cidade.

Com essa movimentação de investimentos voltados para o turismo, acaba sendo inevitável observar os limites/bairros centrais e periféricos, o crescimento do tecido urbano, mesmo que de forma desordenada, expondo tanto a heterogeneidade quanto a homogeneidade dos espaços, o que evidencia as desigualdades sociais e econômicas do todo.

No entendimento de Philippe Penerai (2006), essas delimitações são vistas como partes da totalidade, que pode significar a possibilidade da existência de serviços necessários e outros supérfluos concentrados nos setores centrais da cidade, característica que não é encontrada em áreas periféricas, pois são serviços desnecessários à realidade comum de sua massa populacional. Sobre crescimento urbano Penerai (2006) destaca as diferenças consistentes entre o conceito de crescimento e desenvolvimento:

> Por crescimento de uma aglomeração entende-se aqui o conjunto de fenômenos de extensão e adensamento apreendidos de um ponto de vista morfológico, visto é, a partir de sua inscrição material no território, já o termo "desenvolvimento", preferimos reservá-la para nos referir ao aumento potencial econômico ou a ampliação do papel institucional da aglomeração (PENERAI,2006, p.51).

A partir da diferenciação apontada pelo autor, é possível concluir que o ideal para uma sociedade saudável é ocorrer o desenvolvimento, não apenas um crescimento territorial desordenado, ou ordenado pelo movimento imobiliário. Os aspectos negativos do crescimento são fontes de grandes problemas urbanos e sociais. Normalmente, os espaços frutos desse processo resultam em bairros desassistidos perante o poder público municipal.

Nos deparamos com setores extremamente contrários ao termo homogêneo. Além das diferenças estruturais de planejamento urbano, as diferenças sociais também ficam em evidência, como o processo de gentrificação causado pela valorização imobiliária do setor central, voltado para o uso das classes mais ricas.

Salientamos que esses elementos que constituem o território estão profundamente entrelaçados com as questões de poder, pois, para controlar o território, é necessário dispor de poder. Assim, o Estado, em seu território fragmentado, pode exercer a sua influência e aplicar políticas direcionadas para áreas especificas, contribuindo para a construção da cidade, imprimindo, nesses espaços, marcas positivas geradas pelo turismo.

Considerado o turismo um resultado de constante ações de agentes sociais diversos, como um o fenômeno complexo, sempre dinâmico, e em cidades em que representa a principal fonte econômica, influenciando diretamente as questões urbanas e sociais, tornando-se uma mão de via dupla.

Levando em consideração todos os avanços nas regras que se referem à transformação do território e do espaço urbano, como a padronização das ruas e a separação dos setores industriais, Mário Barreiros e Alex Kenya Abiko (1998a), em suas

reflexões sobre o parcelamento do território brasileiro, já demonstram a preocupação com a poluição no centro urbano, além de inserir normativas com a finalidade de transformar o espaço público em espaços mais atrativos.

Com o crescimento populacional expressivo no Brasil que foi de 70.070.457,1, em 1960 para 146.825.475, em 1991, conforme dados do Censo (IBGE), devido às consequências do desenvolvimento econômico vinculado ao processo de industrialização, acelerou de forma considerável a expansão do território urbano. Nesse contexto, as diferenças de classes, mais uma vez, se afirmam e existe uma diferenciação em relação a oportunidades de acesso a áreas "normatizadas" com as áreas de construções irregulares, originando, assim, as pequenas, médias e grandes periferias urbanas com os inúmeros problemas sociais. Ao observamos grandes centros urbanos, Barreiros afirma que, no

> Brasil a extrema desigualdade de distribuição de renda exclui do mercado uma grande parcela da população, que não obstante excluída do mercado formal de lotes regulares, continua demandando espaço para moradia, que será suprido por formas alternativas de atendimento à demanda, o que inclui loteamentos irregulares, favelas ocupação ilegal e outras formas de moradia que não atendam às legislações e normas existentes (BARREIROS, 1998, p. 22).

Ainda nessa perspectiva de crescimento populacional e ocupação das cidades em um período mais recente de 2003 a 2016, o país passou por expressiva mudança no que se refere ao parcelamento urbano, através de programas de desenvolvimento urbano como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Obviamente, estes programas e investimentos foram para além das necessidades sociais de habitação e moradia, tiveram viés político intrínseco. Porém, mesmo que esses programas tenham dado a oportunidade da casa própria a um número considerável de famílias, as contradições que os acompanham são alvos de análises e críticas no que se refere ao reforço das desigualdades sociais, abordadas por Celso Severo da Silva (2018, p. 1.335): "separa a cidade legal, ocupada pelas classes médias, grupos de alta renda e parte dos setores populares, da cidade ilegal, destinada à maior parte das classes de baixa renda".

Assim, constatamos que, na escala municipal, o poder público exerce ações que são sentidas efetivamente pela população, sobre o crescimento populacional urbano e as tentativas de organização no que se refere ao parcelamento urbano, com o intuito de organização de vias, padronização de lotes, estética, aspectos que ficaram de fora as

classes menos favorecidas, ficando sem acesso aos serviços públicos básicos como saneamento básico, estrutura asfáltica, iluminação. Apesar da normatização e padronização desses aspectos urbanos, o poder aquisitivo torna-se fator determinante em acesso aos espaços urbanos de qualidade. Barreiros (1998) afirma que:

> Loteamentos voltados a um mercado com maior poder de compra oferecerão lotes maiores, rede viária, infraestrutura, equipamentos públicos e comunitários adequados e de boa qualidade, ao passo que um loteamento voltado a um mercado de pequeno poder aquisitivo oferecerá lotes na menor dimensão aceita pela legislação urbanística vigente, rede viária e de infraestrutura que atenda ao mínimo aceito pelas normas técnicas. Via de regra o mercado imobiliário se volta para a produção de loteamento direcionados à população de maior poder aquisitivo, com capacidade econômica capaz de pagar o custo dos investimentos e a remuneração dos empreendedores (BARREIROS. 1998, p. 22).

De acordo com Ermínia Maricato (2015, p. 25), é "cada vez mais importante o papel do Estado na produção do espaço urbano. É dele o controle do fundo público para investimentos, e cabe a ele, sob a forma de poder local, a regulamentação e o controle sobre o uso e a ocupação do solo". Nesse sentido, cabe destacar que a ocupação e a transformação dos territórios influenciam direta e indiretamente na divisão do trabalho. Lojkine (1981, p. 121)) considera que "as formas de urbanização são, antes de mais nada, formas da divisão social (e territorial) do trabalho".

Essa divisão territorial e social do trabalho está inserida no contexto histórico da maioria das cidades. David Harvey (2015) descreve o exemplo da Paris nesse processo de organização urbana planejada na gestão do prefeito Georges Eugène Haussmann, ao apontar que as fronteiras urbanas são elementos que dividem a sociedade conforme as características do território.

Santos (2006) aponta que cada espaço, cada subespaço, cada lugar contempla, tanto como espectadores quanto como sujeitos das transformações, os desdobramentos simultâneos das inúmeras divisões do trabalho, ou seja, cada momento histórico experiencia e transforma a divisão do trabalho de acordo com as suas necessidades. Nesse contexto, Santos (2006) argumenta que:

> [...] Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades, diversas. Em outra situação, consideremos, apenas, para fins analíticos, que, dentro do todo, em uma dada situação, cada agente promove sua própria

> divisão do trabalho. Num dado lugar, o trabalho é a somatória e a síntese desses trabalhos individuais a serem identificados de modo singular em cada momento histórico (SANTOS, 2006, p. 89).

Podemos, então, afirmar que a territorialidade exercida pelo homem/sociedade produz, por resultado, a construção de um espaço determinado, que exprime as suas transformações no transcorrer da história e pode ser entendido geograficamente como um sistema indissolúvel de sistemas de ações e intervenções, que encontram, no campo social, a sua mais clara representação material e histórica.

Nesses termos, complementamos que a territorialidade turística está relacionada aos interesses determinados pelas relações de poder, que abrigam os estratos da classe dominante – política, econômica e social – que se ocupam em assegurar a territorialização de suas ações e intenções de forma permanente. A delimitação de tais aspectos não se materializa de modo inflexível, ou seja, a transformação e a diversificação das relações em sociedade incidem diretamente nas lutas pela hegemonia do poder.

Silva (2018) resume este processo de regulação do território:

> [...]deve ter a perspectiva de acesso a direitos humanos e sociais, só que para isso, esbarra nas necessidades do mercado imobiliário informal e formal. Partindo, portanto, da compreensão que a terra e a moradia são mercadorias, e que sua comercialização assegura a transformação do capital – mercadoria em capital-dinheiro (SILVA, 2018 p.1.340).

O autor consegue centralizar os principais agentes que influenciam e regem os impasses que se referem à territorialização, que vão além de delimitações físicas, propriedades com mais ou menos acesso à estrutura. No fim, tudo depende dos interesses do capital.

Diante de tais afirmações, podemos citar como exemplo a realidade que caracteriza a cidade de Caldas Novas-GO por meio da frenética especulação imobiliária central associada ao crescimento da população e à grande quantidade de turistas que aumentam a cada ano, constituindo um dos principais meios de acúmulo de capital concentrado, principalmente, nas mãos dos grandes empreendedores, que reinvestem os seus recursos com a finalidade de reprodução capitalista, contribuindo, portanto, para aprofundar os processos de exploração, segregação espacial e social, uma vez que se encontra diretamente relacionado à sua valorização, ocorrências que desrespeitam e violam os aspectos de direitos à cidade.

1.6 - Esclarecimentos sobre os princípios do direito à cidade

Inicialmente, é importante ressaltar a elaboração do que é cidade por Rolnik (1995). A autora faz uma analogia com um ímã, que reúne pessoas em um único centro, que vem a constituir um centro urbano/cidade e descreve a cidade também como escritas (histórias), que se materializaram nas construções que constituem as cidades, Rolnik (1995, p.8) ressalta que é "indissociável à existência material da cidade está sua existência política". Esse é, sem dúvidas, um dos grandes dilemas da sociedade contemporânea: elaborar uma realidade em que a política atue efetivamente na cidade em favor da sociedade conciliando a cidade como um todo.

Nessa direção, Maricato (2015, p. 22-23) considera que a "cidade é a mercadoria, produto resultante de determinadas relações de produção", que toma a força do trabalho no interior da sociedade como parte principal da cidade, pois é o espaço "por excelência de reprodução da força de trabalho" e não há como não entender essa formulação sem levar em conta que "o mundo está se urbanizando crescentemente e, nas cidades, a moradia, a energia, a água, o transporte, o abastecimento, e a educação, a saúde, o lazer não têm solução individual".

Essa dinâmica heterogênea é discutida também por Harvey (1982) sobre a capacidade do capital em corresponder ou se moldar aos interesses de uma minoria para com a cidade, além de considerá-la como fruto das ações sociais no espaço urbano que a define como "ambiente construído". Lefebvre (1972, p. 65), refere-se a esse processo como o "mundo mercadoria", exatamente por capitalizar tudo, inclusive a cidade. Além disso, o autor (2001, p. 14) considera a cidade "um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação", atribuindo a ela aspectos de objetificação rasos.

O conceito de direito à cidade, atualmente, é assunto de grandes debates na área da Geografia, pela interação social ao espaço urbano, o que, inevitavelmente, resulta em inúmeras contradições e, nesse paralelo, acentuam as diferenças vivenciadas nas cidades. O direito à cidade, assim como outros assuntos, se modifica e assume outras interpretações no decorrer do tempo. Nesse sentido, vale ressaltar os aspectos apontados no Estatuto da Cidade (2008), como:

1. A mobilidade que garante os meios (transporte) e o direito de se locomover sem dificuldades;
2. Moradia digna, que garante conforto material, social e segurança;

3. Meio ambiente, que se faz na preservação de rios, praças, parques;
4. Saneamento básico, fundamental para a saúde coletiva;
5. Igualdade de gênero, que defende a não distinção entre os homens, as mulheres e os não heterossexuais;
6. Cidadania, que estabelece uma rede de respeito às liberdades civis e direitos do cidadão independentemente de raça, credo, classe ou gênero.

Os pontos também fazem parte do Plano Diretor Municipal, que possibilita a sociedade "construir" uma cidade ultrapassando desafios sociais.

Ainda sobre o direito à cidade, tomamos as contribuições de Lefebvre (2001, p. 113), que possibilitam questionar as hierarquias espaciais e as políticas de separação social da urbe capitalista contemporânea, por meio de uma nova forma de reorganização espacial, a renovação urbana, na qual a estratégia se configura "necessariamente revolucionária, não pela força das coisas, mas contra as coisas estabelecidas". O capitalismo tem impulsionado o movimento de crescimento da malha urbana e das ações sociais que resultam em novas formas de trabalho e de suas relações. Maricato (2009, p. 9) observa que, apesar da globalização e do *marketing* envolvido, o acesso à moradia ainda não é acessível a todos; "apesar de incluído no sistema produtivo capitalista, o trabalhador (parte da População Economicamente Ativa) é excluído do mercado residencial capitalista".

Assim sendo, as noções que estão inseridas no direito à cidade, além dos aspectos estruturais, consideram as questões relacionadas à cultura, ao lazer e ao entretenimento, aspectos diretamente relacionados ao desenvolvimento social. Inserimos também as questões ambientais que, atualmente, são parte importante de qualquer discussão que envolva a sociedade urbana. Para a efetivação do direito à cidade, não podemos deixar de considerar que a sociedade passa por diversos empecilhos. Portanto, há a necessidade de reconhecer que espaços são construídos para assegurar o distanciamento entre as classes sociais, visto que os subalternos não têm acesso às atividades e serviços disponibilizados nas áreas mais valorizadas da cidade para os estratos da classe dominante e turistas de todas as partes. Carlos (1994, p.14) ressalta que a construção do urbano se mostra como "um produto de contradições emergentes do conflito entre necessidades da reprodução do capital e as necessidades da sociedade como um todo".

O direito à cidade, nos tempos atuais, é tomado ou confundido como políticas públicas, porém, essa concepção é, de fato, contraditória. Para Lefebvre (2001), o conceito de direito à cidade é um ato revolucionário, pois as políticas públicas, por si só, não são capazes de concretizar os anseios da sociedade para sua realidade. Assim, Ferreira (2011) discute alguns aspectos que representam o direito à cidade, empregados por Lefebvre (2001);

> Quando nos referimos aos movimentos sociais urbanos, temos de ter em conta sua diferença em relação àqueles de caráter mais universais, já que, em geral, estão ligados à luta por moradia, pela melhoria de serviços públicos, como transporte coletivo de qualidade etc. Fato é que não precisaria ser assim; aliás, pelo contrário. Melhor seria pensarmos em movimentos que, em sua luta, levassem em conta o curto, médio e longo prazo em suas reivindicações pelo direito à cidade. Dessa maneira, incorporaríamos aos movimentos sociais urbanos clássicos, outras lutas também fundamentais e complementares, de gênero, étnicos, religiosos... estaríamos aproximando-nos do verdadeiro direito à cidade e ao direito de pensar e construir uma outra cidade (FERREIRA, 2011, p. 255).

Lefebvre (2001) ainda observa a forma com que o capitalismo se transforma e se recupera de suas crises, apoiando-se inicialmente nas indústrias e posteriormente no consumo, até incluir o urbano, conquistando, assim, o espaço em sua totalidade. No que se refere ao urbanismo, o autor destaca a inversão de valores quando o "urbanismo" se coloca em prol do poder público e do setor imobiliário, como meio de acumulação, originando a fragmentação do espaço urbano, deixando, em segundo plano, a qualidade de vida da sociedade.

Nessa expectativa de atingir as concepções referentes ao direito à cidade, notam-se manobras políticas com a justificativa de tornar a cidade acessível. Assim, a revitalização urbana, discutida por Ferreira (2011, p. 73), aponta uma "sucessão de valores em desenvolvimento (desenvolvimento desiguais), renovação e, por fim sustentabilidade. Essa sucessão de ações é empregada no urbano como possibilidade de revitalização tanto do espaço quanto no que se refere à sociedade. O autor relaciona esses processos à produção do espaço e a manobras que contribuem com a valorização e a especulação imobiliária:

> "[...] a produção do espaço, em sua materialização[...] através de planejamento estratégico, que viabiliza projetos de "revitalização", de "reabilitação" ou, como preferem outros, de "revitalização urbana" que têm apresentado como resultado a especulação imobiliária, a produção

> de uma urbanização banalizada e a gentrificação" (FERREIRA 2015, p. 77).

Nesse contexto, encontramos outros fatores que dialogam com a reconstrução e reestruturação do urbano, porém, esses desafios esbarram na comercialização das cidades, processo que conta com os interesses do setor privado, acompanhados pelos incentivos políticos e fiscais, que contribuem para a implantação de novos empreendimentos. Ferreira (2011, p 149) observa que "as vantagens oferecidas para os investidores são criadas através dos investimentos públicos em infraestruturas, a redução dos custos locais por subsídios- como renúncia fiscal, crédito facilitado e cessão de terrenos." Assim, consideramos esses indícios fortes exemplos da comercialização da cidade e notamos que estas práticas são comuns, com a justificativa de atrair empreendimento.

Quando nos indagamos sobre as possibilidades de reestruturação e reconstrução, é inevitável não nos dedicar a observar os planos de desenvolvimento, ou até mesmo planejamento urbano. Tais andamentos demostram que as contradições nesse discurso são notáveis quando a tendência do planejamento urbano se volta mais para aos interesses capitalistas de acumulação e comercialização dos espaços do que no que se refere aos interesses sociais da população.

Esses conceitos de reconstrução e uso do espaço urbano desencadeiam relações conflituosas dos setores público e privado. Diante dos interesses em comum se consolida uma relação que, para Harvey:

> A relação simbiótica entre espaços comerciais e públicos e sua apropriação privada mediante o consumo se tornou fundamental. O espetáculo da mercadoria passou a atravessar a divisão entre público e privado, e efetivamente dominou e unificou os dois (HARVEY, 2015, p. 291).

Sobre o planejamento de Paris, Haussmann (1893, p. 34) notava a necessidade de um desenvolvimento a partir das peculiaridades de cada local, um "plano geral que fosse não obstante suficientemente detalhado para coordenar de maneira adequada as diferentes circunstâncias locais". Haussmann acabou por inaugurar um novo conceito de cidade: a cidade moderna, de trânsito urbano intenso, poluição sonora e visual, com grandes aglomerados de pessoas, crescimento de bairros periféricos, problemas de transporte coletivos e de mobilidade urbana etc. Totalmente diferente das cidades da era pré-industrial, em que "a maioria dos habitantes vivia numa sociedade rural e produzia inserida numa economia agrícola" (DRUCKER, 1976, p. 49).

De acordo com David Harvey, nesse novo modelo de urbano, a cidade é vista como totalidade:

> O espaço urbano passou a ser visto e tratado na sua totalidade em que os diferentes bairros da cidade e diferentes funções eram colocados em relação para que se formasse um todo um todo funcional. Essa preocupação constante com a totalidade dos espaços urbanos (HARVEY, 2015 p. 153).

A preocupação demonstrada por Haussmann e Harvey centra-se em se desenvolver um plano que abrange todo o espaço, não só fragmentos, que "beneficiem" partes da sociedade, mas que reflita também nas relações sociais que permanecem no centro desses conflitos, que, por um lado, prezam pelo desenvolvimento de forma igualitária. Em contrapartida, observamos a exploração espacial e social sem precedentes.

Assim, observamos que os anseios urbanos reforçam as diferenças entre as classes sociais, além de dar sentido as atribuições relacionadas ao valor do espaço que vem a ser reforçado diante da constituição dos territórios.

A necessidade de planejamento urbano para Caldas Novas, almeja um espaço de qualidade, organizado e pensado para tornar o urbano equilibrado. Por se tratar de uma cidade turística, o planejamento deve atender as demandas do fenômeno, como o trânsito gerado pelos turistas, o aumento do fluxo de pessoas, além das questões ambientais, como o aumento do esgoto e o aumento da produção de lixo, que são alguns exemplos de questões que devem ser envolvidas no planejamento.

A falta de planejamento resulta em transtornos que geram gastos extras, como ocorreu em julho de 2020, quando a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) notificou e multou o Departamento Municipal de Água e Esgoto (Demae) por lançar, no Ribeirão Caldas, muitos resíduos sem o devido tratamento. Esse material se torna altamente prejudicial ao meio ambiente e à sociedade.

A sustentabilidade abordada como meio de revitalização urbana também é vista como manobra da manutenção capitalista. Oliveira (2014 p. 132) observa que "o desenvolvimento sustentável implica a pungente necessidade capitalista do uso racional da natureza, vista como recurso, mercadoria e capital futuro".

Sobre a revitalização central das cidades, quando nos referimos a municípios turísticos, como o caso de Caldas Novas, esse processo vem encoberto por objetivos voltados diretamente a atração de turistas, e de forma cada vez mais privada. Dessa forma, Ferreira (2011, p. 92) ressalta que, "por trás desses investimentos há o objetivo de atrair

pessoas, principalmente turistas, ávidas por equipamentos de lazer, como bares, restaurantes, lojas de artesanato e de souvenires, galerias de arte e boutiques."

A contradição encontrada no discurso de planejamento urbano está diante da troca de valores, uma vez que a política municipal, anteriormente preocupada com a população, no coletivo, é deixada de lado, sendo substituída pela transformação do urbano em um cenário que possibilite a atração de investimentos, e estes investidores esperam, em contrapartida, incentivos ficais. Assim, Vainer (2000) discute estas transformações urbanas atribuindo a cidade atributos de mercadoria "a ser vendida e comprada".

A cidade como mercadoria é também discutida por Borja e Form (1996 p. 33), que consideram a cidade como um conjunto de "engrenagens" com a finalidade de atender o capitalismo através das relações público e privada, "A mercadotécnica da cidade, vender cidade, converteu-se [...] em uma das funções básicas dos governos locais e [...] um dos principais campos de negociação público-privada". Isso acabou por cunhar o modelo de cidade moderna inaugurada por Haussmann, em que foram criadas perspectivas de mercado para novas tecnologias e, por conseguinte, novas indústrias e

> impulso a grandes invenções, proporcionando mercado para o desenvolvimento de novas indústrias que nelas se baseavam: iluminação – a gás e depois eletricidade -; transportes elétricos – metrôs, bondes ou trens elevados -; o telefone; construção de estruturas de aço para novos edifícios de grande altura; loja de departamentos; o jornal e muitas outras (DRUCKER, 1976, p. 49).

No caso das cidades turísticas, além dessas perspectivas apresentadas, um dos setores econômicos mais beneficiados é o imobiliário e a construção civil. Além da construção de moradias para uma população crescente, impulsionada pela imigração, a construção de flats, hotéis, clubs e resorts movimenta diversas atividades econômicas, de forma direta e indireta. Consequentemente, temos a especulação imobiliária, por meio da hipervalorização de determinados espaços, que acentua o distanciamento das classes sociais, tornando-os inacessível a todos e contribuindo, assim, para a exclusão social. Costumeiramente esta situação é verificada nas áreas centrais dos municípios como Maricato (2015, p. 23) ressalta que "atributos que podem estar até mesmo fora delas, como, por exemplo, um novo investimento público ou privado feito nas proximidades. A legislação e os investimentos urbanos são centrais para 'gerar' essa riqueza que irá favorecer (valorizar) determinados imóveis ou bairros".

Cabe ressaltar que a legislação vigente (BRASIL 1988 e 2001) estabelece o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição da população e das atividades econômicas. Todavia, reafirmamos que a forma de distribuição populacional nos municípios ocorre de forma excludente, formando centros comerciais e bairros com *status* social, e o restante da população é marginalizada na periferia geográfica e social.

Em oposição às políticas urbanas excludentes, Harvey (2012) infere que o direito à cidade é um direito humano e coletivo, capaz de realizar transformações. Jacobi (1986) aborda a diferença entre cidadãos e pessoas que vivem na cidade, de grande importância para a elucidação do papel das pessoas na sociedade, que deve se tornar cidadãos para, assim, desenvolver uma urbanização mais coerente e humanizada. Nessa direção, cabe o questionamento:

> Todas as pessoas que vivem na cidade são cidadãos? Não é bem assim. Na verdade, todos têm direito à cidade e têm direito de se assumirem como cidadãos. Mas, na prática, da maneira como as modernas cidades crescem e se desenvolvem, o que ocorre é uma urbanização desurbanizada. [...] Direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro (JACOBI, 1986, p. 22).

Nos municípios considerados pequenos e médios, a luta pelo centro da cidade se torna um conflito social considerável, pois a especulação imobiliária e a valorização do território são fatos que despertam a nossa atenção. Esses espaços são vistos com maior relevância pelo local em que são situados, pela proximidade de todos os serviços, ou pela facilidade de acesso. Em inúmeros casos, a valorização por parte dos setores imobiliários se dá pelas dimensões dos terrenos que, normalmente, são maiores do que os vistos rotineiramente em meio à expansão urbana em direção à periferia.

Ainda sobre a valorização do espaço urbano, o poder público municipal é, sem dúvida, um agente de grande influência, uma vez que detém o poder de definir as ações e investimentos que serão realizadas no território. Nessa direção, Maricato (2015) define três linhas:

> [...] de orientações do investimento público urbano: a) aquela orientada pelos interesses do mercado imobiliário cujo motor é a valorização imobiliária; b) aquela definida pelo *marketing* urbano, cujo motor é a visibilidade; c) aquela definida pela relação clientelista, que responde a interesses eleitorais. Essa última pode até implicar investimentos em áreas pobres, mas subverte uma orientação de investimento que poderia ser dada pelo planejamento urbano (MARICATO, 2015, p. 81).

Diante das possibilidades apontadas pela autora, é, no mínimo, curioso que, em todas as vertentes, a preocupação e/ou a finalidade em valorizar o local nunca é, de fato, o bem-estar da sociedade em sua totalidade, e sim a de satisfazer os interesses do mercado capitalista.

Quanto à urbanização no Brasil, foi a partir de 1964 que o país passou efetivamente pela expansão imobiliária ou *boom* imobiliário (conforme alguns autores). Porém, nesse período, grande parte da sociedade, em sua maioria, pessoas pertencentes à classe baixa da sociedade, obviamente, não foram contempladas pelo desenvolvimento urbano. Esse processo resultou, a partir de 1970, no "caos urbano" conforme Maricato (2000), ou crescimento desordenado.

Dessa forma, fica clara a omissão do planejamento urbano, que foi substituído por ações que, obviamente, não correspondem aos planos de desenvolvimento urbano. Já em 2000, surge a discussão sobre a necessidade da reforma urbana, consolidada através do Estatuto da Cidade, da Lei Federal de nº 10.257, de 10 de junho de 2001, que surge com o intuito de normatização de ações que visam "organizar" o crescimento urbano e o espaço municipal. Para isso, houve a implantação do Plano Diretor, ferramenta fundamental para a iniciativa de controlar esse processo.

Obviamente, esse processo de repensar a cidade sofreu críticas e resultou em contradições constatadas inclusive na atualidade. A construção do planejamento urbano, ou do denominado Plano Diretor, visa à homogeneização do tecido urbano, contudo, tal intencionalidade fica apenas atrelada ao discurso (na maioria das vezes).

Castro e Silva (1997, p. 87) resumem muito bem essa questão do planejamento, "o resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, leis para alguns, cidadania para alguns [...] não se trata de direitos universais, mas de privilégios para poucos". Nessa perspectiva, com a normatização do Plano Diretor, nos deparamos com outro problema, que se refere à aplicação ou adoção de planejamentos urbanos encontrados em projetos de sucesso aplicados em outras cidades, por exemplo. O sucesso de tais ações e a promoção dessas estratégias, ou até mesmo o *marketing* empregado e a adoção dessas estratégias não pensadas especificamente na realidade do espaço vivido, negam a sociedade local.

Maricato (2015) reflete sobre o Plano Diretor e a forma contraditória e ilusória como é apresentado, pois, na teoria, preocupa-se com aspectos que impactam na vida dos

cidadãos e na sociedade, entretanto:

> [...] está desvinculado da gestão urbana. Discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática. Conceitos retificados, reafirmados em seminários internacionais, ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o status de temas importantes (ou centrais como deveria ser) para tal urbanismo (MARICATO, 2015, p. 87).

A autora ressalta que as contradições no espaço urbano são inúmeras e aborda as desigualdades, observando desde as áreas periféricas, sem o fornecimento de saneamento básico – fornecimento de água em condições de consumo, tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos, entre outros serviços relacionados à saúde e à educação – até a forma com que são realizadas as construções das residências denominadas "autoconstrução" da casa/residência, muitas vezes, de maneira informal. Maricato (2015) esclarece ainda que:

> [...] uma proporção maior ou menor da população urbana, dependendo de cada país, é excluída do direito a cidade e do mercado formal (capitalista), e busca acesso à moradia por meio de seus próprios e precários recursos. [...] podemos dizer que a maior parte da população urbana constrói suas casas sem o concurso do conhecimento técnico (de engenharia e arquitetura), sem financiamento formal e sem respeito a legislação fundiária, urbanística e edilícia (MARICATO, 2015, p. 80).

A "exclusão social" (gentrificação) nesse processo também é considerada por Maricato (2015) como uma contribuição da valorização dos espaços urbanos, uma vez que atribui à presença das classes subalternas a "desvalorização imobiliária", produzindo a "não cidade", espaço de ninguém, sem organização, infraestrutura, que impactam as questões de moradia e desenvolvimento urbano, bem como as concepções de sociedade. Para Maricato (2015, p. 85), "a invisibilidade dessa 'não cidade' tem decisiva influência na formação das consciências. Os excluídos da cidade hegemônica são tomados como uma minoria e não como maioria da população, como de fato são". Villaça (1999) compartilha da mesma constatação e se refere a esses planos urbanos como "planos-discursos".

Considerando esses aspectos relacionados à constituição da cidade, o uso dos espaços é claro mediante a valorização. No entendimento de Vainer (2000), constituem a "cidade mercadoria" e a "cidade-empresa", ou seja, a mercadoria que deve ser vendida, comercializada, e a empresa que deve ser gerida como pelo setor privado, visando ao desenvolvimento permanente e à lucratividade. Araújo (2012, p. 138), de seu lado, considera que essa segregação é, de fato, resultado da cidade como produto, assim como

“a segregação socioespacial que nega tanto a cidade, porque lhe torna produto ao invés de obra, quanto o urbano, cujo conteúdo reside no valor de uso e na apropriação de tempo e espaço”.

Tais contradições e contrariedades são consequências diretas e indiretas do chamado “crescimento econômico”. Podemos atribuir também, aos avanços tecnológicos, as trocas dos valores sociais, que colocam em destaque a necessidade de manutenção de sua sintonia com as ações e técnicas que colaboram para o acúmulo do capital. Fica claro, ao observarmos nas cidades, a sua intenção de reprodução capitalista na sociedade, resultante das construções sociais para além das mazelas aqui apontadas.

Reiteramos que o direito à cidade defende a igualdade, a qualidade de vida urbana, e a não segregação social. No entanto, esses aspectos são transformados em produtos aos olhos do capital, como fontes de lucro, de acesso limitado e exclusivo a quem pode pagar para usufruir desse direito. Recorremos, mais uma vez a Harvey (2012, p. 81), para reafirmar que “a qualidade de vida urbana se tornou uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana”. Quando observamos os municípios turísticos, essa questão de direito à cidade, planos-discurso e cidade-mercadoria ficam ainda mais evidentes ao descrever os espaços voltados ao consumo turístico e à vida da comunidade local em si.

1.7 - Considerações Finais

A partir dos apontamentos realizados neste primeiro capítulo, tivemos o intuito de introduzir os principais conceitos que darão fundamentos para que a discussão sobre a constituição da cidade de Caldas Novas e suas relações com a sociedade local e com outro elemento que faz o município singular.

O espaço apresentado se mostra ilimitado no que diz respeito às possibilidades de transformação, conforme as demandas sociais. Porém, essa capacidade se mostra alvo de exploração capitalista através da segregação e até mesmo a exclusão espacial, negando, assim, o próprio espaço de certas classes sociais.

As territorialidades apresentadas quando nos referimos à cidade de Caldas Novas, retratam um espaço múltiplo, quando observamos as características que não se repetem em toda a cidade. Dessa forma, observamos os contrastes distintos e gritantes,

principalmente quando comparamos as áreas voltadas ao atendimento dos turistas e as áreas com maior densidade de residências.

Assim, nos dedicamos a explorar o direito à cidade e seus aspectos, apoiados nas diretrizes do Estatuto da Cidade e no Plano Diretor, e verificamos que grande parte destas "instruções" não fazem parte efetivamente das políticas públicas municipais.

Apesar de alguns autores apontarem como controversas as questões relacionadas ao direito à cidade e aos aspectos voltados ao planejamento urbano, observamos que é nesse momento em que as contradições são expostas, demostrando que, mesmo com os debates e a tentativa de aplicar no urbano de tais conceitos, a realidade vai na contramão, pois tais conceitos resultam em conflitos entre o que a sociedade necessita e espera do setor público. Nessa direção, mantém influências consideráveis no setor público.

Podemos concluir que a falta dessas políticas públicas colabora para que a cidade se torne um campo de desigualdade, sem infraestrutura, abrindo espaço para o crescimento desordenado e sem planejamento da cidade, sem falar nos riscos e impactos socioambientais.

1.8 - Referências

ARAÚJO, James Amorim. Sobre cidade e o urbano em Henri Lefebvre. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, 2012, p. 133-142. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74258/77901>. Acesso em 12 dez. 2020.

BARREIROS, Mário Antonio Ferreira; ABIKO, Alex Kenya. **Reflexões sobre o parcelamento do solo urbano**. São Paulo: Escola Politécnica, 1998.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y global**: La gestión de las ciudades en la era de la información. Madri: Habitat/Taurus, 1997.

BORJA, Jordi; FORN, Manuel. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades, **Espaço & Debate**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XVI, n. 39, São Paulo, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. **Portal IBGE Cidades**: Caldas Novas. Rio de Janeiro: IGBE, 2019. Disponível

em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/caldas-novas/historico>. Acesso em: 10 mai. 2021.

CAPEL, Horacio. **Las tres chimeneas, volume 3**. Barcelona: FECSA, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTRO, Carolina Maria Pozzi; SILVA, Helena Menna Barreto. **Legislação e mercado residencial em São Paulo**. São Paulo: LabHab/FAUUSP, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DALL'AGNOL, Sandra. Impactos do turismo x comunidade local. In: **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Caxias do Sul: UCS, 2012.

DRUCKER, Peter F. **Uma era de descontinuidade**: orientações para uma sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERREIRA, Alvaro. **A cidade no século XXI**: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FERREIRA, Alvaro. A metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Orgs.). **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

GEIGER, Pedro P. Desterritorialização e espacialização. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

GONÇALVES, Israel Monteiro; LIBERATO, Rita de Cássia. A geografia política e suas múltiplas abordagens: o sistema territorial e uma precisão teórico-conceitual das fronteiras, **Ágora**, v. 17, n. 1, Santa Cruz do Sul, jan./jun. 2015, p. 87-97. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/5799/4345>. Acesso em: 19 out. 2020.

HARVEY, David. O direito à cidade, **Lutas Sociais**, n. 29, São Paulo, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: 15 mai. 2020.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas, **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n. 6 jun./set. 1982.

HARVEY, David. **Paris**: capital da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

HAUSSMANN, Georges-Eugène. **Mémoires du Baron Haussmann**. Paris: Victor-Harvard, 1893.

ISSA, Yara Silvia M de M, DENCKER, Ada de Freitas M. **Processos de Turistificação: Dinâmicas de inclusão e exclusão de Comunidades Locais.** Caxias do Sul, 2006. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-12.pdf . Acessado em 20 de julho de 2022.

JACOBI, Pedro. As cidades e os cidadãos, **Lua Nova**, v. 2, n. 4, mar. 1986, p. 22-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/v2n4/a04v2n4.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**: El derecho a la ciudad, II. Barcelona: Ediciones Península, 1972.

LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique**: 12 mots clef pour le monde moderne. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, Erminia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

MARICATO, Erminia. **Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo**. Revista Vera Cidade – Ano IV - Nº 4 - março de 2009.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Centauro, 2002.

MOREIRA. Rui. **Espaço, corpo do tempo**: a construção geográfica da sociedade. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **Uma reflexão histórica do turismo**: o caso Caldas Novas (1970-1990). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/n/20584-2001-oliveira-hamilton>. Acesso em: 24 jul. 2020.

OLIVEIRA, Leonardo Dias de. **Geografia urbana e desenvolvimento sustentável**: Notas acerca da reestruturação espacial contemporânea. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

PENERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: EdUNB, 2006.

RIBEIRO JR., José Raimundo Souza. **O direito à cidade como reivindicação do urbano**. In: Anais do XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB). UFES-Espirito Santo, 2019, p. 2484-2499. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26783>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTANA, João Paulo Monte de. Algumas considerações sobre as possibilidades do planejamento e da gestão: Riscos e promessas em prol do desenvolvimento sócio-espacial. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MARAFON, Glaucio José; SILVA, Augusto César Pinheiro (Orgs). **Metropolização do Espaço**: Gestão territorial e relações urbano-rural. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

SANTOS, Flávio Reis; PALMERSTON, Sheila Cristina Endress; OLIVEIRA, Verônica Cristina Silva. O turismo no município de Caldas Novas: o fetichismo da mercadoria, **Revista Expedições**, v. 11, fluxo contínuo, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/issue/view/554>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: meio de comunicação e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, Cátia Antônia; CAMPOS, Andrelino; MODESTO, Nilo Sérgio D'Ávila. **Por uma geografia das existências**: movimentos, ação social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, Celso Severo da. Regularização fundiária no brasil contemporâneo: para além da interpretação jurídica, **Revista de Políticas Públicas**, vol. 22, 2018, p. 1327-1346.

Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9868>. Acesso em: 10 out. 2021.

SOUSA, Diego Péricles Rodrigues. **Potencialidades turísticas eco esportivas na região das águas termais no estado de Goiás**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2018. Disponível em: <https://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/509>. Acesso em 15 mai. 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

THEOBALD, William (Org.). **Turismo global**. 2 ed. São Paulo: SENAC, 2002.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando conceitos. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

2 – HISTORICIZANDO A CONSTITUIÇÃO DO TURISMO E DOS NEGÓCIOS NA CIDADE DE CALDAS NOVAS/GO

2.1 – Resumo

Nesta sessão, nos dedicamos à história do município, que, obviamente, se reflete no que Caldas Novas se tornou, uma cidade com turismo consolidado e reconhecido. Além disso, é através do tempo e das ações do homem no espaço que possibilita o surgimento de problemáticas como a migração de pessoas, o estabelecimento do turismo como base da economia municipal, além dos aspectos voltados à utilização do meio ambiente para a atividade turística. Assim, surgem implicações, que devem ser consideradas também como modeladores socioespacial, como a segregação social, intensa especulação imobiliária e crescimento desordenado.

Palavras-Chave: Caldas Novas-GO, Segregação Espacial, Especulação Imobiliária, Crescimento.

2.2 - Introdução

As dinâmicas da construção de Caldas Novas foram margeadas pelo seu principal atrativo, as águas hidrotermais, utilizadas, inicialmente, com foco terapêutico e, posteriormente, voltadas para o turismo de lazer, o que já foi uma grande mudança, pois passaram a receber um número maior de pessoas.

A partir dessa mudança, o crescimento do território urbano se tornou expressivo entre 1980 e 1996, o que impulsionou a especulação imobiliária e, consequentemente, o crescimento desordenado. Porém, mesmo com um cenário promissor de desenvolvimento urbano, na atualidade, há um reflexo de problemas preocupantes sobre infraestrutura básica, saneamento, espaços para lazer e entretenimento público de qualidade, políticas públicas voltadas à preservação e conservação do meio ambiente.

Nesse processo, os desafios de uma reconstrução de Caldas Novas, assim como as preocupações com as cidades em geral, abriram espaço para discussões referentes a planejamento, sustentabilidade e reorganização urbana. A partir dessas questões, surge o Estatuto da Cidade, que contém incorporado o Plano Diretor, um documento que

normatiza cada município conforme suas necessidades e peculiaridades, com enfoque na melhoria da qualidade de vida social e urbana. Porém, diante das possibilidades sugeridas em tais documentos, é possível a constatação de que, para se obter uma cidade e um urbano de qualidade, é necessário muito mais do que documentos e planos voltados para a área, sugerindo uma contradição importante, uma vez que o município se baseia em tais planos para "administrar" o município e, mesmo assim, a realidade está bem distante do básico ideal.

2.3 - As transformações no espaço urbano em decorrência da expansão da atividade turística

O município está localizado no sudeste goiano, pertence à região intermediária de Itumbiara, e à região imediata de Caldas Novas-Morrinhos, e à microrregião conhecida como Meia Ponte, no Centro-Oeste brasileiro (IBGE, 2020). Caldas Novas passou por mudanças significativas em todos os campos até seu estabelecimento como a cidade das águas quentes, como é reconhecida atualmente.

Para a compreensão da formação e da transformação urbana de Caldas Novas e para a dinâmica urbana reconhecida na atual conjuntura, faz-se necessário retomar a narrativa histórica do município, observando os acontecimentos nos períodos correspondentes no Brasil, e, principalmente, no estado de Goiás, observando qual o comportamento e a trajetória que o município percorreu e percorre a partir desse contexto.

Podemos considerar que correspondem às linhas de crescimento, ou expansão das cidades, que, frequentemente, são decorrentes dos aspectos naturais, que se originam a partir de algum atrativo considerável, como no caso de Caldas Novas, que dispõem de locais com potencial para perfuração de poços, córregos, canais e, principalmente, nascentes de água hidrotermais, atrativos que, por fim, deram origem ao que veio a se tornar o município.

No município, já havia o conhecimento da existência das águas hidrotermais, descobertas já há algum tempo, supostamente, em 1722, por Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera (OLIVEIRA, 2008). Nos fins do século XVIII, já havia uma movimentação atribuída às águas utilizadas para tratamentos terapêuticos/medicinais, especialmente, para doenças de pele, como a hanseníase, conhecida popularmente como lepra. Além disso, devido à alta temperatura das águas, elas também são benéficas para tratamento de dores reumáticas e sífilis. Em 1920 (9 anos após a constituição de Caldas

Novas como município), foi construído o primeiro balneário público, que foi reformado e ampliado por volta de 1936, quando ocorreu a construção do primeiro hotel, pelo então prefeito Armando Storni, conforme se nota na Figura 3, abaixo:

Figura 3 – Reforma e ampliação do Balneário Municipal de Caldas Novas e construção do 1.º Hotel – 1936.

Fonte: Arquivo pessoal de Hamilton Afonso Oliveira (2021).

No entanto, foi na administração do prefeito Armando Storni (1935-1939) que houve a reestruturação e a ampliação do balneário municipal, conforme se nota na Figura 3, a construção – provavelmente, a primeira - de um:

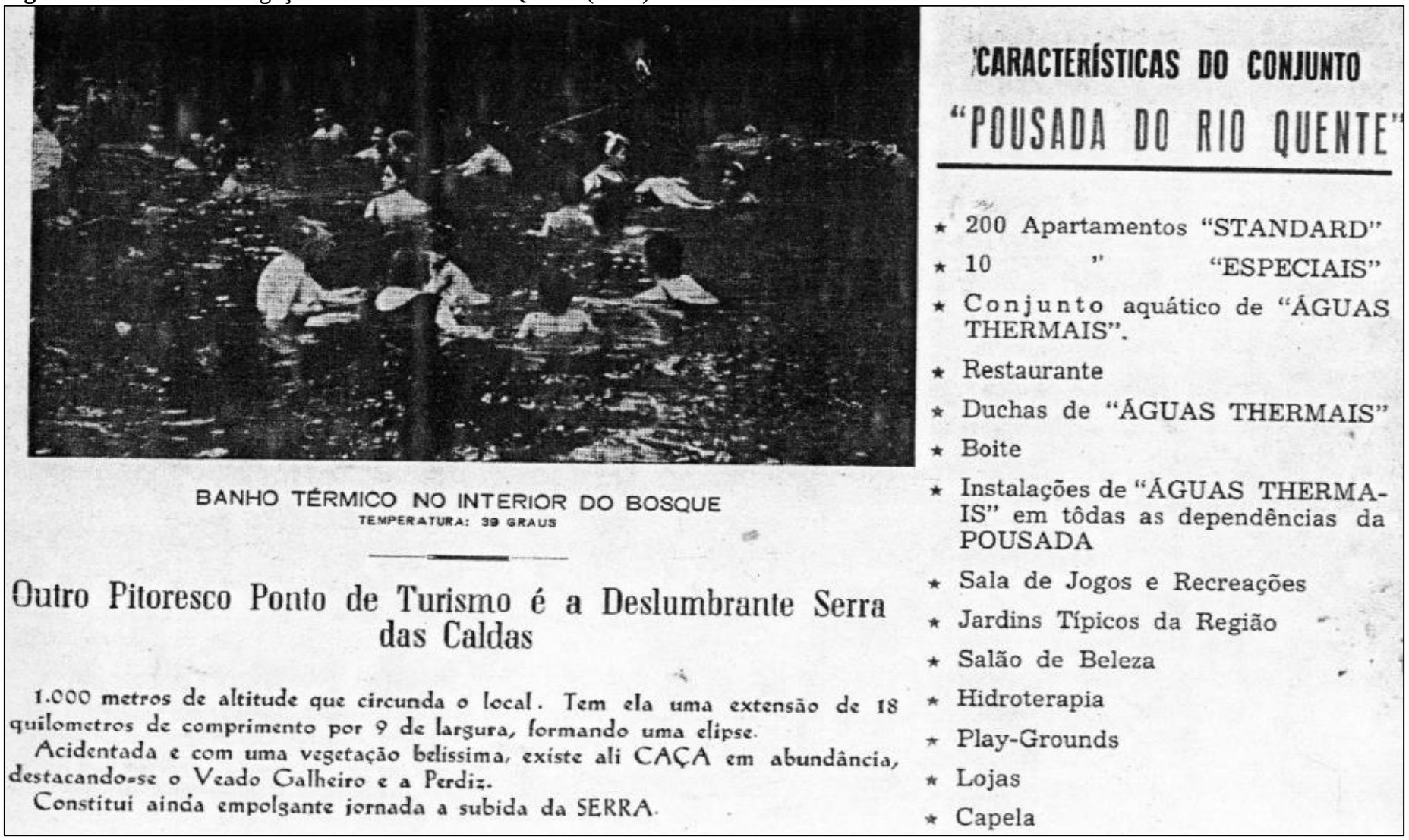
> hotel moderno para acomodação de banhistas mais exigentes. Para tal empreendimento Armando Storni conseguiu, na época, do poder público estadual uma quantia de 60 contos de réis, que foram empregados na desapropriação dos terrenos localizados à margem do córrego de Caldas, e mais 20 contos para a construção do balneário (OLIVEIRA, 2001, p. 81-82).

Os supostos benefícios à saúde é que atraíram pessoas de várias localidades de Goiás e do Brasil, mas os primeiros empreendimentos relacionados à atividade turística de lazer e entretenimento somente tiveram início a partir de 1960. Mesmo assim, havia um forte apelo pitoresco e do valor medicinal das águas termais, conforme observados nas Figuras 4 e 5, em um panfleto de divulgação da Pousada do Rio Quente, de 1965:

Figura 4 - Cartaz de divulgação da Pousada do Rio Quente (1965) -frente.

Fonte: Arquivo pessoal de Hamilton Afonso Oliveira (2021).

Figura 5 - Cartaz de divulgação da Pousada do Rio Quente (1965) -verso.



BANHO TÉRMICO NO INTERIOR DO BOSQUE
TEMPERATURA: 39 GRAUS

Outro Pitoresco Ponto de Turismo é a Deslumbrante Serra das Caldas

1.000 metros de altitude que circunda o local. Tem ela uma extensão de 18 quilometros de comprimento por 9 de largura, formando uma elipse.

Acidentada e com uma vegetação belissima, existe ali CAÇA em abundância, destacando-se o Veado Galheiro e a Perdiz.

Constitui ainda empolgante jornada a subida da SERRA.

CARACTERÍSTICAS DO CONJUNTO "POUSADA DO RIO QUENTE"

- ★ 200 Apartamentos "STANDARD"
- ★ 10 " "ESPECIAIS"
- ★ Conjunto aquático de "ÁGUAS THERMAIS".
- ★ Restaurante
- ★ Duchas de "ÁGUAS THERMAIS"
- ★ Boite
- ★ Instalações de "ÁGUAS THERMAIS" em tôdas as dependências da POUSADA
- ★ Sala de Jogos e Recreações
- ★ Jardins Típicos da Região
- ★ Salão de Beleza
- ★ Hidroterapia
- ★ Play-Grounds
- ★ Lojas
- ★ Capela

Fonte: Arquivo pessoal de Hamilton Afonso Oliveira (2021).

O marketing empregado no início das atividades turísticas em Caldas Novas, conforme demostram Figuras 4 e 5, nos fôlderes de divulgação da Pousada do Rio Quente, em 1965, é possível notar a oferta de inúmeros serviços tipicamente turísticos, ao ponto de o empreendimento, iniciado pelos irmãos Martinho e Nelson Palmerston, poder ser considerado como o divisor de águas em um passado em que as águas termais eram procuradas por motivo de saúde e da sua passagem de utilização para lazer e entretenimento embora, ainda se enfatizassem os benefícios para a saúde no folheto. A partir dessa década, o município foi, gradativamente, se tornando verdadeiramente turístico, com aspectos característicos, como acomodações, restaurantes, sala de jogos, lojas, atividades recreativas, entre outros. Os primeiros empreendimentos turísticos na cidade de Caldas Novas foram ocorrendo com as transformações no espaço urbano municipal, que passaram a oferecer uma estrutura para a exploração das águas termais como um produto a ser consumido.

Conforme Oliveira (2001), o desenvolvimento do turismo no Brasil está fortemente associado ao processo de urbanização e industrialização, que se intensificou a partir da Primeira Guerra Mundial, sobretudo, a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas cujo objetivo era a promoção da integração nacional por meio da construção de estradas e rodovias visando a inserção do Brasil a uma economia de mercado. No entanto, somente na década de 1960 que o turismo dispôs de condições para se desenvolver em Goiás, a partir da construção e da transferência da capital federal para Brasília, que promoveu a "maior inserção do Estado de Goiás no capitalismo nacional e internacional, em virtude do desenvolvimento dos meios de transporte rodoviário" (OLIVEIRA, 2001, p. 47).

O desenvolvimento do transporte rodoviário, além de ter sido importante na mecanização do campo, por um lado, promoveu o aumento da produção agrícola e o escoamento da produção agrícola e industrial, por outro:

> possibilitou ao brasileiro viagens mais rápidas e seguras por todo o território nacional, condições fundamentais para o desenvolvimento tanto da indústria, quanto do mercado interno, delimitou as fronteiras econômicas e os espaços reservados ao lazer e ao entretenimento [...] em Goiás (OLIVEIRA, 2001, p.61).

A partir desse período é que foi se estabelecendo, em Caldas Novas, toda uma infraestrutura e uma logística de exploração dos recursos hidrotermais pela "indústria" do turismo. Com o turismo, veio a comercialização do uso das águas termais e criaram-se perspectivas, tanto sociais quanto econômicas, notadamente, a necessidade de uma estrutura de hospedagem, alimentação e recreação, para atender a demanda crescente de pessoas que

passam a se deslocar para a cidade com frequência, em busca de lazer e entretenimento. Seguindo a lógica capitalista, surgiram também produtos/*souvenirs,* que podem ser adquiridos, produtos que, obviamente, carregam o simbolismo das águas quentes, elementos que são características do turismo, que foi tornado a cidade de Caldas Novas um espaço para o lazer e para o entretenimento hidrotermal.

Mediante todas as transformações econômicas pelas quais passava o Brasil nos anos de 1960 a 1970, o país lidava com oscilações consideráveis da inflação, além do surgimento de novos direitos trabalhistas, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS, de 1966, e de outros direitos já conquistados, conforme a constituição de 1934, como salário-mínimo, férias remuneradas e folgas semanais, entre outros. Contudo, apenas em 1° de maio de1943, a confirmação em formato de lei conforme Decreto-Lei nº5: 452, de 1º de maio de 1943, aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho, que assegurou aos trabalhadores urbanos o direito à aposentadoria, o que foi importante, de certa forma, para o desenvolvimento do turismo brasileiro.

Apesar dessas medidas e da fase de industrialização pela qual o país passava, Goiás se manteve nas atividades de pecuária e agricultura, com a possibilidade de utilizar recursos tecnológicos, intensificando, assim a produtividade no campo. Surgiram projetos de utilização do cerrado em sua potência máxima, projetos como "Goiás, o celeiro do Brasil" e programas como POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), que visavam estimular a produção no Cerrado e, como consequência, a ampliação agrícola, além de investimentos em infraestrutura, como rodovias, pontes, armazéns, entre outros, estratégias utilizadas para reverter a fama de um estado atrasado.

Esse movimento de industrialização ocasionou outros cenários, no urbano, com o impacto do êxodo rural e "crescimento polarizado" das cidades, ou seja, dos espaços restritos. Essa interação resulta naquilo que Moreira (2019, p.145) aponta como sendo um processo em que "desaparece o velho contraste entre rurais e citadinos", iniciando, assim, um novo processo de expansão e desenvolvimento do capitalismo, que se manifestou no espaço urbano, cujo resultado mais evidente foi o crescimento desordenado e sua exploração em diversas perspectivas.

Apesar dos direitos trabalhistas garantidos, obviamente, esses "benefícios" foram vistos como razão para intensificar ainda mais as cobranças relacionadas à produtividade por parte dos trabalhadores. Assim, Singer (2014, p. 189), observa que: "com o FGTS, o

empresariado aproveitou o ensejo para intensificar o ritmo de trabalho, obtendo aumentos de produtividades que se traduziam em elevação das taxas de lucro sobre o capital investido[...]", podendo ser considerada uma medida que, de certa forma, colaborou com desenvolvimento do turismo, pois as

> conquistas da classe trabalhadora asseguraram o direito ao "ócio", o descanso semanal remunerado, férias e aposentadoria. [...] o tempo ocioso se transformou num negócio lucrativo, que alavancou os investimentos em empreendimentos turísticos por todo o mundo, sobretudo, no século XX (OLIVEIRA, 2017, p. 142).

A construção de Brasília, iniciada em 1960, contribuiu para o processo de "ocupação" do Cerrado e, gerando inúmeras oportunidades de trabalho que a construção da capital propiciou, bem como a interligação das regiões interioranas de grande parte do território, conforme as diretrizes do plano nacional de desenvolvimento, que tinha como objetivo desenvolver a indústria e a modernização do campo. Isso contribuiu para a intensificação da migração, para a ocupação sistemática de Goiás, para a aceleração da urbanização visando o desenvolvimento econômico baseados nos princípios da racionalidade econômica.

Nessa perspectiva, segundo Oliveira (2001), foi na década de 1960, durante o governo dos militares, que as políticas nacionais de incentivo ao desenvolvimento do turismo começaram a ser implementadas. Diante da expectativa da geração de divisas, com a entrada de dólares de turistas estrangeiros, os militares estabeleceram uma série de medidas, visando ao desenvolvimento do turismo no Brasil, a partir da promulgação do decreto.

> Decreto-lei n.º 55, em 18 de novembro de 1966, foi criada a Embratur – Empresa Brasileira de Turismo –, órgão responsável pela definição e estruturação da Política Nacional de Desenvolvimento do Turismo. [...] O Decreto-lei no 55 também facultava aos hotéis de turismo, em operação na data da publicação da lei, uma redução de 50% do imposto de renda devido e adicionais não-restituíveis, desde que essa quantia revertesse em melhoria de suas condições operacionais (OLIVEIRA, 2001, p. 69-70).

Logo após a criação da EMBRATUR, várias outras medidas de incentivo ao turismo foram sendo viabilizadas e o turismo acabou sendo reconhecido uma "indústria de base", importante agente de desenvolvimento e crescimento econômico e, por conta disso, passou a receber uma série de incentivos fiscais que atendiam de forma direta e indireta setores e atividades que estivessem relacionadas ao incremento ao turismo. Conforme o disposto na

resolução n.º 31, do Conselho Nacional de Turismo, para efeito no disposto no Decreto no 62.006, de 29/07/1967[4] (revogado):

> Art. 32. O Orçamento de Investimentos fixará a quota de cada um dos setores de atividades turísticas, considerados:
> a) a construção e ampliação do sistema hoteleiro;
> b) a criação e ampliação de "campings" motéis e pousadas e instalações similiares;
> c) a formação de profissionais para o exercício de atividades vinculadas ao turismo;
> d) o desenvolvimento de serviços especializados de transporte;
> e) as atividades do Comércio e Indústria Turística de interêsse para a economia Nacional;
> f) às demais atividades ligadas ao turismo, inclusive o artesanato e o folclore (BRASIL, 1967).

Na década de 1970 foi elaborado o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) que teve como objetivos: "a avaliação do crescimento turístico, sua prospecção em curto, médio e longo prazos; a análise do tráfego turístico internacional e dos aspectos econômicos e financeiros do turismo; e, finalmente, o estabelecimento das diretrizes básicas para o planejamento turístico brasileiro" (OLIVEIRA, 2001, p. 71).

Segundo Oliveira (2001), essa política de viabilização do turismo no território nacional repercutiu em Goiás. A partir da década de 1970, o governo estadual começou a estabelecer medidas com a finalidade de fomentar também o desenvolvimento do turismo no estado. Para isso, seguindo as diretrizes do PLANTUR, foi criado, no governo de Leonino Caiado (1970-1976), pelo Decreto no 188, de 19/07/1971, o Grupo de Trabalho de Turismo (GTT) com a finalidade: "de fazer um levantamento das principais regiões goianas com potencialidades turísticas, para, a partir destes estudos, iniciar a implantação do Sistema Estadual de Turismo" (OLIVEIRA, 2001, p. 71).

Com o objetivo de realizar esse levantamento das potencialidades turísticas de Goiás, foi criado o Departamento de Turismo (DETUR) que, em 1972, veio a se tornar, na GOIASTUR, o órgão que então ficou vinculado à Secretaria de Indústria e Comércio. Goiás, nesta época, encontrava-se sem infraestrutura para o desenvolvimento do turismo,

> primeiro porque havia uma ausência local de experiência técnica nessa nova e dinâmica atividade; segundo, pela inexistência de antecedentes, de trabalhos, de estudos, de dados, de bibliografias etc., sobre o turismo; terceiro, pela ausência de convênios ou tráfego com a EMBRATUR; e, por último, pela inexistência de programas de trabalho (OLIVEIRA, 2001, p. 71-72).

[4] (Revogado pelo Decreto nº 10.086, de 2019) (Vigência) - acessado em 18 de outubro de 2021.

Dessa forma, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo estadual, no início da década de 1970, foi a criação de um Grupo de Trabalho de Turismo (GTT), com o objetivo de fazer um levantamento das perspectivas e potencialidades para o desenvolvimento do turismo em Goiás, uma vez que, praticamente todos os estados brasileiros encontravam-se em fase acelerada em suas políticas de desenvolvimento das atividades turísticas em seus territórios.

De acordo com Oliveira (2001), o GTT de Goiás preocupou-se em aprender um pouco sobre a dinâmica do desenvolvimento do turismo moderno e, em seguida, com apoio nos elementos obtidos, propôs as bases de um Sistema Estadual de Turismo, a partir de três bases iniciais: a) o vale do Araguaia; b) Caldas Novas; c) cidades históricas de Goiás e Pirenópolis. Toda essa iniciativa, realizada no governo de Leonino Caiado (1970-1976), possibilitou o início do desenvolvimento do turismo em Goiás, e consequentemente, em Caldas Novas.

Em consequência dessas mudanças espaciais e políticas no país e em Goiás, já no final da década de 1970, início de 1980, houve grandes mudanças no setor econômico, trabalhista e industrial, que se refletiram também no município de Caldas Novas, uma vez que essas novas etapas do desenvolvimento, segundo Singer (2014, p. 230), resultaram do "desenvolvimento de atividades industriais e na construção de extensa rede de serviços infraestrutura, demandados tanto pela indústria como pela urbanização".

Em Caldas Novas, embora, historicamente, as águas termais tenham sido utilizadas para fins terapêuticos, o turismo, de fato, somente começou a se desenvolver na década de 1960 e foi se voltando, exclusivamente, para o lazer e para o entretenimento, apesar de toda a potencialidade do turismo voltado para a saúde, que acabou ficando esquecido. Tal fato marcou de forma profunda a cidade, que abriu espaços para que os grandes empreendimentos pudessem se instalar no município e, assim, de certa forma, reorganizar o espaço municipal, que deixou de ser pensado na perspectiva de uma sociedade agrária tradicional, que era a principal fonte de renda municipal, para uma sociedade urbana, que passou a ter, no turismo, a sua principal atividade econômica. Isso acabou determinando profundas mudanças na cultura, sociedade e na organização do espaço urbano, com grandes investimentos na área hoteleira, clubes, *resorts* em atrações artificiais e cenários inventados, além das grandes transformações no meio ambiente.

Antes de se consolidar como um importante polo de investimentos e de atração turísticas, a cidade de Caldas Novas, até 1980, era uma diminuta cidade, com feições rurais

e simplistas conforme demostrado nas imagens 1 e 2 do mosaico 1. O município tinha sua história associada à estância hidrotermal de tratamento de cura de doenças, especialmente, a hanseníase ou lepra, como era denominada popularmente.

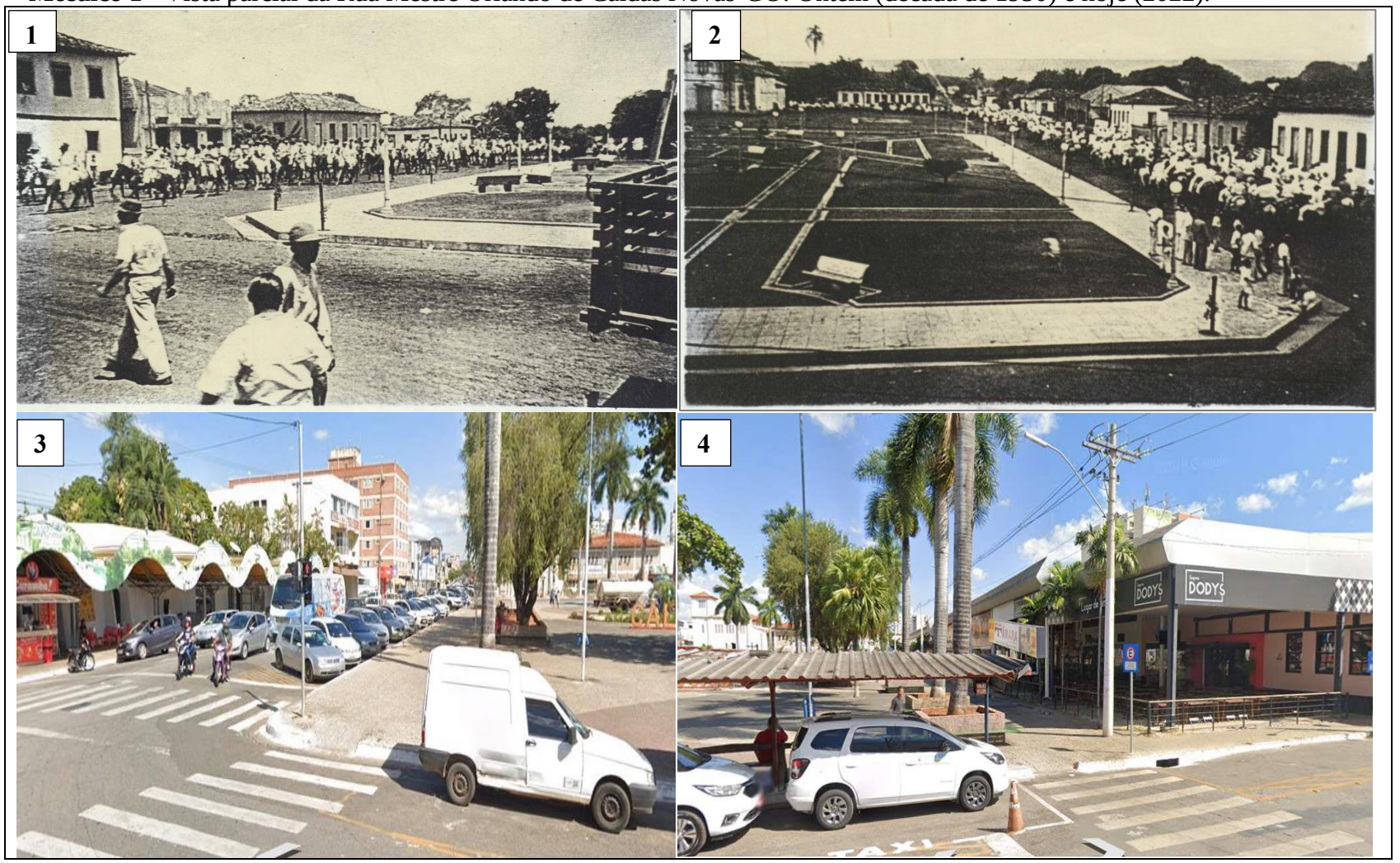
Conforme relato de Oscar Santos, "no centro da cidade havia apenas o Largo da Matriz, hoje Praça Mestre Orlando, as casas eram com esteios de madeira com paredes de adobe ou pau-a-pique, revestidas de areia e esterco, traziam características coloniais" (JORNAL PRIMEIRA OPÇÃO; Apud. OLIVEIRA, 2017, p. 150). Portanto, até a década de 1970, Caldas Novas não se diferenciava das pequenas cidades interioranas de Goiás, que se originaram durante o século XIX e até a década de 1930. Mas nota-se a presença de uma praça moderna, construída na década de 1950, e ladeada por casas em estilo colonial. Conforme relatado por Oscar Santos, a cidade era uma extensão do rural, seja por seu patrimônio material e imaterial, conforme se nota no mosaico 1.

O relatório de INDUR (Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional) sobre estudos que se referem à expansão urbana de Caldas Novas, de 1978, apontava, naquela época, a existência de 32 casas em estilo colonial, a maioria situada na avenida coronel Bento de Godoy e entre as ruas coronel Gonzaga e capitão João Crisótomo. O relatório aponta a necessidade de preservação desse patrimônio histórico da comunidade local, mas poucas encontravam-se em bom estado de conservação, o que demostra, já naquela época, "que a população local ainda não tinha muita consciência sobre a importância histórica de tais edificações" (INDUR, 1980, p. 70). Tal fato se consumou com o desaparecimento de todas essas edificações, exceto a do velho casarão dos Gonzaga, conforme comparação apresentada no Mosaico 1, edificação que quase sucumbiu com a abertura de ruas do loteamento Itaguaí nos fins da década de 1974[5].

Dessa forma, as imagens 1 e 2 retratam a década de 1950, um urbano com traços rurais, enquanto as imagens 3 e 4 retratam uma Caldas Novas atual, que dispõe de um amplo comércio, voltado principalmente ao atendimento turístico nessa região, com bares, restaurantes, e lojas de *souvenirs*.

[5] Não foi demolido, na época, porque a comunidade local se mobilizou e impediu o seu desaparecimento, chegou a propor a sua "desapropriação, por parte da Prefeitura. Foi restaurado e utilizado como equipamento cultural, museu ou casa de artesanato" (INDURR, 1980, p. 70-71).

Mosaico 1 - Vista parcial da Rua Mestre Orlando de Caldas Novas-GO: Ontem (década de 1950) e hoje (2022).



Fonte: OLIVEIRA, 2017, p. 150; Google Earth (2022).

De acordo com a Tabela 1, podemos verificar que Caldas Novas acompanhou a tendência nacional de crescimento urbano, que foi motivada pela tecnificação do campo e pelo processo de industrialização que, consequentemente, estimulou o êxodo rural. O município passou por significativas mudanças a partir da década de 1970.

Tabela 1: Aumento do número de habitantes entre 1950-2020, Caldas Novas-GO.

Ano	Urbana	Rural	Número de habitantes
1950	1.277	8.826	9.563
1970	2.622	6.008	8.630
1980	6.901	4.373	11.274
1996	36.394	2.578	38.972
2000	44.436	2.206	46.642
2010	67.714	2.759	70.473
2020*			93.196

Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
*População estimada 2020.

Conforme Censo de 1950, a população urbana correspondia a pouco mais 15% e a população rural era 85%. No Censo de 1970, a população urbana já atingia 30% e a população rural era na ordem de 70%. Na década de 1980, já foi perceptível a inversão, com 61% dos habitantes vivendo na área urbana e apenas 39% residindo na zona rural, quadro que se acentuou nas décadas seguintes, com a drástica redução da população rural, que chegou a corresponder a apenas 3,9%, A população que vivia no ambiente urbano de Caldas Novas era de 96%, conforme o Censo de 2010. Pode-se afirmar que esse processo de ocupação territorial e transformação espacial ocorreu de forma explosiva, a partir dos fins da década de 1970, e se intensificou nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

Conforme análises apresentadas no relatório do INDUR, a falta de planejamento no controle de ocupação do solo urbano já era evidente. Caldas Novas contava, em 1978, com 27 loteamentos, sendo que 17 encontravam-se semiurbanizados, ou seja, tinham "ruas abertas e, em alguns casos, rede de energia elétrica e/ou meio fio [...], além destes aprovados já havia um grande número de novas propostas de glebas de terras pleiteando aprovação" (INDUR, 1981, p. 55-56). O relatório aponta ainda que, nessa época, havia água encanada somente na região central de cidade que "não recebia qualquer tipo de tratamento. Já a população da periferia, [...] não contava com nenhum serviço de saneamento básico" (INDUR, 1981, p. 106).

Conforme relatório, o problema da especulação imobiliária já estava presente e o encarecimento dos terrenos era evidente e já trazia sérios problemas para a população que

habitava a cidade, sendo eles o mais comum:

> o grande número de pessoas que invadem áreas públicas e particulares para construção de moradias [...] essas invasões devem-se ao fato de que a população que está sendo gradativamente expulsa do campo não tem condições de adquirir terrenos urbanos devido ao seu alto custo. [...] O problema da moradia é um dos mais sérios que se apresenta nesta comunidade (INDUR, 1981, p.56).

O poder público municipal, conforme apontado no relatório, para agravar mais essa situação vendeu os terrenos públicos invadidos para terceiros, o que dificultava ainda mais a situação do ponto de vista jurídico contribuindo para intensificar os conflitos. Foi justamente na década de 1970 que deu início à expansão da malha urbana e à intensificação da exploração dos recursos hidrotermais, à expansão da malha urbana e, consequentemente, ao crescimento da especulação imobiliária em Caldas Novas, motivada pelo grande potencial especulativo de exploração turística das suas águas quentes. Consequentemente, houve transformações significativas no ambiente urbano, com a valorização dos espaços urbanos centrais da cidade, em que se concentraram as atividades e os serviços relacionadas ao turismo.

A situação apresentada pela expansão da malha urbana de Caldas Novas deixa evidentes as divisões territoriais que foram se estabelecendo entre centro e subúrbio. Além disso, o espaço do turista e o espaço dos residentes são setorizações que estão sempre ocorrendo, assim como Marx e Engels (1963, p. 195) descreveram esse movimento orgânico e natural do sistema: “não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos”. Carlos (2008), aponta essas relações e esses movimentos de produção como resultado da dinâmica capitalista.

> O uso do solo, ligado a momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas, é o modo de ocupação de determinado lugar da cidade, a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja a de produzir, consumir, habitar ou viver (CARLOS, 2008, p.85).

A partir desse grande crescimento das atividades turísticas, foi que Caldas Novas se tornou uma referência no turismo hidrotermal para todo o país. Essa atividade econômica em expansão veio acompanhada de transformações urbanas, que ainda têm movimentado o setor imobiliário e a construção civil, conforme observado por Gottmann (1967), que atribuiu as transformações urbanas ao modo de vida que acabam sofrendo devido às mudanças econômicas e sociais provocadas pelos impactos da expansão urbana, que cresceu de forma considerável nos últimos 60 anos, conforme apontado na Tabela 1.

Sobre o crescimento populacional e urbano de Caldas Novas, o que chama mais a atenção foi o surpreendente crescimento populacional entre os anos de 1980 a 1996, que foi de 245%, muito expressivo, ao considerar esse pequeno espaço de tempo de dezesseis anos. Já nas décadas seguintes, apesar de manter a tendência de crescimento, os índices oscilam em 1996-2000, em torno de 20%, de 2000 a 2010 em 51%; de 2010 a 2020, houve um aumento estimado de 32%.

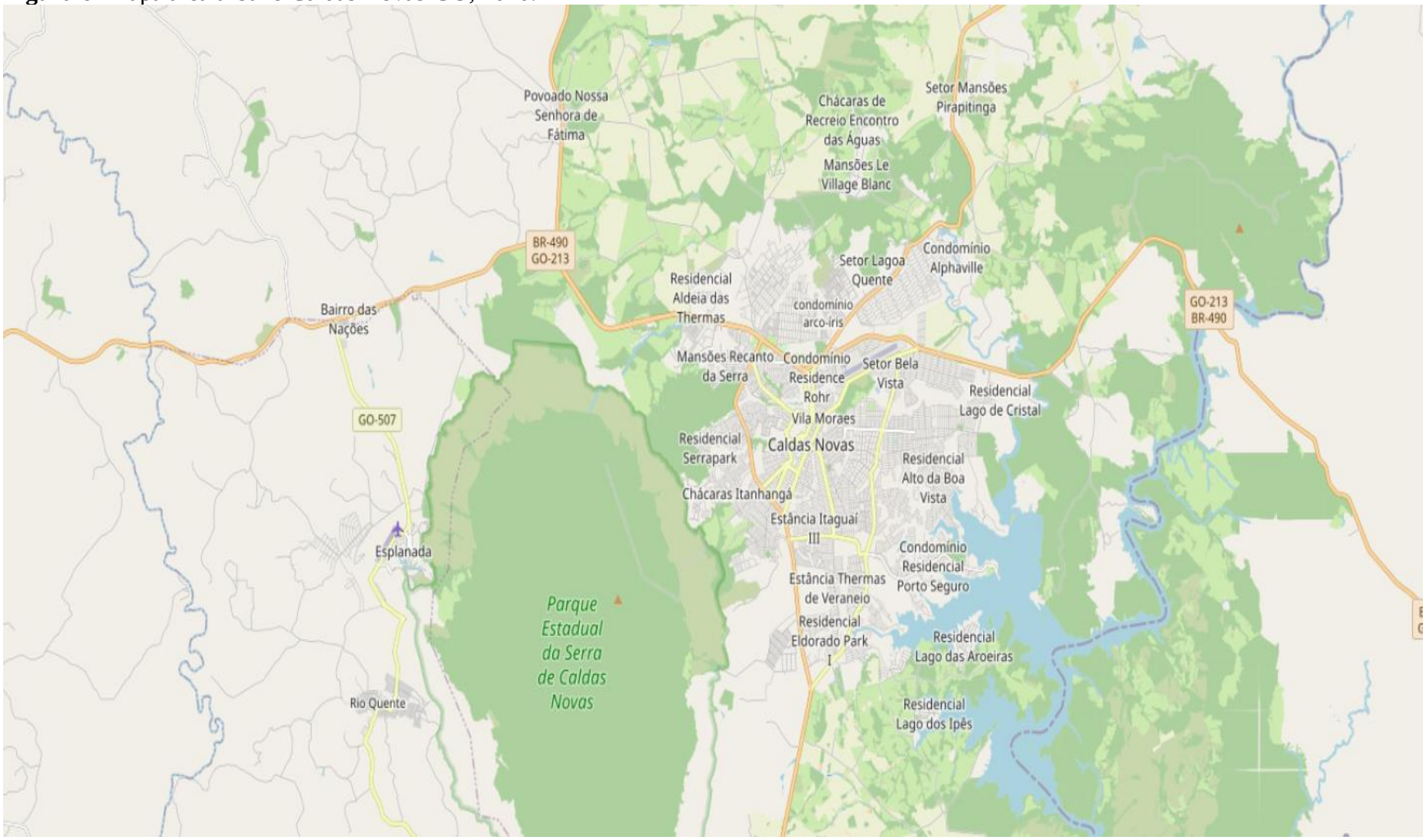
Diante do número de habitantes, é possível verificar o crescimento populacional considerável a partir de 1980, que alavancou a expansão urbana de forma inimaginável, a reboque do turismo como principal atividade econômica. A Figura 6 representa o espaço urbano em 2021, que demonstra crescimento em forma radial, proporcional em todas as direções. De acordo com Costa (2008), até 1970, Caldas Novas contava com 19 loteamentos, mais 23 em 1980. Em 1990, foram 35, já em 2000, o número foi de 49, totalizando 126. Em 2021, conforme dados da Prefeitura, o município conta com 174 bairros. Deduzimos assim, que de 2000 a 2021, foram abertos 48 novos bairros.

Nessa direção de crescimento populacional e expansão urbana, conforme observado na Figura 6, podemos constatar que o município se expandiu também, até as margens do lago Corumbá, que se tornou um atrativo imobiliário para condomínios de alto padrões, além de ser sede de grandes empreendimentos turísticos.

Vale ressaltar que o Plano Diretor somente foi efetivado em 2003. Conforme Santos e Macêdo (2017, p.152), o “Plano Diretor do município entrou em vigência em 2003, favorecendo o surgimento de normativas para a abertura de loteamentos, uma delas é a construção de toda uma infraestrutura básica para aprovação do loteamento que, até então, não existia.”. Esse novo passo na normatização urbana (Plano Diretor, 2003) contribui para a desaceleração da especulação imobiliária, uma vez que só seria permitido o lançamento de novos empreendimentos quando os loteamentos já existentes obtivessem 60% de ocupação e tivessem a infraestrutura básica para a comercialização dos lotes.

Nesse sentido, é perceptível que, mesmo após a consolidação do turismo em Caldas Novas, a, grande explosão da exploração imobiliária nos anos de 1990 a 2000, permanece até a atualidade, com a abertura constante de novos loteamentos.

Figura 6- Mapa área urbano Caldas Novas-GO, 2010.



Fonte: Atlas do Censo Demográfico, 2010.

2.4 As Possibilidades e os Desafios na Reordenação Urbana de Caldas Novas-GO

No processo de reordenação urbana nos deparamos com inúmeros episódios que afetam e podem transformar o urbano conforme os interesses capitalistas. Surgem, então, conceitos como o crescimento e o desenvolvimento urbano. A fixação de um centro municipal é comum. Em Caldas Novas, assim como em outros municípios, constituiu-se um centro comercial e econômico voltado para o atendimento da sociedade local, onde se concentram lojas, empresas prestadoras de serviços e instituições financeiras, porém, graças às variantes especificas proporcionadas pelo turismo, é possível verificar, nitidamente, um centro voltado para o atendimento das expectativas do turista, representado pelos clubes, hotéis, comércio de objetos e dos mais diversos *souvenirs*, como boias, brinquedos para diversão aquática, lembrancinhas, trajes de banho etc. Na área central, dispõe de outras atrações que pode, também, ser frequentado pelos moradores locais, como o parque de diversão, a Feira do Luar, redes de *fast food*, bares e restaurantes que, em tempos "normais", ou sem a presença do Covid-19, costumam realizar apresentações com música ao vivo, que agitam o centro da cidade. Obviamente, esses "centros", apesar de próximos, oferecem diferentes produtos e serviços.

Penerai (2006) observa que essas lacunas dentro da cidade especificamente falando do centro, demostram a forma fragmentada em que o urbano se apresenta. Esses espaços correspondem a situação social do município, sendo seu centro um "termômetro social".

> Ao centro estabelecido, onde as diversas funções se organizam sobre uma rede de espaços públicos que são testemunho da cidade como totalidade, agregou-se uma soma de polaridades mal conectadas que revelam os hiatos e as rupturas de escala da aglomeração atual (PENERAI,2006, p.149).

Penerai (2006, p.77) utiliza o "termo "tecido", evoca a continuidade e a renovação, a permanência e a variação. Esses movimentos são vistos no município e são resultado das diversas fases de transformação ocorridas na cidade de Caldas Novas, com o desenvolvimento do turismo e dos impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A continuidade e a renovação, podemos relacionar ao crescimento urbano, assim como a abertura de novas áreas e a inserção de novos modelos de empreendimentos imobiliários como os condôminos.

A questão do centro, de os serviços serem concentrados em uma única região, não podemos considerar como regra. Frequentemente, encontramos os serviços e os

estabelecimentos comerciais destinados aos moradores de forma fragmentada, inserida nos bairros mais afastados e, no centro, os serviços e estabelecimentos comerciais são destinados de forma mais exclusiva para o turista.

A movimentação de descentralização indica uma mudança na dinâmica urbana de pequenas cidades e não turísticas, que, normalmente, contam com um centro apenas, que atende toda a comunidade, porém, em Caldas Novas, esse deslocamento, ou a descentralização, se traduz de forma única e exclusiva através da especulação imobiliária e do turismo, que ocasionam a dispersão de centros comerciais pela cidade, criando novos espaços. Conforme observado por Penerai (2006, p. 149) trata-se de "elementos constitutivos do centro migraram, porém, sua dispersão, ditada quase sempre por oportunidades imobiliárias não se fez, ou quase não se fez, acompanhar por uma reorganização em rede."

Porém, a dinâmica imposta para tais ações, como a abertura de novos loteamentos, menospreza as questões sociais que são discutidas pelo direito à cidade e da acessibilidade urbana, abrindo espaço para a descentralização e a expansão da malha urbana, sobrecarregada de problemas relacionados à falta de infraestrutura como asfalto, iluminação, rede de esgoto, acesso à educação e à saúde pública que, historicamente, se trata de problemas que não foram superados em Caldas Novas.

Quando abordamos o crescimento da malha urbana, podemos ressaltar que, na perspectiva de reconstrução, o crescimento também está presente, principalmente, na substituição de antigas construções por edificações que correspondem com a dinâmica temporal capitalista do espaço em questão. No centro turístico, por exemplo, é comum observar a demolição de residências antigas, com o propósito de serem substituídas por prédios e construções que têm por finalidade o aluguel para temporadas, hotéis, pontos comerciais. Dessa forma, Penerai (2006) aponta essas substituições como uma possibilidade no que diz respeito à renovação e ao redimensionamento urbano, uma vez que espaços que antes eram destinados a residências, com grandes quintais, passam a ser redimensionados para dar lugar a edificações para fins comerciais e turísticos, que chegam a ter dezenas de pavimentos com salas comerciais ou destinados à hospedagem de turistas, fazendo com que estes espaços se tornem cada vez mais valorizados comercialmente.

O processo de expansão e transformação intensa no urbano de Caldas Novas (conforme demostrados nas figuras acima), assim como em outros lugares no mundo, causa uma espécie de estranhamento por parte da comunidade residente, denominada por

Lefebvre (1971) como “originalidades irredutíveis”. Esse movimento dito como homogeneizador é relatado também por Harvey, quando descreve os impactos causados na modernização do urbano parisiense.

> As novas relações espaciais tiveram efeitos poderosos na economia, na política e na cultura... seus efeitos sobre a sensibilidade dos moradores da cidade foram inúmeros. Era como se eles tivessem sido instantaneamente mergulhados em um desconcertante de aceleração e rápida compressão das relações espaciais (HARVEY, 2015, p. 156).

Assim, observamos essas mudanças consideráveis, impostas por essa dinâmica, com tendências que sugerem uma “normatização” do espaço sem considerar os impactos na sociedade. Nesse contexto, as relações entre o turismo e cidade, obviamente, se transformam com o passar do tempo. Porém, esse cenário de atribuir valor ao espaço, ao capital e ao estado utiliza-se de manobras de homogeneização e, ao mesmo tempo, da segregação social, com a finalidade de valorização dos espaços, utilizando aspectos da transformação. O turismo também se enquadra nesse aspecto, pois lança mão de recursos, “atrativos” e transforma a realidade em prol da dinâmica turística. Em Caldas Novas, essa dinâmica não foi diferente, existem: “algumas paisagens encenadas, nas quais os principais locais de passagem e de visitação dos turistas são cuidadosamente preparados para que a realidade não se apresente em toda a sua autenticidade” (OLIVEIRA, 2017, p. 152).

Dentre essas transformações e reorganizações, os impactos sociais de tais atividades e a reciprocidade esperada de tais atividades não correspondem à realidade vivenciada. Essa premissa, talvez inocente, deve ser deixada de lado, com a finalidade de se aprofundar na possibilidade de reordenamento urbano da cidade “para que o turista possa se sentir atraído a visitar ou tocar determinado monumento, ou fotografar-se em paisagens que, embora artificiais, podem proporcionar-lhe uma sensação de satisfação e prazer” (OLIVEIRA, 2017, p. 152). O Mosaico 2 demostra a construção de cenários atrativos aos turistas que buscam esses locais para registros fotográficos, locais que, visivelmente, não representam a realidade urbana.

Mosaico 2- Cenários urbanos de grande fluxo turístico de Caldas Novas-GO, 2022.

Fonte: GONÇALVES, Rayza C. A, 2021.

Diante dos inúmeros conflitos apresentados através da utilização do espaço, surgem algumas palavras como *revitalização, cidade sustentável, atrativa, com igualdade social*, nomenclaturas utilizadas, muitas vezes, para validar a perspectiva de modernidade através da expansão urbana. A necessidade de reordenação e revitalização urbana do município de Caldas Novas já era uma preocupação apontada nos relatórios do INDUR, nos fins da década de 1970, quando a cidade estava nos seus estágios iniciais de expansão. A falta de planejamento na ocupação e na expansão urbana já era evidente: de um lado, estavam os interesses dos grupos empresariais, do poder público e da população pobre, que migrava do campo para a cidade e invadia áreas públicas e privadas para a construção de moradias.

Os problemas sociais e ambientais já estavam presentes e eram objeto de preocupação, apontados no relatório do INDUR (1981): o alto custos dos terrenos já levava à prática de fracionar ou desmembrar os lotes para a construção de várias edificações em um mesmo terreno para uso habitacional ou comercial, acentuando o desordenamento urbano no centro da cidade; a população pobre acabava por invadir áreas públicas (Vila São José) muitas de preservação permanente (APP), localizadas próximas a nascentes e cursos d´água que cortam a área urbana da cidade; o grande número de loteamentos, a maioria semiurbanizados, impossibilitava ao poder público municipal de garantir a infraestrutura básica de saneamento (água tratada, asfalto com meio fio, energia e rede de esgoto). A expansão urbana do centro da cidade já era impulsionada pelo turismo e se dava "de forma espontânea, composta por uma rede de serviços, comércio específico, clubes (Country Club de Caldas Novas e Club Ipuan) e hotéis (Hotel Village)" (INDUR, 1981, p. 63).

Passados mais de 50 anos, fica evidente que o espaço urbano do município de Caldas Novas foi marcadamente definido pelo turismo com todos os seus atrativos e serviços oferecidos, que acabaram dando à cidade uma aparência moderna, suprimindo sua origem rural de paisagem urbana que, agora, se assemelha a um grande e médio centro urbano. A cidade foi adequada para atender aos anseios de modernidade, principalmente, para atender às expectativas dos empreendedores e ao consumo dos turistas, que sempre foram o alvo de preocupação da administração pública, inserida, inclusive, no Plano Diretor referente à administração 2017-2020 o qual, na seção V, quando aborda o turismo, aponta medidas como:

I. Disciplinar o comércio informal;

> II. Monitorar os índices ambientais, com garantia de nível desejável de sustentabilidade e harmonia do ecossistema;
> III. Confirmar o destino "Caldas Novas" internacionalmente, e com identidade peculiar;
> IV. Qualificar a infraestrutura urbana de forma a atender as demandas internas e externas esperadas, elevando sua qualificação e de todos os produtos que o Município possa ofertar com a marca "Caldas Novas" com selo de qualidade;
> V. Construir uma imagem de qualidade do produto turístico (PLANO DIRETOR, 2019)

Nesta seção V do Plano Diretor, fica evidente a preocupação da administração com o turismo, bem como com a imagem e a identidade da cidade de Caldas Novas. Daí a preocupação com a oferta dos serviços turísticos e a preocupação com a imagem da cidade, manifestada na sua paisagem urbana, com a organização, a manutenção, a limpeza e a beleza dos principais espaços públicos centrais. Com a regulação, é possível, se for o caso, impedir o comércio informal no centro urbano, a aparente preocupação com o meio ambiente, a identidade de cidade turística e a manutenção de infraestrutura dos seus principais serviços oferecidos a quem está de visita e "consome" a cidade. Com isso, fica evidente a intenção de transformar a cidade em um produto comercializável, em todos os sentidos, para aqueles que pretendem, também, investir na cidade.

2.5 A distribuição social no território urbano na cidade de Caldas Novas-GO

A partir da análise das transformações do urbanismo em decorrência das atividades turísticas, como a expansão desordenada e a abertura de novos bairros que não oferecem infraestrutura para que proporcione uma moradia com dignidade, observamos, então, a distribuição social no território do municipal, que também corresponde à dinâmica capitalista aplicada. Nesse contexto, nos deparamos com questões como a segregação social e a compartimentação em bairros, o que gera uma identificação local que corresponde a suas relações sociais e espaciais, porém, como todas as relações que ocorrem no espaço, tanto o lugar quanto a identificação passam por modificações.

Dessa maneira, entendemos que as reestruturações que são aplicadas ao espaço urbana, em decorrência do turismo, iniciam-se na década de 1990, que foi um marco nas transformações urbanas, pois, em Caldas Novas, se acentua a expansão dos condomínios fechados e flats, que oferecem serviços mais atraentes, como piscinas liberadas por mais tempo, em horários alternativos, equipes de recreação e *playgrounds*, elementos que não são encontrados nos pequenos hotéis. A locomoção dos turistas hospedados em hotéis

para os clubes e para consumir outros serviços ocasionou, de certa forma, um crescimento e, até mesmo, dificuldades relacionadas ao trânsito. Assim, surgiram os bairros Turista I e II e Lago Corumbá, que concentraram empreendimentos voltados apenas para esse setor de serviços.

Esse fato de centralizar os serviços em um local apenas impõe à sociedade um ritmo da cidade que valoriza a continuidade do turismo, sendo possível observar, por meio de um tipo de estrutura urbana encontrada no resto da cidade, falta de equipamentos de lazer, como praças e quadras poliesportivas. Porém, essa relação desencadeia consequências como a segregação social. O relatório do INDUR já apontava esse problema em Caldas Novas, em 1978,

> as oportunidades de recreação e lazer eram incipientes e inexpressivas, principalmente para as camadas da população de baixa renda que encontravam impossibilitadas de usufruir dos recursos de lazer existentes no município, os quais eram implantados visando beneficiar, exclusivamente, os turistas. [...] **Trata-se** de uma realidade contraditória imposta pelo desenvolvimento do setor turístico, que favorece de sobremaneira, as populações externas, em detrimento do lazer do contingente interno (INDUR, 1981, p. 106. **Grifo nosso**).

Assim como aponta Oliveira (2006), a atividade turística contribui para as divisões do espaço e reforça, inclusive, as divisões sociais que vão além, atingindo outras formas de exclusão, como a cultural, que deixa de priorizar a comunidade local, focando apenas na satisfação do turismo, diminuindo a importância de eventos que fazem parte da tradição da identificação local. Assim, os autores apontam que eles vêm sendo "substituídos" por eventos mais comerciais, caracterizando, também, uma forma de segregação.

> Tradições locais como as festas religiosas, a alimentação e os costumes vêm sendo substituídas por eventos comerciais; a boa manutenção da malha urbana privilegia os locais que recebem turistas, em se tratando de conforto e segurança; e os edifícios destinados à acomodação dos visitantes destoam claramente das outras construções, em particular as dos bairros de periferia (GUERRA; SANTOS; NEVES; 2018, p.130).

O crescimento urbano propicia a segregação social, uma vez que esse crescimento reproduz a exclusão social espacial, alojando a parcela da população menos favorecida na periferia, os segregados "os que segregam e os que são segregados, os que estão na área segregada e aqueles fora dela" (SPOSITO, 2013, p. 70). Paula (2018) associa o urbano a uma mercadoria.

> A cidade impõe uma divisão social e espacial do trabalho, e isso leva ao afastamento do proletariado para a periferia, obrigando-o a instalar-se em locais com bem menos infraestrutura e com menor custo de vida.

> Nota-se que o impulso demográfico que gerou uma expansão urbana sem planejamento vem acompanhado por uma desigualdade concreta, pois percebe que a urbanização está voltada para o mercado, ou seja, para gerar lucros. [...] urbanização é transformada numa moeda para ser negociada no mercado imobiliário (PAULA, 2018, p.24).

Dessa forma, observamos que os interesses econômicos se sobrepõem ao social, o que pode ser visível quando observamos as áreas residenciais que acompanham a distribuição social a partir de suas classes. Contudo, notamos uma movimentação no território urbano que segue priorizando o turismo e a especulação imobiliária. Alguns bairros, como Centro, Turista I e Turista II e a região do Lago Corumbá (Fazenda Santo Antonio das Lages), apresentam estrutura para a recepção e para o atendimento ao turista, disponibilizando hotéis, flats, condo-hotéis, restaurantes, bares, lojas de *souvenirs* e afins.

Com isso, podemos afirmar que as territorialidades e as divisões sociais também se realizam no urbano de Caldas Novas, principalmente pela tendência de adaptação aos interesses capitalistas dos grandes empreendimentos turísticos e da especulação imobiliária.

2.6 - Considerações Finais

A partir do contexto abordado, expõe-se a preocupação com o crescimento do urbano desordenado de Caldas Novas, originado pela potência turística apresentada pelas águas quentes. Assim, a movimentação de imigrantes de várias partes do país, sem falar do êxodo rural, apresentado na Tabela 1, surpreende pela movimentação entre os anos de 1970 a 2000, nos quais há a inversão no número de residentes urbanos e rurais.

Outro aspecto preocupante da concretização do turismo e do desenvolvimento urbano resulta em uma cidade com falta de infraestrutura básica, devido à especulação imobiliária sem o devido planejamento, intensificando as mazelas sociais, de modo que pessoas menos favorecidas ocupam os espaços menos favorecidos e desassistidos.

O que intriga, no município de Caldas Novas, é exatamente este paradoxo, um município construído para a prática do lazer, que oferece à comunidade local (periférica) menos que o básico é uma contradição resultante dos fatores que constituem o município, adicionado à ausência de políticas públicas. Embora elas existem em normativas como Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, entre outros, não são aplicadas em toda a extensão municipal, limitando-se às áreas centrais.

O crescente desenvolvimento econômico, proporcionado ao município pelo

turismo e pela especulação imobiliária acabou – intencionalmente ou não – por ocultar, encobrir, omitir os aspectos negativos provocados pelo crescimento urbano desordenado da cidade. Logo, o urbano de Caldas Novas se apresenta com dualidade, uma vez que há uma cidade para o turismo e outra para a comunidade residente, evidenciando a emergência de uma estratégia efetiva no planejamento urbano, porém, com o olhar voltado para as necessidades reais da comunidade local.

Sobre os desafios da reconstrução, seria possível caso fosse verdadeiramente do interesse do grande capital, pensar em um turismo mais orgânico priorizando a preservação e a valorização dos recursos naturais, além de inserir a sociedade como um todo nos benefícios e recursos que tais atividades atrairiam para o município. Caso contrário, a estagnação no urbano de Caldas Novas, além de se manter, acaba por se reproduzir.

2.7 - Referências

BRASIL. **Decreto Nº 60.224, de 16 de fevereiro de 1967**, estabeleceu a Política e o Sistema Nacional do Turismo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60224.html>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CALDAS NOVAS (GO). **Plano Diretor do município de Caldas Novas**. Calda Novas: Prefeitura Municipal, vários anos. Disponível em: <http://leis.camaradecaldas.go.gov.br/plano-diretor/>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

COSTA, Hildo Aparecido. **Zoneamento Ambiental da Área de Expansão Urbana de Caldas Novas-GO: Procedimentos e Aplicações**. Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia. Uberlândia: UFU, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15913/1/Rildo.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

GUERRA. Isabel, SANTOS. Jean, NEVES. Adriana. Caldas Novas, Goiás: um cenário de lazer e turismo, **Revista Sapiência**: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais, v. 7, n. 4, dez. 2018, p. 121-135.

HARVEY, David. **Paris**: capital da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

INDUR. **Caldas Novas**: Plano de Desenvolvimento Integrado, Vol. II, III e IV Diagnóstico Turístico. Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado de Goiás, junho/1981

LEFEBVRE, Henri. **O fim da história**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1971.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Volume 3. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

MOREIRA, Rui. **Espaço, corpo do tempo**: a construção geográfica da sociedade. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

OLIVEIRA, Flavia Moura de. **Espaço, lugar, identidade e urbanização: conceitos geográficos na abordagem do turismo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MPBB6VRH3N/1/flavia_moura_de_oliveira.pdf.>. Acesso em: 26 abr. 2021.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **Uma reflexão histórica do turismo**: o caso Caldas Novas (1970-1990). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/n/20584-2001-oliveira-hamilton>. Acesso em: 24 jul. 2020.

OLIVEIRA. Hamilton Afonso de. **Uma Abordagem Histórica do Turismo- Caldas Novas (GO): de Espaço de Cura a Espaço de Lazer e Entretenimento**. In. SERPA, Élio Cantalício; MAGALHÃES, Sônia Maria de. (Orgs.) História de Goiás: Memória e Poder. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. O turismo e a transformação socioeconômica de Caldas Novas-GO. In: SANTOS, Flávio Reis (Org.). **Capitalismo, degradação ambiental e sustentabilidade e adversidades contemporâneas no Estado de Goiás**. Curitiba: Appris, 2017.

PAULA, Renata Souza Poubel de. **Expansão urbana a e segregação socioespacial em Itaperuna**: o caso do território Jardim Surubi. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades), Universidade Candido Mendes. Campos Dos Goytacazes-RJ, 2018.

PENERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: EdUNB, 2006.

SANTOS, Augusto C. M. dos; MACÊDO, Marta de P. **Impactos do Programa Minha Casa Minha Vida na Cidade de Caldas Novas/GO**. I Simpósio Interdisciplinar em Ambiente e Sociedade (SIAS): Os desafios e perspectivas na relação homem/natureza/sociedade no século XXI. Morrinhos: UEG, 2017, p. 140-166. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/sias/article/view/12012>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SINGER, Paul. **O Processo Econômico**. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 183-231.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**: A cidade contemporânea a segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

2.8 Referências das Figuras

BRASIL. **Portal IBGE**: Atlas do Censo Demográfico 2010. Disponível em: Atlas do Censo Demográfico 2010 - PGI (ibge.gov.br). Acesso em: 28 mai. 2021.

3 - ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS EM CALDAS NOVAS-GO

3.1 - Resumo

Nesta seção, abordaremos as diferenças encontradas na ocupação do território de Caldas Novas, considerando os bairros mais afastados, com estrutura básica, considerados bairros de alto padrão e com planejamento, obviamente, fruto da especulação imobiliária privada, e outros bairros, também afastados e normalmente localizados em locais de risco, como nas proximidades do aterro sanitário municipal, porém, sem assistência básica, ou políticas públicas voltadas para a melhoria vida em sociedade. Dessa forma, é importante observar as distinções presentes na sociedade e como isso se reflete no urbano, na ocupação do espaço e na construção de territórios que carregam a identidade ou a finalidade correspondente de cada territorialidade, apontando, inclusive, as diferenças dos espaços públicos e privados e suas diferenças.

Palavras- chave: Planejamento, Políticas Públicas, Urbano.

3.2- Introdução

O urbano de Caldas Novas demonstra diversas peculiaridades, por se tratar de um município com o turismo consolidado, que se reflete no urbano, através de suas instalações, complexos hoteleiros, parques aquáticos e comércio popular voltado para o atendimento do turista, como restaurantes, *fast foods*, lojas com artigos de banho, entre outros. Ademais, o reflexo na comunidade residente, observa-se que outras ocupações são atingidas pela influência turística, principalmente os setores imobiliários e serviços.

Por outro lado, observamos a outra face do urbano, a comunidade residente que é colocada em segundo plano, o que demonstra as políticas públicas aplicadas por parte da administração municipal. Essas políticas, pela noção de “públicas”, deveriam atender igualitariamente a toda a sociedade, ou pelo menos, esta é a percepção utópica que se tem, uma sociedade imaginária, idealizada, ou, mais precisamente, fantasiosa.

Nesta seção, abordaremos as relações entre público e privado, bem como a noção de privilegio social, comparando-se os setores menos favorecidos e as disparidades nas relações, enquanto observamos o acesso da população de Caldas Novas às estruturas

públicas, caracterizando setores comuns para trabalhadores, e setores de alto padrão, produtos da especulação imobiliária, outro fator econômico forte da economia municipal, quando observamos, no centro da cidade, a verticalização, e, por outro lado, os loteamentos que estão localizados em áreas consideradas inapropriadas .

Neste ponto conforme o perfil fornecido pelo IBGE (2010) que observa a renda da sociedade municipal conforme seu rendimento em relação a sua cor ou raça, partindo deste parâmetro notamos a discrepância quando avaliamos a renda, desta forma a tendencia se reflete na ocupação social na cidade.

3.3- Caldas Novas e seus desafios ambientais no crescimento urbano.

A partir dos apontamentos referentes ao desenvolvimento urbano e ao crescimento da cidade, nesse ponto, já sabemos que esses processos acompanham as atividades turísticas e a exploração imobiliária, que influenciam diretamente o desenvolvimento social e ambiental no urbano de Caldas Novas. Mucci (2014, p. 26) ressalta que "a construção de cidades leva ao desmatamento, à impermeabilização do solo e à canalização de rios e córregos, alterando todo o regime hídrico da bacia." O impacto no meio ambiente é resultado, também, da especulação imobiliária, pois as ações que proporcionam o crescimento urbano vão ao encontro de áreas ambientais que deveriam ser preservadas, evitando problemas para o futuro, como enchentes, erosões de vias públicas e deslizamentos, além de interferir na disponibilidade de água para o abastecimento urbano, entre outros.

A cidade formada por desigualdades resultantes de vários processos sociais relaciona-se, principalmente, ao Estado e ao capitalismo privado. Os aspectos revolucionários, relacionados ao Direito à Cidade, nos fazem observar as contradições encontradas nas normativas ou políticas que regem o urbano. Para interromper ou amenizar as desigualdades sociais, entre várias ações, estão a Educação, o acesso à saúde e segurança, parâmetros que resultam em uma melhor qualidade de vida.

Porém, esse conceito de qualidade de vida, assim como diversos outros aspectos sociais, essa é uma variável de depende também da renda, que influencia a caracterização da paisagem local. O urbano de Caldas Novas não foge ao modelo visto em todo o território brasileiro da chamada autoconstrução, popularmente conhecida como "mutirão", na qual o proprietário, sem qualquer auxilio técnico, realiza a construção, colocando em risco seu resultado, além de pôr em risco a segurança ambiental, não

priorizando o descarte de esgoto adequado, o lixo doméstico, entre outros, além do risco para a comunidade próxima e dos problemas causados por essas construções irregulares, que, normalmente, não seguem as diretrizes propostas no plano diretor municipal, descaracterizando o urbano (planejado) de Caldas Novas, práticas comuns em bairros precarizados.

A partir desses apontamentos, notamos iniciativas para que a redução das desigualdades ocorresse através de programas de subsídios públicos para a aquisição de moradia. Um grande exemplo desse financiamento é o programa *Minha Casa Minha Vida* (MCMV), crédito este que alcançou a maioria dos municípios brasileiros, impulsionando o desenvolvimento urbano e o acesso social à população de baixa renda. Esse processo de democratização do urbano facilita a aquisição de imóveis particulares e, de certa forma, esses imóveis são construídos conforme as diretrizes de segurança, oportunizando a moradia de qualidade de trabalhadores com empregos formais e renda média, conforme regras estabelecidas para o ingresso no programa. Ou seja, não resolve o problema de moradia de milhões de brasileiros pobres e que vivem abaixo da linha da pobreza e, paradoxalmente, estimula a especulação imobiliária e o encarecimento dos terrenos urbanos.

Ao abordar as questões relacionadas à qualidade ambiental e à sustentabilidade no ambiente urbano, sem dúvida, as interrogações que envolvem o saneamento são muito importantes, inclusive no que se refere à saúde, uma vez que saneamento está diretamente relacionado com saúde e bem-estar. Dessa forma, é importante a definição feita Philippi Jr, e Malheiros:

> Os sistemas de saneamento são compostos por um conjunto de obras, equipamentos e serviços que tem por função a proteção do meio ambiente e da saúde pública, por meio de tratamento e distribuição à população de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição final dos resíduos produzidos pela comunidade.
> Assim, as principais atividades que compõem o saneamento do meio são:
> *Sistema de abastecimento de água
> *Sistema de coleta e tratamento de águas residuárias
> *Sistema de limpeza urbana
> *Sistema de drenagem urbana
> *Controle de artrópodes e roedores de importância em saúde pública (moscas, mosquitos, baratas, ratos e outros)
> *Controle da poluição das águas, ar e do solo
> *Saneamento de alimentos
> *Saneamento dos meios de transporte
> *Saneamento em locais de reunião e recreação
> *Saneamento de locais de trabalho
> *Saneamento de escolas

> *Saneamento de hospitais
> *Saneamento de habitações
> *Saneamento de planejamento territorial
> *Saneamento em situações de emergência e outros (PHILIPPI JR; MALHEIROS, 2014, p.72-73).

Conforme a definição detalhada das áreas que o saneamento deveria atender, observamos que estes vão além dos aspectos relacionados a aterros sanitários ou sistema de coleta de lixo. A complexidade que envolve o saneamento é todo o urbano. Para que as atividades sociais possam ser realizadas adequadamente, é necessário planejamento assim como Philippi Jr, e Malheiros (2014, p. 77) afirmam: "a função do planejamento territorial, criando condições adequadas para a sociedade exercer suas atividades de circulação, recreação, trabalho, habitação e manutenção do equilíbrio ecológico dos ecossistemas."

No município, assim como em outras localidades, esses aspectos são muito importantes, principalmente nos tempos atuais, em que as questões ambientais estão sendo atacadas e desmobilizadas. Em Caldas Novas, diante das peculiaridades do solo, a preocupação com seu uso e com o descarte de lixo tornam-se assuntos dignos de preocupação. A partir desse aspecto, observamos as instalações do aterro sanitário municipal. É importante a distinção entre aterro sanitário ou aterro controlado, de acordo com Mucci:

> os resíduos sólidos são espalhados, compactados e cobertos com terra. Nos aterros ditos sanitários a compactação e cobertura das camadas de lixo com terra é feita diariamente. Se o espalhamento, a compactação e a cobertura com terra ocorrem semanalmente, fala-se em aterro controlado, quando o resíduo é lançado diretamente no solo, sem compactação a cobertura, fala-se simplesmente, em lançamento ao solo (MUCCI, 2014, p.26).

O aterro sanitário de Caldas Novas está localizado na parte norte do município, com acesso através de uma estrada vicinal em operação desde 1992. *G*ünther (2014) ressalta que o processo de saneamento não está somente ligado ao ato de recolher e depositar os resíduos em locais determinados, mas envolve outras questões ambientais e sociais:

> O gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos compreende diversas etapas: acondicionamento, coleta, transporte, tratamento, valorização e disposição final. Todas elas possuem interfaces significativas com o meio ambiente. Assim, seu gerenciamento adequado é importante para minimizar riscos de poluição ambiental e impactos sanitários, que resultam em deterioração da qualidade de vida da população local *(G*ÜNTHER, 2014, p. 228).

No ano de 2008, foi publicado pelo Ministério Público, um ajustamento de conduta para o município de Caldas Novas, com a seguinte finalidade:

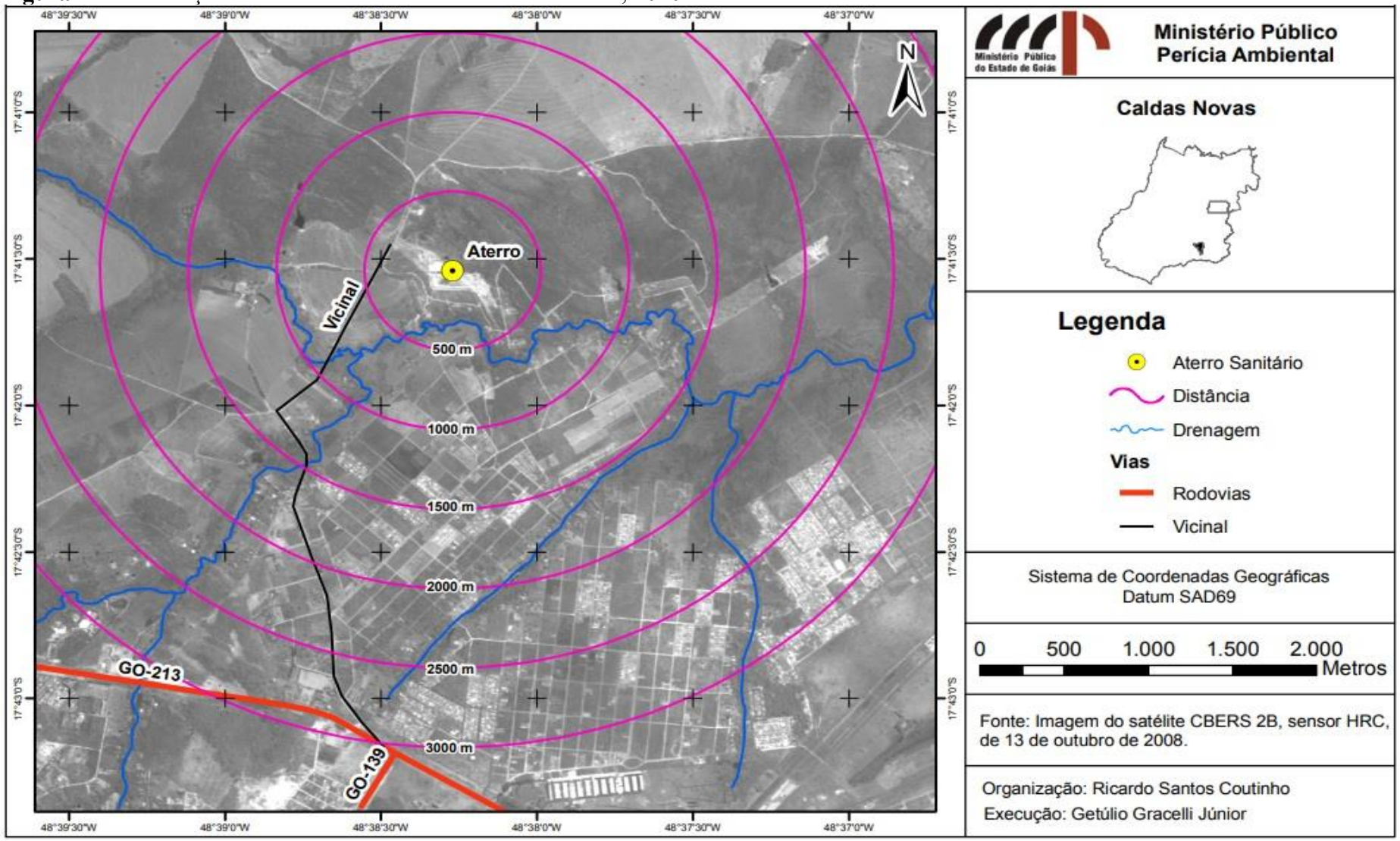
> Ação Civil Pública nº 2418/1996, no sentido da *inexistência* de uma política municipal adequada de gerenciamento, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, bem como a ausência de um aterro controlado ou sanitário que permita confinamento seguro dos resíduos sólidos, de forma a não causar danos ao meio ambiente e/ou à saúde pública[6] (ESTADO DE GOIÁS, 2008, p.01).

Na ocasião, ficaram determinadas inúmeras ações para a regularização do aterro sanitário, desde relatórios ambientais dos danos já causados, juntamente com medidas para a recuperação de tais áreas, incluindo até projetos voltados para a educação ambiental, coleta seletiva, além de medidas que ofereçam segurança a sociedade, como manter o local isolado, os trabalhadores devidamente equipados, entre outros.

Em 2010, foi realizada uma vistoria pelo Ministério Público, na qual identificaram o avanço de loteamentos aproximando-se ao terreno do aterro. Segundo a SEMARH, a recomendação de segurança é de 3.000 metros de distância, ao passo que, na vistoria, ficou comprovado que os loteamentos estão a menos de 1.500 metros, conforme Figura 7.

[6] Para saber mais ver: TAC aterro sanitário-Caldas Novas (mpgo.mp.br) – acessado em 26/05/2022.

Figura 7 - Localização do aterro sanitário de Caldas Novas-GO, 2010.



Fonte: ESTADO DE GOIÁS-Ministério Público, 2010, p.16.

Fica evidente, na imagem acima, que tamanha proximidade da malha urbana é resultado de falta de fiscalização pública e de resolução do problema, por outro lado, os moradores, em sua maioria, migrantes de outras cidades e estados brasileiros não têm opção de morar em outro lugar. O que torna o problema insolúvel por se tratar de algo sistêmico no Brasil. Estar próximo ao aterro significa conviver com ruídos de máquinas, veículos, mau cheiro, falta de qualidade do ar, devido à emissão de gases oriundos da decomposição dos materiais descartados e infestação de animais, como baratas, ratos, urubus, entre outros.

Nesse aspecto, fica evidente o exemplo do uso do espaço de forma irresponsável, uma vez que o aterro sanitário municipal não cumpre as regras ambientais, colocando em risco, tanto o meio ambiente quanto a sociedade, nos bairros que ocupam o "espaço de segurança" entre o aterro e o urbano.

Além dessa área específica, o crescimento urbano entra em conflito com o meio ambiente em várias ocasiões, colocando em risco não apenas a qualidade de vida, mas também ameaçando os parâmetros ambientais.

É importante lembrar que os aspectos relacionados ao meio ambiente podem ser inseridos na sociedade através da educação ambiental, trazendo consciência de vários aspectos da vida em sociedade, instruções que colaboram com a conscientização e com a proteção ambiental, em prol de uma sociedade sustentável, a exemplo do que Pelicioni e Philippi Jr, quando afirmam que as desigualdades sociais também implicam os assuntos ambientais:

> A redução das desigualdades sociais é primordial para se atingir plenamente a sustentabilidade em todas as suas dimensões; isso poderá ocorrer com a modificação da distribuição de renda no país. É importante ressaltar que a realidade é cheia de contradições e conflitos, assim, torna-se fundamental para o conjunto da sociedade o atendimento às diversas necessidades locais (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2014, p.8).

Nesse mesmo sentido, Jatobá (2011, p.146) ressalta a vulnerabilidade da sociedade em relação à natureza e às questões ambientais, que também estão inseridas no urbano. Dessa forma, o autor ressalta que "a vulnerabilidade, portanto, está relacionada às pessoas e aos lugares e vincula território com condição social", afirmando que os problemas ambientais podem ser gerados pela precariedade social que obriga tal parcela da comunidade a se estabelecer em áreas que podem ocasionar riscos, como enchentes,

contaminação da água, entre outros. Assim, seria possível manter uma sociedade saudável, visando evitar problemas, inclusive os ambientais.

3.4 Expansão urbana, especulação imobiliária e valorização (e "desvalorização") dos espaços

Quando votamos os olhos para a base econômica municipal e sua relação estreita com os recursos naturais, sabemos que o capital e a economia não demonstram muita preocupação com os aspectos naturais, como afirmado por Coimbra e Ávila (2002, p. 47) "a Economia não respeita os limites impostos pela natureza e seu jogo é desenfreado, mutante, inseguro e perigoso". A partir dessa afirmação, temos também a exploração natural de algumas áreas, com o foco de especulação imobiliária. Observa-se tal exploração em áreas naturais, como na região do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas-PESCAN, importante reserva natural, pois a serra tem uma importância significativa no ciclo das águas ternais, além de um espaço seguro para os animais e preservação da flora silvestre do Cerrado.

Para que o processo de loteamento se torne viável, manobras legislativas são realizadas, a fim de que novos empreendimentos imobiliários sejam abertos, mesmo em descumprimento da Legislação Ambiental, conforme observado por Silva (2021), em Caldas Novas:

> os antigos loteamentos foram aprovados sem a infraestrutura básica, carecendo de rede de esgoto e rede drenagem, há risco de contaminação de lençóis de águas frias superficiais que se conectam e abastecem os aquíferos termais de Araxá, por meio de falhas geológicas. Sendo assim a área do PESCAN e sua ZA torna-se o principal foco de preocupação, coincidente com a área de expansão urbana (SILVA, 2021, p. 69).

Bairros como Portal das Águas Quentes, Vale das Águas Quentes, Estância Itapuã e Parque das Laranjeiras, são exemplos de bairros que não contam com qualquer infraestrutura de saneamento básico e estão próximos aos limites da Zona de Amortecimento do PESCAN, trazendo riscos ambientais de contaminação, riscos de desaparecimento dos aspectos ecológicos do parque e riscos à saúde. De acordo com Marçal (2003, p.115), é necessário um "raio mínimo de 3 km" de distância do urbano. A autora ainda ressalta que é necessária a diminuição das chamadas Zonas Descontínuas ou a fragmentação entre o urbano e as áreas de proteção, a necessidade de manter um espaço contínuo ou a chamada borda". Ela completa, afirmando que "a zona de contato entre o

habitat natural e o antrópico [...] quanto maior a proporção da borda de um fragmento, menor será a área central, que é área efetivamente preservada e a mais similar à vegetação original da região" (BRASIL, 2003, p. 107). A autora ressalta a necessidade e a importância de não fragmentar esses espaços.

Quando voltamos a observar a cidade como uma malha de relações e suas diferenças, e divisões entre as classes e os benefícios que cada uma delas tem acesso, nota-se uma divisão urbana entre espaço turístico e o espaço voltado à classe trabalhadora. Caldas Novas se mostra peculiar, além de manter centralizados seus empreendimentos turísticos por um longo período. A partir da potencialidade que o município oferece, começam a surgir, em espaços afastados e nas margens do município, grandes empreendimentos voltados ao turismo. Exemplo disso é o parque aquático Lagoa Parque Hotéis, localizado às margens da GO 309, além de outros do mesmo nicho de empreendimento que margeiam o Lago Corumbá.

A Figura 8 demostra a expansão urbana e a verticalização no setor central da cidade, onde estão localizados alguns hotéis com atrativos aquáticos.

Figura 8 - Panorâmica de Caldas Novas-GO, com destaque para a verticalização e para a paisagem urbana no centro, 2022.

Fonte: Voe News, 2020.

Nesse processo, o movimento turístico e a identificação do território são resultado de outros agentes, como a economia, as políticas públicas, entre outras formas de interação com a sociedade. Fratucci (2014) aborda esse processo de territorialização do turismo, além de outros "territórios" que surgem partindo dessa dinâmica. Fratucci (2014, p.92) chama a atenção para o fato de que esse processo também exclui os outros cenários urbanos aos olhos do visitante: "territorialização do visitante, quando ele se apropria, mesmo que fugidiamente, dos elementos do espaço visitado a partir da sua lógica reticular, onde se fixa em alguns pontos enquanto ignora outros".

Nesse sentido, Fratucci (2014, p.93) traz uma definição de território do turismo que, para o autor, "é a soma dos territórios dos turistas, dos agentes do mercado, do poder público, dos trabalhadores da atividade (diretos e indiretos) e do território da população local dos destinos turísticos". Nessa direção, notamos o envolvimento da sociedade para a produção de tal espaço." Partindo desse envolvimento, podemos observar a tendência do poder público municipal no processo de turistificação das áreas urbanas, intensificando as ações direcionadas a agentes desse mercado, como o imobiliário, a construção de atrações que mantenham o município atrativo, entre outros. Em contrapartida, segundo Fratucci (2014, p.93), há uma escassez de investimos na comunidade local/receptora. Quando existe, essa atenção para com a comunidade, geralmente, é um processo lento e "dilatado". Os assuntos são "a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, a manutenção dos padrões ambientais dos ecossistemas turistificados, a qualificação da mão de obra envolvida com a atividade e assim por diante."

Esses interesses tornam complexas as relações e reforçam as divisões territoriais dentro da sociedade, desde o acesso a serviços básicos, à exploração de áreas que deveriam ser protegidas por suas características e importância ambiental. O fator ambiental está diretamente relacionado à especulação imobiliária ao crescimento da rede urbana, e a um importante agente na valorização, que influencia também a separação urbana.

O espaço e o território que são construídos ou produtos da turistificação são vistos como produto, de acordo com Fratucci (2014, p.94), "são tratados como simples mercadorias". Sobre esse processo, nos deparamos com aspectos relacionados ao planejamento turístico, que ordena de certa forma a constituição e consolidação do turismo. Para Ruschmann e Widmer (2001, p.67), o planejamento turístico tem sido um

“instrumento fundamental na determinação e na seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade turística, determinado suas dimensões ideais, a partir daí, se possa estimular, regular ou restringir sua evolução”. Além desse ponto de distinção entre turismo e comunidade, a diferença de uso dos espaços é notada por meio do planejamento urbano inserido na cidade entre os setores público e privado.

A partir desses apontamentos sobre as divisões de acesso a serviços urbanos, o planejamento vem como meio de tornar a cidade mais urbana e com acesso a serviços básicos, porém, como já mencionado, o planejamento passa a ser considerado técnicas de negociação de vantagens e benefícios que acabam por priorizar alguns setores, de maior interesse econômico e comercial, em detrimento dos outros.

Apesar dos conhecidos desarranjos que acompanham o planejamento, é inevitável dissociar planejamento e gestão, gestão e planejamento, assim como afirma Fratucci (2014, p.94): “o que temos é uma complementariedade entre as duas ações, onde uma sustenta a outra em movimentos circulares de retroalimentação.” Essa afirmação desconsidera as necessidades sociais e esse planejamento, de certo modo, mecânico, tende a beneficiar áreas que são voltadas ao desenvolvimento e à manutenção do turismo. No caso de Caldas Novas, há as áreas destinadas a residências nobres, que são os espaços que acabam sendo mais valorizados. Dessa forma, o restante do município não dispõe da atenção e do mesmo investimento financeiro, seja do poder público ou privado.

Muito curioso observar o movimento urbano que ocorre no município de Caldas Novas, o crescimento da malha urbana e a valorização dos espaços centrais, fatores que abrem as possibilidades para a especulação imobiliária. Enquanto, nas áreas centrais, os imóveis têm a valorização do espaço incluso em seu valor, as áreas em expansão, como os bairros Primavera 2, e os bairros próximos ao Santuário Salete, apesar de serem considerados afastados (a cerca de 8 minutos de distância do centro) são, em sua maioria, empreendimentos imobiliários privados, que contam com infraestrutura básica, afinal esse é um dos requisitos obrigatório para a instalação e a comercialização para esses empreendimentos imobiliários, conforme previsto no Plano Diretor municipal.

A grande questão da abertura dos novos bairros é a falta de serviços básicos, como escolas, creches, postos de saúde e hospitais que atendam as novas localidades, ocasionando uma sobrecarga dos serviços nas instalações já existentes, que têm que atender, também, a demanda dos turistas que estão de passagem pela cidade e precisam

de serviços de saúde.

Em Caldas Novas, as margens da cidade não estão, necessariamente, diretamente relacionadas à pobreza, pois, no município, a especulação imobiliária do espaço urbano busca espaços "afastados", oferecendo qualidade e infraestrutura nos novos loteamentos, porém, essa diferença está nos "bairros vizinhos" que não dispõem da mesma estrutura, causando uma fragmentação no tecido urbano, perceptível visualmente, e contrastando com o espaço construído para o exercício das atividades voltadas para o turismo. Essa situação já era percebida e relatada no relatório do INDUR, de 1978. Nos bairros considerados periféricos que concentram a população de renda mais baixa, já se percebia, naqueles tempos

> a inexistência praças, parques, clubes e de outros centros de diversão destinados aos munícipes. [...] Essa realidade, além de ser o reflexo da inexistência de meios de recreação, espelha ainda o baixo poder aquisitivo da população [...] que se encontra à margem de todo o processo de desenvolvimento econômico e sociocultural do município (INDUR, 1981, p. 109).

Além das divisões espaciais, essa discrepância entre os setores representa a situação social de seus moradores. Os bairros menos favorecidos são, em sua maioria, compostos por trabalhadores e, em muitos municípios, se deparam com construções edificadas de forma "provisória", em localidades impróprias e de grande risco, onde "a degradação ambiental se associa à degradação social, criando situações de risco para populações instaladas em áreas precárias" (JATOBÁ, 2011, p. 141). Esse cenário tem potencializado a probabilidade de riscos de desastres ambientais, como os que ocorreram, no ano de 2022, em várias regiões do Brasil, especialmente, na cidade de Petrópolis-RJ que deixou mais de 200 vidas perdidas e centenas de famílias desabrigadas.

Observamos que o urbano e o uso do espaço público, nas diferentes condições em que se apresentam (espaços estruturados e os que não dispõem de estrutura), têm a visão de espaço público diferentes, enquanto nos espaços valorizados, os espaços públicos são vistos como locais de socialização e lazer. Por outro lado, nos espaços não valorizados ou sem estrutura, a crítica está relacionado à desigualdade dos espaços, conforme foi notado por Leite (2008, p.46) que percebeu essas diferenças, as quais têm relação direta com as diferenças sociais: "espaço urbano, traduzidos nas distintas formas de ocupação dos espaços da cidade, na construção de territórios urbanos e dos lugares políticos que expressam as demandas de cidadania e pertencimento".

Essas percepções diferentes em um mesmo urbano contribuem com os conflitos e demostram que as desigualdades ultrapassam as questões materiais, mas também são impactadas pelas questões sociais e raciais. Guimarães (2019) aponta como seriam hipoteticamente estes espaços

> como locais abertos, livres e gratuitos e, neste sentido, cuja utilização independe de qualquer diferenciação em relação à classe social, ao gênero e à raça. Esse raciocínio pressupõe, inicialmente, uma sociedade em que não há barreiras sociais, concretas - como as que decorrem da desigualdade socioterritorial brasileira - e abstratas - atribuídas a conhecidas normas de condutas sociais que orientam alguns setores (GUIMARÃES, 2019, p. 206-207).

A realidade que observamos diante dessa afirmação é que as diferenças sociais estão no urbano, além do confronto entre as classes, nos deparamos com a disputa dos espaços públicos com o setor privado, sufocando a sociedade, e privando-a do acesso a espaços de laser comum, como uma praça ou rua.

Esse processo de falta de acesso aos espaços públicos promove o acirramento das desigualdades. Segundo Borzacchiello da Silva (2019, p.409): “as enormes diferenças de renda, a falta ou deficiência do saneamento básico ocasionaram uma diversidade de paisagens e a emergência de questões ambientais que rapidamente adquiriram expressão e revelaram diferentes níveis de acesso à cidade, à cidadania.” Dessa forma, evidenciamos as negligências na falta de acesso às estruturas que são de direito social e que se expressam na paisagem urbana, nos bairros negligenciados pelo setor público.

A relação complexa de espaços urbanos com ou sem estruturas e a relação com o trabalho está relacionada à renda de cada família, através da lógica capitalista, pela necessidade de trabalho/produção, visando a salários ou a meios para se chegar ao consumo, com produtos que fazem parte das necessidades básicas como moradia, alimentação, saúde entre outros. A crítica a esse modelo está ligada à falta de acesso dos trabalhados a estes “produtos” básicos.

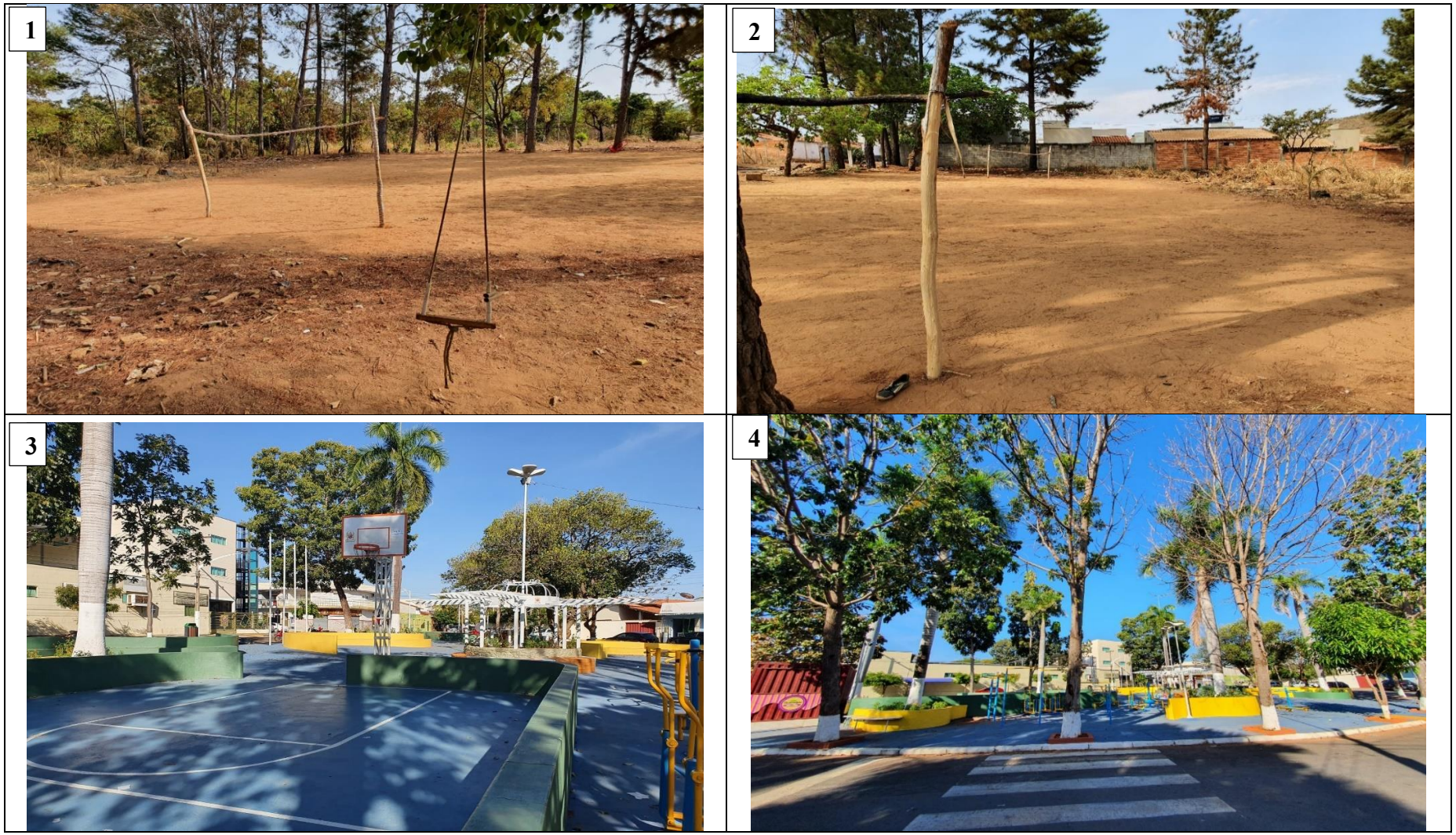
Com base no IBGE (2010), que relaciona o número de pessoas ocupadas em Caldas Novas, separadas por cor ou raça, consideramos, para comparação e observação, apenas as que apresentaram os maiores índices, sendo elas brancas e com carteira assinada, 6.680, e sem carteira assinada 3.356, valor médio de 1.385,81; pessoas pardas com carteira somam 7.584 e, sem carteira, 3.792; o valor é 951,21; pretas com carteira são 1.161, sem carteira, 704; a média é de 993,64. Quando observamos outras médias,

como as relacionadas à Educação é notável a diferença entre o número de alfabetizados no que diz respeito a cor/raça. Esse perfil, formulado pelo IBGE, confirma a discrepância social em ambos os setores e reforça os reflexos deste cenário.

Dessa forma, observamos um urbano fragmentado para além do turismo, e uma comunidade residente fragmentada, distribuída no espaço urbano, mas sem acesso, de forma mais equitativa, a serviços públicos e privados essenciais.

O resultado da supervalorização dos espaços é notório principalmente nas partes centrais, que concentram a maioria dos hotéis, clubes e flats, além de praças com bancos e chafarizes, que fazem um ambiente urbano agradável. Porém, esses investimentos públicos não estão espalhados por toda a cidade, estão concentrados nos setores centrais, reproduzindo uma dinâmica urbana diferente do encontrado no restante da cidade, que não conta com instrumentos públicos como praças, “parquinhos” e áreas de lazer voltadas para o esporte, como quadras poliesportivas e ciclovias, como demostrado no Mosaico 3, que, por consequência se traduzem na exclusão social e na diferença entre os espaços urbanos, a depender da localidade e da classe social.

Mosaico 3-Espaço de lazer e esporte para crianças na Estância Chácara Itapema (balanço precário) e Praça Cívica Educado, Caldas Novas-GO



Fonte: GONÇALVES, Rayza C A, 2021.

O Mosaico 3 demostra a discrepância entre os espaços destinados ao lazer e à prática de atividades físicas. Chama a atenção a a praça Bartolomeu Bueno (imagens 3 e 4), renomeada, em 2013, de Praça Cívica Educador, a partir de um acordo realizado entre a prefeitura municipal e a instituição de ensino privado Colégio Educador. Dessa forma, fica evidente a influência do setor privado na administração pública, apesar de tal parceria ter beneficiado a sociedade como um todo, registra-se também a importância do espaço público de qualidade para a valorização de seu entorno.

Os investimentos públicos e privados resultam na valorização de determinados espaços, sobretudo, nas áreas centrais da cidade, marcadamente, verticalizada. Trata-se de estratégias utilizadas para que esses espaços possam ser construídos e utilizados na sua totalidade, pelos moradores locais, mas principalmente, para os turistas que estão de passagem pela cidade. São espaços transformados e trazem representações de relevância para o município, ao contrário dos ambientes urbanos mais afastados, voltados para residências dos trabalhadores de baixa renda, cujas construções são mais simples e os setores, muitas vezes, carecem de infraestrutura básica, falta de equipamentos públicos essenciais para lazer e entretenimento da população conforme notado no Mosaico 4.

Mosaico 4 – Construção simples, nitidamente, sem respaldo técnico, Caldas Novas-GO, 2022.

Fonte: GONÇALVES, Rayza Correa Alves, 2022.

Os elevados valores atribuídos à parte central da cidade em prol do uso turístico contribuem para que o processo de expansão da cidade busque áreas mais distantes cujo valor, supostamente, seria menor, sobretudo quando as moradias estão em bairros populares. Sabe-se que, quando o produto são condomínios de alto padrão ou chácaras, quanto mais distante da cidade, menor o valor dos lotes e residências, mas isso não se aplica a Caldas Novas, cujos bairros periféricos têm avançado para áreas de proteção ambiental, como a Serra de Caldas e as margens do Lago Corumbá, se conforme nota na Figura 9.

Figura 9 – O Avanço de loteamentos sobre a Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra de Caldas, em Caldas Novas-GO

Fonte: Google Earth (2022) Escala 1000m – acessado em 27/05/2022.

Este modo de utilização central da cidade resulta, por um lado, na valorização especulativa destes espaços, o que é, obviamente é proposital, por outro, lado contribui para intensificar a exclusão e marginalização social. Guerra, Santos e Neves (2018) observam que as relações entre o turismo e o urbanismo vão além da superexploração do espaço, mas acabam por interferir nas relações sociais, pois

> a urbanização cria o turismo que, por sua vez, estimula-a, sendo primordial para impulsionar o desenvolvimento urbano, porém, este traz consigo problemas que se tornam relevantes no decorrer dos anos para uma cidade (GUERRA; SANTOS; NEVES, 2018, p. 128).

No caso de Caldas Novas, o processo de construção do turismo na região, que já oferecia um grande potencial turístico e atrativos que já eram de conhecimento de pessoas que frequentavam as águas quentes, antes mesmo da consolidação do turismo como atividade econômica dominante, foi responsável pelo grande crescimento urbano e atraiu muitas pessoas de Goiás e do Brasil, que viam na cidade possibilidades de empregos e negócios promissores.

As contradições encontradas na correlação entre turismo e urbano são extremas, uma vez que essas transformações impactaram a cultura, a qualidade de vida e, sem falar, no meio ambiente. Os produtos turísticos construídos com a finalidade de tornar Caldas Novas mais atrativa e comercial são resultados de um crescimento a qualquer custo, paradoxalmente, na "devastação da natureza **que agrava** a qualidade de vida e ambiental no campo e nas cidades" (SEABRA, 2012, p. 16. **Grifo nosso**).

É importante observar que, nem sempre, o crescimento é acompanhado pelo desenvolvimento, sendo assim, eles não são obrigatoriamente proporcionais. Em Caldas Novas, observamos um vasto território, no qual verificamos crescimento urbano, principalmente, em decorrência da especulação imobiliária através de loteamentos considerados distantes do centro, além de condomínios próximos ao lago Corumbá, que são oferecidos cujos terrenos acabam sendo valorizados pelo capital ecológico que acabam sendo agregados ao valor dos imóveis por de oferecer tranquilidade em relação à movimentação do centro e por propiciar, pelo menos por enquanto, belas paisagens naturais que, provavelmente, sucumbirão com o passar dos anos.

O turismo é uma atividade com duas faces: que pode contribuir para a preservação dos recursos naturais e culturais ou a para a sua destruição, como vem ocorrendo em Caldas Novas, pois o espaço tem sido consumindo fundamentalmente. Além disso, há

uma apropriação dos recursos e um crescimento de forma desordenada, que tem causado danos irreversíveis ao meio ambiente. No caso do Lago Corumbá, a beleza paisagística pode desaparecer e comprometer a própria potencialidade turística do local.

Seguindo o processo histórico do município, por se tratar, atualmente, de uma grande potência, quando se trata de turismo, o município passou por diversas transformações a partir do momento em que a agricultura e a pecuária deixaram de ser a as principais atividades econômicas do município. Assim, é importante observar que o resultado das transformações urbanas e renovações no seu espaço são consequências de suas expressões históricas. No caso de Caldas Novas, a exploração das águas hidrotermais acompanha e dá margem às transformações do município.

Na Figura 10, podemos observar a verticalização e o alto padrão de investimentos em condomínios na parte central da cidade. Em contrapartida, a Figura 11 demostra uma realidade oposta, um bairro desassistido sem investimento, claramente direcionado à população da classe trabalhadora.

Figura 10- Espaço verticalizado, valorizado no bairro Termal de Caldas Novas-GO, 2021.

Fonte: GONÇALVES, Rayza C A, 2021

Figura 11 - Espaço urbano sem infraestrutura, Jardim Esmeralda Caldas Novas-GO, 2021.

Fonte: GONÇALVES, Rayza C A, 2021.

Na Figuras 10 e 11, são discrepantes as diferenças relacionadas ao urbano, que definem bem a divisão de classe e o tipo de cidade que é desenvolvida para a comunidade residente, fruto de uma intensa especulação imobiliária, a cidade construída para a exploração turística. Conforme relatório do INDUR, em 1978, em Caldas Novas, a maioria dos loteamentos não ofereciam a infraestrutura básica (ruas asfaltadas, água encanada, meio fio, rede pluvial, esgoto e rede elétrica). Ao que parece, a situação continua, mesmo com toda uma legislação existente, como o Estatuto das Cidades, Plano Diretor e Código de Posturas do munícipio, exigindo infraestrutura para que os administradores e donos de loteamentos pudessem fazer a comercialização dos lotes, conforme exemplificado na Figura 12, do bairro Jardim Esmeralda que, bem como, no bairro Sítio de Recreio Jequitimar e adjacências, na Figura 13, abaixo, pelas condições, provavelmente, devem ser setores cujos loteamentos foram, ou estão em situação de irregularidade, conforme normativas estabelecidas no Plano Diretor.

Trata-se, basicamente, de bairros com características em que residem populações de baixa renda que, além de não possuírem condições financeiras de poder comprar terrenos em localidades que oferecem infraestrutura básica exigida por lei, devido à sua condição de vulnerabilidade há a dificuldade de cobrança desses direitos básicos, que acabam por ter que submeter-se e acomodar-se com a sua situação de marginalidade social. Paradoxalmente, um bairro próximo, o Deque do Lago Sul próximo ao Lago Corumbá, destinado a um perfil de cliente de classe média alta, fica evidente a existência de ruas asfaltadas e, provavelmente, deve dispor de toda infraestrutura básica de instalação e, devido à localidade, trata-se de um novo espaço urbano de médio e alto valor especulativo de terrenos mais valorizados.

Essa valorização está relacionada à infraestrutura turística que tem sido implantada nas áreas que margeiam o lago Corumbá, que resultou no alagamento e na construção da Usina Hidrelétrica de Corumbá nas décadas de 1980 e 1990. A construção do lago, *a priori*, apenas com finalidades energéticas, foi mais uma opção de lazer e turismo náutico, com práticas de esportes radicais, como passeios de *jet ski*, lancha, escuna e outros. Por outro lado, veio acompanhado da especulação imobiliária, que tem contribuído para acelerar a expansão urbana para a esta região.

Figura 12 – Vista aérea dos bairros Sítios de Recreio Jequitimar e Deque do Lago Sul, Caldas Novas-GO, 2022.

Fonte: Google Earth/Escala 600m – acessado em 27/05/2022.

Figura 13- O Clube Náutico e Condomínios de luxo às margens do Lago Corumbá, Caldas Novas-GO, 2022.

Fonte: Google Earth/Escala 200m – acessado em 27/05/2022.

Conforme os desdobramentos na ocupação do território municipal, foram surgindo os grupos que detêm o monopólio municipal de empreendimentos, expandindo-se em forma de loteamentos. Na localidade do Lago Corumbá, temos de um lado, bairros populares, como o do Sítio Recreio Jequitimar, composto por casas simples, com vários lotes baldios, com grande quantidade de lixo doméstico, que são lançados nesses terrenos. Será que existem, nessas localidades, serviços de coleta, já que pressupõe tratar, de loteamentos irregulares? Por outro, os condomínios de alto padrão, com toda a infraestrutura básica e de serviços oferecidos, bem como parques aquáticos que dividem um mesmo espaço, no caso, às margens do Lago Corumbá, conforme Figura 13. Nessa última, percebe-se, com muita clareza, a qualidade das edificações de alto padrão, até com piscinas e com amplas áreas que se estendem às margens do Lago Corumbá, áreas por lei pública (APP), mas que acabam sendo incorporadas às propriedades, tornando-se espaços de uso privativo de uma elite abastada. Nas proximidades, também, existem complexos hoteleiros e flats de condomínios de médio e alto padrão.

Na Figura 14, é possível observar moradores, grande parte, crianças utilizando a “prainha” do Lago Sul para lazer e diversão, apesar de o espaço oferecer risco de afogamento, ataques do peixe popularmente conhecido como “piranha”, e não contar com estrutura de segurança como salva-vidas, por exemplo. A população utiliza tal espaço pra se refrescar e ter um momento de lazer.

Figura 14 - Lazer no bairro classe média alta Lago Sul, Caldas Novas-GO, 2022.

Fonte: GONÇALVES, Rayza C A, 2022.

Dessa forma, é possível notar que Caldas Novas, em específico, conta com claras divisões territoriais correspondentes às classes. Os bairros, que são frutos da especulação imobiliária do setor privado local, contam com estruturas, asfalto, iluminação, rede e esgoto. Quando voltamos a atenção aos loteamentos não pertencentes a esses grupos, observamos a falta desses serviços básicos.

O bairro Mansões Recanto da Serra, que está localizado em uma área afastada do centro, faz parte do caminho que leva os turistas ao Santuário Nossa Senhora da Salete, ponto turístico muito visitado. Apesar de o bairro ser visto diariamente por visitantes de diversas localidades, não há asfaltamento, meio-fio, nem aspectos urbanos. Devido a densa vegetação do cerrado ainda existente na localidade, na verdade, deveria ser uma área de preservação. Contudo, o Mosaico 5 apresenta reivindicação pelo asfaltamento do bairro, com faixas fixadas nas ruas, em prol de tais melhorias. O que revela que o loteamento, aparentemente, é irregular pois não existe a infraestrutura mínima prevista em lei para o empreendimento.

Mosaico 5 – Moradores do bairro Mansões Recanto da Serra fixam faixas de reivindicação por mais infraestrutura, Caldas Novas-GO, 2022.

Fonte: GONÇALVES, Rayza C.A, 2022.

Segundo o IBGE (2010), o município conta com 61,5% do esgotamento sanitário adequado à urbanização de vias públicas, que são referentes à iluminação pública, meio-fio, calçadas com acessibilidade. Além das chamadas boca de lobo, o município conta com apenas 4,8% de todo o território, demostrando a falta de estrutura, reforçando, assim, a tendência de monopólio municipal que favorece estruturalmente sempre os mesmos setores, que, coincidentemente, são voltados ao turismo, ou de residência da população de classe média alta.

A influência dos setores privados no urbano, ocasiona em muitas vezes concentração imobiliária em alguns pontos do território e, consequentemente causam desigualdades, setores inteiros sem infraestrutura, estas que caracterizam o espaço urbano, e proposto no Plano Diretor do município na Seção VIII sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo o Art.35 e 36 diz que:

> Art. 35- O parcelamento, o uso e a ocupação do solo devem se adequar à oferta de infraestruturas urbanas, garantindo um padrão de desenvolvimento compatível como a elevação do nível de urbanização. Art. 36- A valorização imobiliária decorrente dos padrões de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano definidos pelo Plano Diretor, bem como dos investimentos públicos em infraestruturas urbanas, deve ser sempre apropriada e direcionada coletivamente (PLANO DIRETOR, 2019).

Assim, ao verificar as condições urbanas do município, podemos notar que, apesar de todas as transformações e diante da quantidade de pessoas que vivem no município, a cidade demostra traços de uma cidade desurbanizada, que é caracterizada pela falta de estruturas e técnicas que fazem do território, um território urbanizado.

Em contrapartida a esse cenário de expansão territorial em prol de bairros considerados de classe média alta e alta, e do território voltado para o turismo, como os empreendimentos da margem do lago Corumbá, Caldas Novas também dispõe de moradias populares, como o programa Minha Casa Minha Vida, com destaque para os 570 apartamentos localizados no setor Tangará e mais 768 apartamentos no setor Itanhangá II. Esses imóveis mais populares possibilitam o acesso de famílias de classe média baixa, trabalhadores com empregos formais, que são “beneficiadas” com facilidades no que se refere ao financiamento imobiliário em prestações de longo prazo.

Nesse momento, observamos a influência do setor de empreendimentos turísticos principalmente, os pertencentes ao Grupo Privé, o Grupo diRoma e o setor imobiliário (imobiliárias, construtoras etc.), que tendem a ditar, de certa forma, a dinâmica territorial

urbana por estarem em locais que dispõem de infraestrutura localização privilegiada, correspondendo, assim, aos locais mais valorizados. Roberto Corrêa (2007) observa que além disso, esses parâmetros colocados pelo empreendedorismo urbano acabam se tornando referência e influência para as demais localidades municipais.

> [...] a elite empreendedora que marca a diferença com outras cidades com a mesma dimensão demográfica, porque é ela que estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais, competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades e centros metropolitanos (CORRÊA, 2007, p.29).

Ainda nesta perspectiva, Corrêa (2007, p. 55) afirma que "as pequenas e médias cidades são invisíveis e sem influência para dinâmicas regionais" que, no entendimento do autor, não disponibilizam quaisquer atrativos econômicos, seja uma atividade ou um nicho produtivo, que pode ser considerado negativo dentro da sua região, se comparado com cidades com as mesmas características. Porém, a realidade de Caldas Novas, município considerado médio, não se enquadra nesse cenário, pois apresenta uma economia consolidada através do turismo hidrotermal, além de ser reconhecido e ser referência (regional, estadual, nacional) para o setor, confirmando os apontamentos de Corrêa (2007), quando afirma que as cidades pequenas e médias podem ser comparadas a outras cidades consideradas grandes. Outro aspecto a ser considerado é o número da população flutuante que se reflete na malha urbana, através do número de residências, loteamentos, adquiridos com finalidade de investimento financeiro. Assim, a cidade dispõe de uma grande malha urbana, mas com o número de habitantes menor.

O único ponto que pode se tornar um problema é exatamente o monopólio econômico municipal e este ponto negativo é visível em Caldas Novas, em períodos considerados de baixa temporada, que se caracterizam pela diminuição de turistas, que, consequentemente, se reflete em toda a sociedade, na baixa procura por hospedagens em hotéis, clubes, ressortes, flats, além das outras modalidades de comércio, inclusive os ambulantes.

Ainda sobre a distribuição territorial e o uso do espaço urbano, nos deparamos com uma ambiguidade: o direito a espaços públicos e privados, que se faz presente principalmente quando separamos os ambientes turísticos e não turísticos. Nessa analogia, observamos que tais ocorrências são mais comuns do que parecem. A esse respeito, Harvey contribui com um exemplo:

> O café tampouco é exatamente um espaço privado: um público seleto tem sua entrada permitida por propósitos comerciais e de consumo. A família pobre enxerga como um espaço de exclusão, que internalizou o ouro tomado dela. Não consegue ignorá-la. O poeta vê como parte do espetáculo da modernidade, de um sinal daqueles "milhares" de existências flutuantes (HARVEY 2015, p. 295).

Harvey (2015, p.295) completa, ressaltando que "o limite entre os espaços público e privado aparece como algo poroso". Diante desses apontamentos, podemos considerar que o urbano se torna o reflexo das contradições e conflitos que são resultados da formação social não homogenia a qual vivenciamos. Esse empasse entre público e privado está diretamente relacionado à transformação da cidade em mercadoria ou um local para investimentos, em detrimento de uma cidade como espaço de vida social, que preza a qualidade de vida e a possibilidade da utilização dos espaços públicos de qualidade aos moradores. Não que as outras questões devam ser abandonadas, até porque entendemos que todas estas questões são correlacionadas, dependentes, porém, observamos uma atenção às vertentes voltadas ao acúmulo de renda, enquanto questões básicas da população, especialmente das camadas populares e de menor poder aquisitivo que reside na cidade não são consideradas prioridade nas políticas urbanas.

3.5 - Considerações finais

Diante de todos os apontamentos realizados na pesquisa, ficam evidentes a preocupação e a importância de se discutirem as questões urbanas brasileiras, ainda mais quando observamos o cenário atual, que segue rodeado de diversos outros aspectos que impactam a vida urbana, como a crise econômica instaurada no país desde 2014 e, atualmente, a sociedade impactada pela COVID-19. Tudo isso colabora, de forma considerável, com a situação econômica das famílias, piorando consideravelmente o cenário urbano, intensificando a pobreza, a fome e a falta de acesso à cidade.

Conforme o apresentado, ficam evidentes as contradições no espaço urbano, que abrangem todos os pontos de uma vida em sociedade, desde cor, disparidade escolar, que se refletem na renda familiar, além das questões materiais e de acesso, conforme demostrado no texto, diferenças relacionadas à moradia, à assistência pública, entre outros.

Além disso, é necessário verificar as questões sociais que assolam a periferia,

bairros compostos de pessoas com baixa renda, que, normalmente, sofrem com precárias condições, como a falta de segurança, a violência, o desemprego e a pobreza, gerando a discriminação, outro grande problema urbano. Esses são pontos que intensificam a exclusão social.

Dessa forma, o urbano de Caldas Novas também perpassa todas estas questões, afinal, um município com a economia baseada no turismo, fica em segundo plano no que se refere às necessidades básicas. O espaço turístico de Caldas Novas torna esse urbano específico e, sem dúvidas, esse espaço heterogêneo é resultado dos diversos agentes sociais que se correlacionam, resultando em um espaço único, repleto de desafios para ser compreendido, pois suas relações colocam o município em uma trama de interesses e gestão pública e, no meio de tais entraves, a comunidade local. Porém, com o controle da pandemia, a necessidade de as pessoas fazerem turismo voltou à tona e o índice de turistas na cidade voltou a normalidade.

Assim, não há consenso no que se refere ao planejamento ou ao conceito do direito à cidade, uma vez que, quando observamos o planejamento, muitos autores não consideram efetivamente a modalidade como solução ou como uma prevenção para o desarranjo urbano.

Os problemas instalados pela crise urbana desencadeiam outros, em todos os setores, além de problemas ambientais, através de contaminação do solo, escassez de água, alagamentos nos setores urbanizados, entre outros, adversidades que contribuem com um urbano inseguro socialmente.

As demandas do desenvolvimento urbano vivenciam um conflito com o que é socialmente prioritário e o que faz com que a cidade seja, de fato, produto de renovação e crescimento. As necessidades sociais básicas, como saneamento básico, moradia digna, conceitos relacionados também ao meio ambiente, deveriam ultrapassar as desigualdades deste meio construído, que é o espaço urbano.

As políticas habitacionais direcionadas à população de baixa renda estão inseridas também no que se refere à especulação imobiliária, que também é um ramo potente na economia de Caldas Novas, bem como a comercialização de casas e lotes, muitas vezes afastados, e sem estrutura básica, o que impulsiona o crescimento da malha urbana, muitas vezes, fragmentada.

A produção dos espaços gera territorialidades que, ao considerar a cidade turística

identificam-se pelo menos duas grandes territorialidades, a gerada pelo turismo e a comunidade residente como um todo. Embora a sociedade que reside em Caldas Novas seja dividida em classes que, por consequência, apresentem características territoriais bem definidas.

Por fim, o que fica evidente entre as infindáveis discussões sobre os aspectos do direito a Cidade, do planejamento e suas atribuições, é sua eficácia na realidade social. A partir desses questionamentos, é impossível afirmar que um modelo ou outro seja mais eficaz ou não, quando, se aplicado efetivamente à sociedade, conforme as palavras no papel, que almejam, além das características estruturais, também o lado social, como igualdade de gênero, qualidade de vida, entre tantos outros descritos no decorrer da pesquisa. Sendo assim o ideal imaginário que se origina destes conceitos que, muitas vezes, ficam além das intenções capitalistas de manter o desenvolvimento a todo custo, e obviamente, manter as classes e as diferenças que mantêm a sociedade com várias e complexas dimensões.

3.6 – Referências

BRASIL. **Portal IBGE Censo**: Caldas Novas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. **Portal IBGE Cidades**: Caldas Novas. Rio de Janeiro: IGBE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/caldas-novas/historico>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL, Denise Marçal Rambaldi (Org.). **Fragmentação de Ecossistemas**: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2003.

COIMBRA, José de Avila Aguiar. **O outro lado do meio ambiente**: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas: Millennium, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Turismo e território: relações e complexidades, **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 1, nov. 2014, p. 87-96. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115437784007.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

GUIMARÃES, Virgínia Totti. Comum e privatização de espaços públicos: a cidade como lugar da política. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Orgs.). **Produção do espaço**: emancipação social, o comum e a "verdadeira democracia". Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 199-224.

G*ÜNTHER, Wanda Maria Risso. Poluição do Solo.* In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Eds.). Educação Ambiental e Sustentabilidade. 2 ed. Barueri: Manole, 2014. Coleção Ambiental, v. 14.

HARVEY, David. **Paris**: capital da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva. Urbanização, Meio Ambiente e Vulnerabilidade Social. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, jun.2011, p. 141-148. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5567?locale=pt_BR . Acesso em: 28 mai. 2022.

LEITE, Rogério Proença. Localizando o espaço público: *gentrification* e cultura urbana, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, dez. 2008, p. 35-54. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/436>. Acesso em: 01 mai. 2022.

MINISTÉRIO Público Estadual de Goiás. **Termo de Ajustamento de Conduta**. Caldas Novas: MPGO, 2008. Disponível em: <http://www.mpgo.mp.br/portalweb/hp/9/docs/rsutac_08.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MINISTÉRIO Público Estadual de Goiás; COUTINHO, Ricardo S.; MENDES, Ferreira Osmar. **Vistoria ao aterro de Caldas Novas** [Laudo Pericial 100/2010]. Caldas Novas: MPGO, 2010. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/1/docs/laudo_100_201000001885_ricardo.pdf >. Acesso em: 15 mar. 2022.

MUCCI, José Luiz Negrão. Introdução às Ciências Ambientais. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2 ed. Barueri: Manole, 2014. Coleção Ambiental, v. 14.

PELICIONI, Maria C. F., PHILIPPI JR., Arlindo. Bases Políticas, Conceituais, Filosóficas e ideológicas da Educação Ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2 ed. Barueri: Manole, 2014. Coleção Ambiental, v. 14.

PHILIPPI JR., Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Saúde Ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2 ed. Barueri: Manole, 2014. Coleção Ambiental, v. 14.

RUSCHMANN, Doris; WIDMER, Gloria. Planejamento turístico. In: ANSARAH, Marilia Gomes dos Reis. **Como aprender turismo como ensinar, vol. 2**. São Paulo: Senac, 2001.

SILVA, José Borzacchiello da. Para falar de/em favela. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Orgs.). **Produção do espaço**: emancipação social, o comum e a "verdadeira democracia". Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 405-426.

SILVA, Marcus Vinícus De Sousa. **Análise da tutela jurídica e a ocupação do solo na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ambiente e Sociedade). Morrinhos: UEG, 2021. Disponível em: <http://cdn.ueg.edu.br/source/mestrado_em_ambiente_e_sociedade/conteudo_extensao/11685/Dissertacao_Final_Marcus_Vinicius.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SEABRA, Giovanni. **Terra**: cidade, natureza e bem-estar. João Pessoa: EdUFPB, 2012.

3.7 - Referências das Figuras

MINISTÉRIO Público Estadual de Goiás; COUTINHO, Ricardo S.; MENDES, Ferreira Osmar. **Vistoria ao aterro de Caldas Novas** [Laudo Pericial 100/2010]. Caldas Novas: MPGO, 2010, p. 16. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/1/docs/laudo_100_201000001885_ricardo.pdf Acesso em: 15 mar. 2022.

VOE NEWS. Caldas Novas-GO retoma atividades de turismo. Publicado em 01 de julh. De 2020. Disponivel em: https://voenews.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Foto-ilustra%C3%A7%C3%A3o-4.jpeg. Acesso em: 15 mai. 2022.

3.8 - Sites

SECRETARIA de Meio Ambiente Caldas Novas. Disponível em: <https://www.caldasnovas.go.gov.br/secretaria-de-meio-ambiente-e-recursos-hidricos/>. Acesso em: 25 abr. 2022.